



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER**

**MARIZANIA BATISTA DE SOUZA ANDRADE**

**ASSISTENTES SOCIAIS NAS EMPRESAS: UMA  
ANÁLISE DO PERFIL E DA PRÁTICA PROFISSIONAL  
NO DISTRITO FEDERAL.**

**BRASÍLIA,  
2015**

**MARIZANIA BATISTA DE SOUZA ANDRADE**

**ASSISTENTES SOCIAIS NAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE DO  
PERFIL E DA PRÁTICA PROFISSIONAL NO DISTRITO  
FEDERAL.**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de Serviço  
Social da Universidade de Brasília, como  
requisito parcial para a obtenção do  
título de bacharel em Serviço Social.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Daniela Neves**

**BRASÍLIA,  
2015**

**MARIZANIA BATISTA DE SOUZA ANDRADE**

**ASSISTENTES SOCIAIS NAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE DO  
PERFIL E DA PRÁTICA PROFISSIONAL NO DISTRITO  
FEDERAL.**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Departamento de Serviço Social da  
universidade de Brasília como requisito parcial  
para a obtenção do título de bacharel em  
Serviço Social.**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Daniela Neves**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Daniela Neves**

**Orientadora**

**Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – SER/IH/UnB**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adrianycy Angélica Silva de Sousa**

**Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – FSS/UFF**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Teixeira**

**Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – SER/IH/UnB**

**BRASÍLIA,**

**30 DE JUNHO DE 2015**

Dedico ao *Hércules Chim*, pela amizade, pelo  
companheirismo, pelo amor, pelo incentivo e,  
principalmente, por acreditar.

Aos meus pais, *Dito e Cleuta*, pela vida.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter sido, ao longo dessa graduação, meu suporte e alimento espiritual. Principalmente por ter me amparado em todos os processos de profundos conflitos e de amadurecimento.

Aos meus pais, Benedito e Maria Cleuta, responsáveis por me apresentarem este mundo, me dando vida. À minha mãe agradeço pelo amor, incentivo e por ter sido o meu primeiro contato com o saber, pois foi por meio dela que eu conheci o alfabeto. A meu pai, que mesmo diante de todas as dificuldades, lutou para nos colocar na escola. Vocês, sem dúvida, são peças fundamentais dos pilares e das motivações que me fizeram chegar até aqui.

Aos meus irmãos, Ivan, Ivanilza, Lucinha, Janaina, Jaqueline e Charle, que apesar de suas diferenças, partilharam e partilham comigo momentos de grandes alegrias, brincadeiras e, também, de tristezas, contribuindo para o meu fortalecimento e amadurecimento, sendo parte dos alicerces sobre os quais pude me apoiar.

Ao meu amor e amigo Hércules Chim, por compartilhar comigo todos os momentos que eu tenho vivido e, principalmente, pela fonte de inspiração e incentivo. Sem a sua parceria a realização dessa etapa não teria sido possível. Obrigada por existir na minha vida!

Às minhas queridas tias, Gedite (*in memoriam*) e Nyllde. A primeira por ter sido minha segunda mãe e por ter me acompanhado nos primeiros passos à escola. A segunda pelo carinho, apoio e incentivo nestes últimos anos.

À minha família, materna e paterna, que, apesar de suas particularidades, sempre procurou se fazer presente, cada um à sua maneira, contribuindo indiretamente para a conclusão desta etapa. Agradeço especialmente às minhas queridas primas, e irmãs, Mirna e Ane, pelo carinho, companheirismo, torcida e por todos os momentos de risadas, choros, angústias e alegrias que compartilhamos durante essa fase.

Aos meus queridos sogros, Gracinha e Gêba, por terem me acolhido nesta família maravilhosa, pelo carinho, apoio e incentivo. Vocês certamente contribuíram, fazendo parte das bases que me motivaram e que me levaram a esta conquista.

Às minhas queridas amigas Amanda, Elisângela, Luciana e Naira, presentes que a UnB me deu, por ter compartilhado comigo momentos de tensões, bem como de grandes conquistas, tornando meus dias na universidade mais alegres. Obrigada pela torcida, cumplicidade e pela amizade de vocês. Agradeço, principalmente, à Luciana e

Elisângela, pelo companheirismo na construção deste trabalho. Certamente sem a amizade de vocês esta etapa não teria sido concluída com êxito.

Às queridas professoras Daniela Neves e Adrianycy de Sousa, por me apresentarem o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (NUTSS), bem como a todos/as “nutianxs” e “ex-nutianxs”. Participar deste espaço foi extremamente importante para o meu processo de formação não só acadêmico, mas também pessoal, bem como foi crucial para a construção do presente trabalho.

Ao grupo PET/SER UnB e às “petianas”, principalmente a professora Ailta Barros e às companheiras, e amigas, Gesiele, Anaclecia e Júlia, pela parceria, carinho e por ter vivenciado comigo momentos de aprendizagem, me ensinando a agir e pensar coletivamente. Agradeço, ainda, às “ex-petianas”, especialmente as amigas Ana Paula Barros e Yasmin Gomes pelo carinho e pela amizade, pois certamente vocês contribuíram para meu amadurecimento nesta universidade.

À todas as professoras, professores e, alguns, funcionários do Departamento de Serviço Social da UnB e colegas de curso que contribuíram direta ou indiretamente para o meu processo de desconstrução e reconstrução pessoal e acadêmico ao longo destes quatro anos.

Às queridas professoras Adrianycy de Sousa e Sandra Teixeira, sobre as quais tenho grande respeito e admiração, por aceitarem prontamente o convite em participar da banca examinadora deste trabalho e à todas as assistentes sociais que participaram voluntariamente da pesquisa que integra este trabalho de conclusão de curso.

Agradeço principalmente, e especialmente, à querida, Orientadora e Amiga, Daniela Neves, por quem tenho inestimável apreço e admiração, e que, com suas preciosas orientações, foi figura indispensável para que este trabalho fosse concluído. Agradeço, ainda, pela disponibilidade integral, pela paciência, pelas discussões, pelas abundantes contribuições e por ter me tranquilizado e estimulado a prosseguir com este trabalho, mesmo em meio às diversas inquietações internas e externas. Certamente sem a sua orientação e amizade esta fase não teria sido concluída. A você e a todos/as o meu muito obrigada!

*“De tudo, ficaram três coisas:  
A certeza de que estamos sempre  
começando.  
A certeza de que precisamos  
continuar.  
A certeza de que seremos  
interrompidos antes de terminar.*

*Portanto devemos:  
Fazer da interrupção um caminho  
novo.  
Da queda um passo de dança.  
Do medo, uma escada.  
Do sonho, uma ponte.  
Da procura, um encontro”.*

*(Certeza, Fernando Pessoa)*

## **RESUMO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso propõe compreender de que forma as transformações societárias, principalmente com o processo de reestruturação produtiva, tem afetado, na atualidade, o trabalho das Assistentes Sociais que trabalham nas empresas capitalistas. A pesquisa possui como objetivo central analisar o trabalho das assistentes sociais nas empresas capitalistas do Distrito Federal, a partir da realidade social que afeta direta ou indiretamente o campo de trabalho destes profissionais nesse espaço ocupacional, bem como conhecer as atividades desenvolvidas pelas profissionais de Serviço Social, espaços de trabalho e condições de trabalho, principais demandas e instrumentos utilizados, a fim de traçar o perfil profissional, nestes espaços, no DF. O nosso trabalho desenvolveu-se metodologicamente por meio de revisão bibliográfica e da aplicação de questionários junto às assistentes sociais das Empresas Capitalistas do Distrito Federal. A amostra da pesquisa abrangeu 14 questionários respondidos, sendo que esses correspondem a 9 instituições empresariais. Com isso, trazemos aqui um conjunto de dados que permeiam e possibilitam a compreensão, bem como problematizam o atual cenário do trabalho das assistentes sociais nas Empresas Capitalistas do Distrito Federal.

**Palavras-chaves:** Transformações Societárias, Trabalho, Serviço Social, Empresas Capitalistas.



## **ABSTRACT**

This final project proposes to understand how corporate transformations, mainly with the process of productive restructuring, has affected, at the present time, the work of social workers who work in the capitalist companies. The research has as main objective to analyze the work of social workers in the capitalist companies of the Distrito Federal, from the social reality that affects directly or indirectly the work of these professionals in this field occupational space, as well as meet the activities carried out by Social Work professionals, workspaces and working conditions, main demands and instruments used, in order to trace the professional profile in these spaces, the DF. Our work methodology developed through the literature review and the application of questionnaires by the social workers of the Capitalist Companies of the Distrito Federal. The sample of the survey completed 14 questionnaires answered, being that these corresponded to 9 business institutions. With that, we bring here a set of data that permeate and enable problematize the understanding, as well as the current setting of the work of social workers in the Capitalist Companies of the Distrito Federal.

**Keywords:** Corporate Transformations, Work, Social Work, Capitalist Companies.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**

**CFESS – Conselho Federal de Serviço Social**

**CRESS – Conselho Regional de Serviço Social**

**CLT – Consolidação das Leis do Trabalho**

**ENESSO – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social**

**TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

**UnB – Universidade de Brasília**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
 <b>CAPÍTULO 1 - CONTRADIÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E A EMERGÊNCIA DE CONFLITOS E CONFRONTOS.....</b>	 <b>15</b>
1.1. Transformações Societárias e Suas Imbricações no Mundo do Trabalho.....	15
1.2. Impactos do Processo de Restruturação Produtiva nas Empresas e na Organização dos Trabalhadores.....	28
1.3. Neoliberalismo e Contrarreforma do Estado Brasileiro.....	34
 <b>CAPÍTULO 2 - SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO: AS CONDIÇÕES SÓCIO HISTÓRICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NAS EMPRESAS NO BRASIL.....</b>	 <b>44</b>
2.1. O Significado Histórico e Social do Serviço Social e seu Processo de Institucionalização no Brasil.....	44
2.2. Trabalho da/o Assistente Social na Contemporaneidade.....	54
2.3. O Trabalho da/o Assistente Social nas Empresas: Requisições e Estratégias de Atuação.....	62
 <b>CAPÍTULO 3 - O TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NAS EMPRESAS CAPITALISTAS DO DISTRITO FEDERAL.....</b>	 <b>72</b>
3.1. Características Gerais das Empresas, Perfil Geral e Profissional: análise descritiva dos dados.....	72
3.2. Principais Atividades Desenvolvidas pelas Assistentes Sociais nas Empresas do DF.....	81
3.3. Dificuldades Encontradas no Cotidiano Profissional e as Estratégias Utilizadas para sua Superação.....	88
3.4. As Demandas Colocadas para o Serviço Social nas Empresas do Distrito Federal.....	92
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	 <b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>106</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>109</b>

**ANEXOS.....134**



## INTRODUÇÃO

O surgimento do Serviço Social como profissão está relacionado ao processo e desenvolvimento do sistema capitalista enquanto regime de poder burguês no século XIX. Esta profissão surge no processo da divisão social e técnica do trabalho, para dar respostas às consequências advindas desse novo modo de acumulação do capital, ou seja, às “sequelas necessárias dos processos que comparecem na constituição e no envolver do capitalismo” (NETTO, 2011, p. 17), posteriormente chamadas de expressões da questão social. Ressalta-se que, os laços entre tais expressões e o Serviço Social não se restringem apenas em dar respostas às consequências decorrentes da implantação de um novo sistema, mas tem suas raízes, também, em um momento específico e particular da “organização monopólica da sociedade burguesa”, como aponta Netto (2011, p. 18). Com base em Iamamoto e Carvalho (2012), entendemos que a questão social e suas expressões, são as manifestações da classe operária, em seu processo de formação e desenvolvimento e ingresso no cenário político da sociedade, reivindicando um reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. Não é senão uma elocução, “no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e burguesia”, (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 83-84).

Nesse sentido, a questão social, a partir de suas mais variadas expressões, tal como formula Iamamoto (2012), vai se constituindo enquanto o objeto de intervenção da/o assistente social. Contudo, a partir das necessidades das classes dominantes e do Estado, e por meio de lutas e movimentos sociais, o Serviço Social foi ganhando espaços ocupacionais, que hoje são áreas consolidadas e referenciadas em um exercício profissional necessário no âmbito das relações sociais.

Posto essas indicações iniciais sobre o Serviço Social e a questão social, passamos a apresentar a profissão num marco temporal mais contemporâneo, já marcada pela renovação. Dessa forma, o Serviço Social vai tornando-se uma profissão com um papel de suma importância nos espaços sócio ocupacionais em que atua, dentre eles destacam-se, na trajetória brasileira, a área da saúde, previdência, sócio jurídico e a assistência social. Entretanto, as transformações ocorridas na sociedade brasileira entre os anos 1970 e 1980, principalmente no âmbito econômico e os impactos deste cenário no mundo do trabalho, trouxe uma renovação em outros espaços ocupacionais, apresentando demandas reconfiguradas para o Serviço Social, ou seja, exigiram-se

mudanças no fazer profissional executado pelas/os assistentes sociais, particularmente nas empresas<sup>1</sup>.

O trabalho das/os assistentes sociais nesses espaços tem um processo histórico e que vem se consolidando ao longo dos anos. Mas, é na conjuntura dos anos 1990, no Brasil, marcada por renovadas transformações de ordem societária, tal como formula Netto (2011), que se culminou um ambiente de precarização do trabalho de forma abrangente, incidindo-se, conseqüentemente, no campo de trabalho do Serviço Social. Ou seja, os impactos nas relações de trabalho, decorrentes do cenário econômico brasileiro nos anos 1990, demandou para esta profissão uma intervenção frente às sequelas, ocasionadas pelo processo de reestruturação capitalista e pela incorporação de uma corrente ideológica, denominada neoliberalismo, cujas transformações tem perdurado até os dias atuais.

Compreendemos que, com o avanço do neoliberalismo, essas transformações acarretaram e/ou acarretam mudanças no mundo do trabalho. Desse modo, o processo de reestruturação produtiva produziu alterações nas demandas profissionais e nos espaços interventivos e nos próprios objetos de intervenção, atribuindo assim, novas funções a profissão. É nesse sentido que Netto (1996) ressalta a necessidade de se refletir sobre as possibilidades de desenvolvimento do Serviço Social, enquanto profissão no Brasil, como um exercício intelectual, diante das transformações societárias que afetam diretamente o conjunto da vida social e que incide sobre esta profissão. Pois, tais transformações causam impacto nas necessidades sociais, exigindo novas reconfigurações e demandas. Segundo Netto (1996, p. 89), estas mudanças atingem a divisão sócio técnica do trabalho, modificando, por exemplo, a prática profissional, o sistema institucional, as modalidades de formação, dentre outros.

Mediante o exposto, e compreendendo as mudanças ocorridas na cena contemporânea, principalmente em decorrência das transformações societárias dos anos 1970, faz-se necessário entender a incidência de tais mudanças na particularidade do Serviço Social, enquanto profissão. Especialmente no que tange às empresas capitalistas enquanto espaços ocupacionais de assistentes sociais. Buscando, ainda, identificar como os impactos no mundo do trabalho tem refletido nesta profissão, bem como quais tem sido suas demandas e respostas frente às novas exigências do mercado. Assim, o

---

<sup>1</sup> Ressaltamos que as empresas, sejam públicas federais, distritais, de economia mista ou privadas, a qual estaremos sempre nos referindo ao longo deste trabalho, são aquelas compreendidas sob a lógica capitalista. Ou seja, são aquelas situadas no âmbito do mercado, por isso será recorrente, neste trabalho, o uso do termo empresas capitalistas.

presente Trabalho de Conclusão de Curso possui como objetivo central analisar o trabalho das/os assistentes sociais nas empresas capitalistas do Distrito Federal, a partir da realidade social que afeta direta ou indiretamente o campo de trabalho desta/e profissional nesse espaço ocupacional, bem como conhecer as atividades desenvolvidas pelas/os profissionais de Serviço Social, espaços de trabalho e condições de trabalho, principais demandas e instrumentos utilizados nas empresas capitalistas do Distrito Federal.

Estudar esse tema é de suma importância, pois trata-se de espaços sócio ocupacionais, nos quais historicamente assistentes sociais têm sido demandadas/os e por ser um assunto que ainda é preciso assumir relevância nos debates do Serviço Social, no que se refere ao exercício profissional e formação profissional, especialmente no Distrito Federal. Ou seja, a discussão de tal temática na profissão exige uma compreensão que transcenda a esfera acadêmica alcançando os espaços ocupacionais e instâncias organizativas da categoria. Neste sentido, este estudo torna-se relevante, pois há uma necessidade em analisar o exercício profissional desenvolvido nestes espaços e como é “afetado pelas mudanças no “mundo do trabalho”, tendo em vista o movimento de transformações das forças produtivas e dos mecanismos de reprodução social” (AMARAL & CESAR, 2009, p. 413.).

Motivada pela experiência vivenciada no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (NUTSS), precisamente no projeto de pesquisa intitulado “*Os Assistentes Sociais do Distrito Federal: uma análise do perfil profissional*”, e tendo acompanhado de perto as discussões sobre o processo intensificado e expansivo do sistema capitalista de produção, na atual conjuntura, bem como seus impactos no mundo do trabalho, viu-se nesse contexto histórico a oportunidade de realizar-se um estudo mais incisivo sobre o trabalho de assistentes sociais nas empresas capitalistas do Distrito Federal e o desenvolvimento do Serviço Social nessa área de atuação.

Assim, a prática de pesquisa foi determinante para o interesse em estudar com mais profundidade a temática sobre o trabalho da/o assistente social nesses espaços ocupacionais que, além de ser uma área de atuação dessa/e profissional, é, também, campo de disputa e de dupla vinculação do Serviço Social enquanto profissão, pois por um lado esta/e profissional tem um projeto sintonizado com os interesses da classe trabalhadora, por outro atende, também, os interesses do capital. Portanto, requer olhares e análises permanentes sobre essa dupla vinculação profissional, bem como as



transformações societárias decorrentes deste sistema de produção e seus impactos nos espaços ocupacionais e demandas para o Serviço Social. Uma vez que este espaço ocupacional tem sido, atualmente, reconhecido e tem demandado o trabalho de assistentes sociais, torna-se relevante conhecer, com maior profundidade, como se dá o trabalho desta/e profissional nessa relação contraditória entre capital *versus* trabalho neste espaço sócio ocupacional.

Para pensar o sistema capitalista, na atual conjuntura, e seus impactos na atuação e no perfil da/o assistente social nas empresas capitalistas, requer a utilização do método marxista, ou seja, do materialismo-histórico. Pois, entendemos ser este o método capaz de compreender a realidade, a que se propõe analisar neste trabalho, em sua totalidade nas condicionalidades das relações sociais. Dessa forma, a abordagem desta pesquisa é a materialista histórico-dialética, pois este estudo propõe analisar o Serviço Social nas empresas capitalistas. Segundo Minayo (2010, p. 24), o marxismo “considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais”. Portanto a base de estudo, aqui enunciada, é a teoria social de Marx. Visto que, “para além de examinar os fenômenos sociais a partir de suas relações de contradições e interdependências, revela seu caráter ideopolítico vinculando-se a um projeto revolucionário que propõe a superação da estrutura que gera as desigualdades sociais” (FERNANDES, 2014, p. 16).

Esse estudo é continuidade, em alguns aspectos, do plano de trabalho aprovado no edital Edital ProIC/CNPq/UnB/2014/2015, cujo título é “Perfil e Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais nas Empresas e Fundações Empresariais do Distrito Federal”, e é parte do projeto de pesquisa mais amplo intitulado “Os Assistentes Sociais do Distrito Federal: uma análise do perfil profissional”, do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (NUTSS). Onde os dados aqui apresentados foram coletados pela estudante pesquisadora, a partir de um questionário<sup>2</sup> construído pelo referido grupo de pesquisa, contendo perguntas fechadas<sup>3</sup>.

O nosso trabalho desenvolveu-se metodologicamente por meio de revisão bibliográfica e da aplicação de questionários junto às assistentes sociais nas empresas capitalistas do DF. A primeira fase de nossa pesquisa teve caráter exploratório, no qual

---

<sup>2</sup> Ver anexo A.

<sup>3</sup> Ressaltamos que, do total de itens que compõe o questionário, conforme anexo A, analisamos neste estudo apenas os itens 1 até o item 193. Ou seja, analisamos os itens que compõe os seguintes eixos: Perfil Geral da/o Assistente Social, Perfil Profissional e Qualificação Profissional, Cotidiano da Prática do Serviço Social, Principais dificuldades e possibilidades de superação, Demandas para o Serviço Social e respostas às novas demandas.

se realizou um levantamento das empresas capitalistas do Distrito Federal que têm trabalho de assistentes sociais. Nessa primeira fase exploratória, foram levantadas 23 empresas, na qual se obteve a informação da existência do trabalho de assistente social. Dessa amostra, não conseguimos o contato com profissionais de 2 empresas. Por meio de contato telefônico, *email* e presencial, pela estudante-pesquisadora, foram identificadas a existência de 50 profissionais alocadas em 21 empresas. Onde 17 demonstraram interesse e/ou aceite em participar da pesquisa. Contudo, a pesquisa foi realizada em apenas 9 empresas capitalistas, contando com 14 questionários respondidos por assistentes sociais das seguintes empresas: ELETRONORTE (Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.), CEB (Companhia Energética de Brasília), CAESB (Companhia de Saneamento Ambiental de Brasília), INFRAERO (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária), CORREIOS (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), CAIXA (Caixa Econômica Federal), BRB (Banco de Brasília), TERRACAP (Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal) e EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares).

A pesquisa foi realizada de acordo com as prerrogativas éticas defendidas e legitimadas pela categoria profissional de Serviço Social, explicitamente em sua base jurídico-política do Projeto Ético-Político desta profissão, ou seja, orientados pela lei nº 8.662 de junho de 1993, bem como pelas resoluções nº 273 de março de 1993 e as resoluções que a alteram: nº 290 e nº 293, ambas de 1994. Portanto, cabe acentuar o direito das/os assistentes sociais pelo “pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população”, assim como a “liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos”, conforme descrito no Art. 2º do Código de Ética Profissional. Por isso, é com base no Código de Ética Profissional que a participação das/dos profissionais nesta pesquisa é plausível e válida, pois trata-se de um espaço ocupacional de interesse desta categoria profissional. Desse modo, todo o desenvolvimento da pesquisa se deu em conformidade com o Código de Ética da Profissão.

No que se refere aos procedimentos éticos, foi mantido o sigilo à identidade de cada profissional, donde todas foram devidamente esclarecidas acerca da finalidade deste estudo, bem como qual o seu tema e como se daria a sua realização. Após as informações e esclarecimentos tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido (TCLE)<sup>4</sup>. No que se refere à devolutiva dos resultados dessa pesquisa, todas as envolvidas foram informadas e esclarecidas que será feita por meio digital aos interessados.

Nestes termos, o presente Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em três capítulos. No primeiro, intitulado “*Contradições do mundo do trabalho e a emergência de conflitos e confrontos*”, fizemos uma discussão com vários autores de uma vertente crítica, embasados no marxismo, traçando um panorama histórico das transformações societárias desde a transição do taylorismo/fordismo ao modelo de acumulação flexível. Discutimos, também, os impactos do processo de reestruturação produtiva nas empresas, bem como na organização dos trabalhadores. Destacamos o papel do Estado, bem como o seu processo de refuncionalização, em tempos de incorporação do neoliberalismo, e sua contrarreforma no cenário brasileiro.

No segundo capítulo, nomeadamente “*Serviço Social e trabalho: as condições sócias históricas para o desenvolvimento do Serviço Social nas empresas no Brasil*”, traçamos brevemente a trajetória do Serviço Social no Brasil, evidenciando seu surgimento, significado e institucionalização nos marcos brasileiros, bem como sua consolidação enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho em seus diversos espaços sócio ocupacionais, particularmente nas empresas capitalistas.

No terceiro capítulo, intitulado “*O trabalho das Assistentes Sociais nas empresas capitalistas do Distrito Federal*”, apresentamos de forma aprofundada o universo da pesquisa. São feitas análises de modo que nos permitiu traçar o perfil profissional neste espaço ocupacional do DF, assim como identificar os processos de trabalho nos quais as assistentes sociais estão inseridas, bem como as atividades desenvolvidas e demandas para o Serviço Social nos referidos espaços.

---

<sup>4</sup> Ver anexo B.

## CAPÍTULO 1

### CONTRADIÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E A EMERSÃO DE CONFLITOS E CONFRONTOS

#### 1.1. Transformações societárias e suas imbricações no mundo do trabalho.

As mudanças ocorridas na sociedade de uma forma geral, nas relações de produção e reprodução social<sup>5</sup>, tem sua origem na conexão contraditória entre capital e trabalho. Pois, pensar o processo de instauração e desenvolvimento de produção e reprodução do sistema capitalista torna-se necessário fazer um resgate histórico sobre as transformações societárias, que, contraditoriamente, levaram à consolidação do sistema produtivo vigente nesta sociedade. Assim, de acordo Iamamoto e Carvalho “o processo capitalista de produção expressa uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 36).

Os impactos da implantação do sistema capitalista de produção atingem todas as esferas que compõem a vida em sociedade, principalmente da classe trabalhadora, ou seja, é no mundo do trabalho que o capitalismo descarrega seu peso, sua estrutura selvagem e barbaria. Pois, a finalidade de tal sistema é sempre o “bem-estar do capital” e, por isso, a estabilidade econômica de uma sociedade é sempre a prioridade nas ações de todo o conjunto que rege e/ou que governa uma nação. É nesse sentido que, segundo Iamamoto e Carvalho (2012, p. 72), “[...] a reprodução do capital permeia as várias “dimensões” e expressões da vida em sociedade”, mas só é possível idealizar essa realidade a partir de uma visão de totalidade social desse processo. Porém, essa discussão é impossível sem estar articulada à categoria trabalho, principalmente por ser no âmbito econômico que as relações de trabalho se desenvolvem e, conseqüentemente, por seus impactos recaírem sempre no mundo do trabalho.

---

<sup>5</sup> Essa afirmação é encontrada em Iamamoto e Carvalho (2012, p. 35-36). De acordo os autores, os homens, para produzir e reproduzir os meios de vida e de produção, estabelecem determinados vínculos e relações mútuas, dentro e por intermédio dos quais exercem uma ação transformadora da natureza, ou seja, realizam produção. Logo, ainda segundo os autores, a produção social não se trata de produção de objetos materiais, mas sim de relação social entre pessoas, entre classes sociais que personificam categorias econômicas.

Para uma melhor compreensão dessas categorias, capital e trabalho, ninguém melhor do que Marx para nos contemplar e nortear essa discussão. O pensador alemão, fundador da teoria social e do método materialista histórico-dialético<sup>6</sup>, nos permite, para “além de examinar os fenômenos sociais a partir de suas relações de contradições e interdependências, revela seu caráter ideopolítico vinculando-se a um projeto revolucionário que propõe a superação da estrutura que gera as desigualdades sociais” (FERNANDES, 2014, p.16), ou seja, permite-nos ter uma dimensão de totalidade social.

A ordem societária a que estamos nos referindo é o modo de produção capitalista, cujas contradições são inerentes a essa sociabilidade, revelando-se sempre na luta de classes. Pois, de acordo Marx e Engels (1999, p. 7-8), “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes” entre “[...] a burguesia e proletariado”. E por isso a categoria central dos estudos de Marx é o trabalho, que por sua vez permite-nos, de acordo Fernandes (2014, p.17) “explicar o desenvolvimento da humanidade”. Para Marx, a produção não existe sem um “trabalho acumulado no passado, mesmo que esse trabalho consista na habilidade que, pelo exercício repetido, se desenvolveu e se concentrou na mão do selvagem” (MARX, 1999, p. 10), ou seja, na mão do capital, que além de ser trabalho é, também, um instrumento na produção, como afirma Marx. Nesse sentido, o trabalho é a condição para a existência humana e sua reprodução, ou seja, é uma necessidade e dele surge as relações sociais, que:

Estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor dá-nos a sociedade com o capitalista industrial. (MARX, 2009 apud NETTO, 2011, p. 34).

---

<sup>6</sup>De acordo Fernandes (2014, p. 16), o método materialista histórico e dialético “constitui-se do exame racional da realidade baseando-se em processos históricos reais. Entendendo que a determinação da história se dá a partir da produção da vida real, Marx busca compreender os fenômenos sociais realizando o movimento dialético entre o concreto sentido - a própria realidade em sua dinâmica cotidiana, e o concreto pensado - que se dá pela suspensão da realidade e a reflexão sobre esta para seu entendimento e apreensão. De modo a apresentar os determinantes desta perspectiva teórico-metodológica, torna-se relevante elucidar questões centrais da obra *A Ideologia Alemã*, na qual ocorre a primeira exposição sistematizada acerca do método materialista histórico”.

O nosso objetivo nesse item não é fazer uma análise sobre o que determina a categoria trabalho e a categoria capital, mas sim entender as contradições existentes entre elas e como suas transformações afetam o mundo do trabalho e, conseqüentemente, uma única categoria, ou seja, a classe trabalhadora. Dito isto, temos que o trabalhador é o possuidor da força de trabalho que o capitalista precisa para fazer produzir e reproduzir o capital, ou seja, o capitalista possui os meios de produção e paga, conseqüentemente, o valor pela compra da força de trabalho do trabalhador sob a forma de salário. Dessa maneira, estabelece-se uma relação de troca. Mas o trabalhador é quem realmente produz e se reproduz, para além de mercadorias, não se reconhecendo no que ele mesmo produziu. Portanto, de acordo Fernandes (2014, p.18), é estabelecida uma relação de trabalho estranhado, “onde quem constrói e dá vida à produção se vê alienado ao que é gerado por sua própria força de trabalho. Neste sentido, o trabalho ontológico que nasce como emancipatório se transforma em labor, ônus e sufoca, enquanto deveria, essencialmente, libertar”.

Como o objetivo do capital é sempre o lucro e a acumulação, como aponta Marx em seus estudos sobre a Lei Geral da Acumulação Capitalista, especificamente em seu volume II do livro I “O Capital”, sendo essa a sua essência e/ou o que o mantém, quem sofre, e é sugado, é o trabalhador. Este, por sua vez, tem sua força de trabalho explorada e dela extraída o máximo de mais-valia “a partir dos simultâneos processos de trabalho e valorização que integram a formação do valor das mercadorias, o qual se realiza na esfera da circulação”, (BRAZ; NETTO, 2006 *apud* BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 68-9). Assim, as grandes empresas buscam a produção incessantemente, procurando sempre ampliar suas forças produtivas e, conseqüentemente, níveis elevados de produtividade. Para isso buscam novas formas de produção, usando das mistificadas formas tecnológicas e de máquinas que aceleram a produção, por exemplo, tendo como consequência a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. O resultado disso, “como mostra Marx, é o caráter contraditório e instável inerente ao capitalismo, onde quanto mais elevado é o grau de desenvolvimento das forças produtivas, maior é o cenário de pobreza, miséria e desemprego”, (FERNANDES, 2014, p.18).

Portanto, qualquer mudança no modo de produção capitalista afeta o conjunto da totalidade da vida em sociedade, principalmente para aqueles que vivem do seu trabalho. Dessa forma, nosso ponto de partida são alguns marcos societários, considerados os mais relevantes para este estudo, do desenvolvimento capitalista no

século XX, da produção e reprodução das relações sociais, que afetaram e/ou afetam direta ou indiretamente o mundo do trabalho e que tem ingressado no século XXI. Neste sentido, a partir do entendimento de que o sistema capitalista não existe sem crises, na verdade vive à sombra destas, ou seja, ele está fadado a quebra e “ressureição”, pois de acordo Netto e Braz (2011, p. 167), “não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise”, observamos o quão contraditório é tal sistema. Pois, tem sido por meio desses conflitos e confrontos, entre guerras e pós-guerras, entre classes, capital e trabalho que o sistema capitalista tem predominado até os dias atuais. Mas temos que considerar uma peculiaridade nesse processo e, principalmente, nas crises do capital, pois há intimamente uma relação com a “disputa” e/ou tensão existente entre trabalho vivo e trabalho morto durante as transformações dos processos de trabalho.

Como foi ressaltado nesse texto, e como aponta Netto e Braz (2011), historicamente as transformações societárias acontecem, principalmente, em tempos de crises econômicas. Onde, segundo os autores, depois da apropriação e “consolidação do comando da produção pelo capital, a história, real e concreta, do desenvolvimento do capitalismo, [...] é a história de uma sucessão de crises econômicas”, (NETTO; BRAZ, 2011, p.166). Assim, iniciamos destacando uma das maiores crises econômicas já enfrentadas, cujas consequências foram devastadoras, a crise de 1929-1932, que abriu o século XX e ficou conhecida como o período da Grande Depressão. Houve, antes desta, outras crises, mas como nosso intuito é identificar os marcos societários do século XX, então começamos por aquela que foi considerada catastrófica. Ressaltamos que não é nosso objetivo fazer um relato histórico das crises, mas sim pontuar algumas características particulares de cada uma que refletiram e, ainda, refletem em nossa sociedade, principalmente no atual cenário brasileiro.

O pivô do contexto desta crise foi a superprodução e posteriormente expressa pela quebra da bolsa de valores de Nova York, cujos impactos estendeu-se a nível global<sup>7</sup>, atingindo, principalmente, o comércio mundial. Consequentemente,

Instaura-se a desconfiança de que os pressupostos do liberalismo econômico poderiam estar errados (Sandroni, 1992: 151) e se instaura, em paralelo a revolução socialista de 1917, uma forte crise econômica, com desemprego em massa, e também de legitimidade política do capitalismo. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 68).

---

<sup>7</sup> Como afirma Netto (2012, p. 416), essa crise “não teve por espaço apenas uma região geopolítica determinada: ela envolveu o globo; durou em torno de dezesseis anos e só foi ultrapassada no segundo pós-guerra”.

Como nem tudo tem seu lado ruim, esse momento foi crucial para colocar-se a provas os limites existentes na proposta econômica defendida pelo liberalismo clássico, ou seja, a de uma economia autorregulada.

Nesse sentido, a crise trouxe mudanças significativas na sociedade, em um contexto marcado pelo imperialismo clássico, surgindo demandas reconfiguradas para a burguesia, cuja estrutura econômica estava ameaçada. O contexto da crise abalou seus investimentos e, conseqüentemente, viu-se a mercê da recessão e em busca de meios para superação e, assim, se reestabelecer e manter-se no ciclo produtivo. É nesse cenário que surge como proposta, encabeçada pelo economista britânico John Maynard Keynes<sup>8</sup>, a intervenção do Estado para reestabelecer a produção. De acordo Behring e Boschetti (2011, p. 71), “as propostas de Keynes estavam sintonizadas com a experiência do *New Deal*<sup>9</sup> americano, e inspiraram especialmente as saídas europeias da crise”, e essa unificação expandiu-se internacionalmente, cuja aplicabilidade levou à tão sonhada estabilidade econômica.

Segundo Keynes, cabe ao Estado, a partir de sua visão de conjunto, o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo à economia. A política keynesiana, portanto, a partir da ação do Estado, de elevar a demanda global, antes de evitar a crise, vai amortecê-la através de alguns mecanismos, que seriam impensáveis pela burguesia liberal *stricto sensu*. [...] Nas fases de prosperidade, ao contrário, o Estado deve manter uma política tributária alta, formando um superávit, que deve ser utilizado para o pagamento das dívidas públicas e para a formação de um fundo de reserva a ser investido nos períodos de depressão (Sandroni, 1992: 85). Tal intervenção estatal para fugir da armadilha recessiva provocada pelas decisões dos agentes econômicos individuais, com destaque para o empresariado, tinha em perspectiva um programa fundado em dois pilares: pleno emprego e maior igualdade social [...]. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 85-6).

Mas o processo produtivo precisava de mudanças também, e é por isso que as ideias de Keynes não funcionariam se não estivessem atreladas ao modelo fordista-

---

<sup>8</sup> As ideias de Keynes podem ser encontradas no seu clássico livro *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, publicado em 1936.

<sup>9</sup> Segundo as autoras, Behring e Boschetti (2011), foi uma saída que Roosevelt, presidente dos EUA na época, encontrou “com vistas à retomada do desenvolvimento econômico do país. O *New Deal* marcou um período de forte intervenção estatal na regulação da política”. Essa opção só foi possível a partir de uma série de acordos e medidas que buscam o enfrentamento à crise e o reestabelecimento econômico a partir da intervenção do Estado na economia.



taylorista de produção. Frederick Winslow Taylor, daí a origem da denominação do taylorismo, foi um engenheiro norte-americano que desenvolveu um novo modelo de organização da produção baseado na eficiência do trabalho. As características desse modelo eram a maximização da produtividade, por meio da “padronização das atividades desempenhadas pelos trabalhadores juntamente à racionalização dos recursos nela envolvidos”, (FERNANDES, 2014, p. 20). Entretanto, Henry Ford, criador do fordismo, deu aplicabilidade ao modelo taylorista, renovando o sistema de produção industrial. Para Antunes (2000), a junção destes trouxe mudanças significativas nos processos de trabalho.

Entendemos o fordismo fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; [...] pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. Menos do que um modelo de organização societal, que abrangeria igualmente todas as esferas da sociedade, compreendemos o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século. (ANTUNES, 2000, p. 25).

Marcado pela sua rigidez e padronização, o modelo fordista-taylorista, por meio das invenções tecnológicas e organizacionais de Henry Ford, revolucionou a indústria automobilística. Apesar da assertiva na junção dos modelos, haviam distinções entre os modelos, como aponta David Harvey:

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. (HARVEY, 2009, p. 121).

Todavia, mesmo com as intensas mudanças no mundo do trabalho e, consequentemente, nos processos produtivos, o fordismo precisava de um mecanismo político e, por isso, o keynesianismo se apresenta como tal. Por meio das inovações tecnológicas, introduzidas pelas linhas de montagem nas indústrias, o keynesianismo-fordista conseguiu reduzir os custos da produção, elevando os níveis produtivos. Assim,

o rendimento do trabalho também foi alcançado. Mas isso não seria possível sem os acordos coletivos com os trabalhadores e a contenção das superproduções, ou seja, com redução das jornadas de trabalho e a garantia de consumo do que viria a ser produzido. Esse procedimento é crucial para restaurar a economia. Por isso, nesse movimento, e nesse contexto, a intervenção do Estado foi dada como alternativa para a contensão da crise, como aponta Behring e Boschetti (2011, p.86), "o fordismo, então, foi bem mais que uma mudança técnica, com a introdução da linha de montagem e da eletricidade: foi também uma forma de regulação das relações sociais, em condições políticas determinadas".

Não obstante, como não há um desenvolvimento lógico ou estabilidade perfeita, muito menos no sistema capitalista de produção, esse modelo de produção também teve seus altos e baixos. David Harvey nos mostra que a história do estabelecimento do sistema fordista é longa e complicada, pois “dependeu de uma miríade de decisões individuais, corporativas, institucionais e estatais, muitas delas escolhas políticas feitas ao acaso ou respostas improvisadas às tendências de crise do capitalismo” (HARVEY, 2009, p. 122-3), principalmente na Grande Depressão dos anos 30. Dito isto, em suma, as mudanças e/ou transformações, que tendem a levar a crise do sistema capitalista, aparecem de formas diferentes nas nações e/ou nas nações-Estados, conforme destaca Harvey (2009), e são derivadas de divergências políticas, práticas ideológicas e intelectuais, ou seja, conflito de interesses econômicos.

Cabe destacar que a história nos mostra que as transformações societárias, que geralmente tem impacto mundial, são provenientes a partir de evoluções, seja de grandes saltos tecnológicos, seja de mudanças na produção e, conseqüentemente, na economia ou seja entre guerras e pós-guerras. Para Netto e Braz (2011, p. 168), “as crises próprias do modo de produção capitalista são inteiramente diferentes” das crises pré-capitalistas. Assim, para os autores, um dos fatores que incide no modo de produção e levam a crises “é a redução da produção que leva a diminuição da força de trabalho utilizada”, ocasionando o desemprego, por exemplo. Portanto, segundo os autores, o ciclo econômico, entre uma crise e outra, distingue-se quatro fases: a crise, a depressão, a retomada e o auge<sup>10</sup>. Essas fases, mostram as contradições das crises e do próprio sistema capitalista, como já foi frisado neste trabalho. Em suma, as crises não acontecem do nada, um dos detonadores destas podem ocorrer, por exemplo, de um

---

<sup>10</sup> Tais fases são mais aprofundadas no livro dos autores NETTO e BRAZ (2011).

“incidente econômico ou político qualquer (a falência de uma grande empresa, um escândalo financeiro, a falta repentina de matéria-prima essencial, a queda de um governo)”<sup>11</sup>. Essas divergências acabam colocando nações em guerras, pois os diversos interesses políticos, econômicos e ideológicos levam a devastação de nações quando entram em conflitos.

Feitas as ressalvas acima, a história nos mostra que o fordismo, apesar de suas dificuldades de disseminação, perdurou entre guerras e pós-guerras, mantendo-se intacto até mais ou menos 1973, como nos mostra Harvey (2009). A aliança entre o fordismo e o keynesianismo, teve seus desdobramentos a níveis mundiais, ou como diz Harvey (2009, p. 125), houve um “surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para suas redes inúmeras nações descolonizadas”. Mas o fordismo teve seu ápice mesmo nos chamados “anos dourados”, especificamente, nas décadas de 1940 e 1960. As novas mudanças na divisão sócio técnica do trabalho fez com que a produção conseguisse, principalmente nos países de capitalismo avançado, paralelamente com a produtividade, atingir significativamente a lucratividade. Mas, de acordo o referido autor, essas metas, ou seja, essas expansões no pós-guerra só foram alcançadas por meio de uma série de acordos e compromissos por parte dos principais agentes do desenvolvimento do capital, quais sejam o Estado, o capital corporativo (empresas) e o trabalho organizado. No entanto, como já foi dito anteriormente, nem tudo tem ciclo contínuo e estável, assim o fordismo e o keynesianismo se mostram incapazes de conter as contradições deste sistema, como destaca Harvey:

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho [...]. A rigidez dos compromissos do Estado foi se intensificando à medida que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensão etc.) aumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos. O único instrumento de resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável. E, assim, começou a onda inflacionária

---

<sup>11</sup> *Ibidem.*, p. 169.

que acabaria por afundar a expansão do pós-guerra. (HARVEY, 2009, p. 135-6).

Contudo vale ressaltar que paralelo ao movimento fordista-keynesiano estava em curso o desenvolvimento do *Welfare State*<sup>12</sup>, ainda em fase de experimentação, com fortes influências do pensamento keynesiano. O “Estado de Bem-Estar Social”, termo usado na literatura brasileira, foi um regime estabelecido na Europa em um momento cujas “as políticas sociais vivenciaram forte expansão após a Segunda Guerra Mundial, tendo como fator decisivo a intervenção do Estado na regulação das relações sociais e econômicas” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.98). A finalidade desse modelo era tanto promover condições mínimas no campo social a fim de manter a lógica mercantil, quanto “atender” as demandas dos trabalhadores, por meio de serviços e políticas, para que estes pudessem ter condições, ainda que mínimas, de exercer suas funções no ciclo produtivo/econômico e, conseqüentemente, na circulação das mercadorias. Todavia, Behring e Boschetti (2011), nos alerta que no Estado brasileiro, o Estado de Bem-Estar Social voltado para a regulação entre capital e trabalho, não foi vivenciado pelo país conforme os moldes dos países europeus, principalmente por ter “seu caráter corporativo e fragmentado, distante da perspectiva da universalização de inspiração beveridgiana”<sup>13</sup>. Pois, sem massa trabalhadora e a exploração da força de trabalho desta não há capital, assim este, para manter-se fortemente no controle vê-se sujeito a atender algumas exigências do operariado, como destaca Mota (2011):

A questão reside no fato de o capital ser compelido a incorporar algumas exigências dos trabalhadores, mesmo que elas sejam conflitantes com os seus interesses imediatos; mas, ao fazê-lo, procura integrar tais exigências à *sua ordem*, transformando o atendimento delas em respostas políticas que, contraditoriamente, também atendem às suas necessidades. (MOTA, 2011, p. 123, grifo da autora).

Cabe salientar que o movimento operário, mesmo em crise de representatividade, manteve-se lutando em meio ao processo de implantação do modelo fordista-taylorista-keynesiano, inclusive lutando para melhorias das condições de

---

<sup>12</sup> Behring e Boschetti (2011), no livro *Política Social: fundamentos e história*, ressaltam o cuidado no uso do termo. De acordo as autoras, “é comum encontrar na literatura sobre políticas sociais a utilização do termo *Welfare State* para designar genericamente os países que implementaram políticas sociais sob a orientação keynesiano-fordista [...]. Também é usual encontrar na literatura esse mesmo tratamento, ou então utilizar sua tradução (Estado de Bem-Estar) para exemplificar a realidade brasileira” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 96).

<sup>13</sup> *Ibidem.*, p. 106.

trabalho diante do modelo rígido de produção. A relação de dominação sob os trabalhadores vai mudando com os avanços do capital industrial entre os anos 1970 e 1980, pois a classe trabalhadora vai ganhando “expressão política”, como aponta Mota (2010), confrontando a classe capitalista. Esse cenário modificou o panorama social, segundo a autora, exigindo do sistema capitalista uma intervenção junto às ações coletivas da classe trabalhadora. E por isso Mota (2011) ressalta que o capital se viu obrigado a atender as demandas dos trabalhadores, ainda que fossem acordos restritos. Neste período histórico o movimento da classe trabalhadora foi significativo na conquista de alguns direitos do trabalho. Todavia Marx e Engels (2009, p. 23) já nos alertava sobre o potencial da classe trabalhadora pois "de tempos em tempos os trabalhadores saem vitoriosos. Mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o sucesso imediato, mas a união crescente". Porém, é sabido que, mesmo com essa crescente união, não houve na história nenhum fatalismo, ou seja, não quer dizer que o acúmulo crescente pode levar necessariamente a ruptura do capitalismo, mas pode derrotar algumas imposições postas por tal sistema, onde nem sempre os trabalhadores podem sair vitoriosos.

Entretanto, no período de 1973 detona-se mais uma crise, caracterizada como uma crise estrutural do sistema capitalista (MESZÁROS, 2006), principalmente nos países de capitalismo avançados. Os principais incidentes que levaram à explosão de tal crise foi a quebra dos mercados imobiliários, o aumento do petróleo e o impedimento da exportação deste para o ocidente, o que atingiu, principalmente as grandes economias do mundo e que acabou levando ao colapso do sistema fordista-keynesiano a partir de então. Segundo Harvey (2009, p. 137), "a forte deflação de 1973-1975 indicou que as finanças do Estado estavam muito além dos recursos, criando uma profunda crise fiscal e de legitimação", causado por índices exacerbados de inflação, levando há um processo de estagnação e recessão, cujas causa mais uma vez é deflagrado por um processo de superprodução, como nos aponta o autor.

Neste período, a instabilidade econômica, desencadeados a níveis mundiais por causa da quebra no mercado, "vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho", segundo Antunes (2000, p. 24). Assim, a rigidez do modelo fordista já não atendia mais o modo de produção capitalista, diante da crise ali instalada. Dessa forma, foi preciso buscar formas de superação do contexto em que se encontrava a economia mundial, bem como na organização do trabalho e da própria produção. Era preciso mudar as

próprias relações de produção e, conseqüentemente as relações sociais. É nesse contexto que o modelo fordista foi sendo diversificado paulatinamente por medidas que visavam uma reorganização e reestruturação do modo de produção, afim de reestabelecer ciclo econômico. Tais medidas tiveram impactos direto na vida dos trabalhadores, que neste campo viram seus direitos e conquistas sendo minados a partir de então, como destaca Netto (1996):

O marco dos anos setenta não é um acidente cronológico; ao contrário: a visibilidade de novos processos se torna progressiva à medida que o capital monopolista se vê compelido a encontrar alternativas para a crise em que é engolfado naquela quadra. Com efeito, em 1974-1975 explode a "primeira recessão generalizada da economia capitalista internacional desde a Segunda Guerra Mundial" (Mandel, 1990, p.9). Essa recessão monumental e o que se lhe seguiu pôs de manifesto um giro profundo na dinâmica comandada pelo capital: chegava ao fim o padrão de crescimento que, desde o segundo pós-guerra e por quase trinta anos [...] sustentara, com as suas "ondas longas expansivas", o "pacto de classes" expresso no Welfare State (Przeworski, 1991). Emergia um novo padrão de crescimento que, operando por meio de "ondas longas recessivas" (Mandel, 1976), não só erodia as bases de toda a articulação sociopolítica até então vigente como, ainda, tornava exponenciais as contradições imanentes à lógica do capital, especialmente aquelas postas pela tendência à queda da taxa média de lucro e pela superacumulação (Mandel, 1969, I, V e 3, XIV). É para responder a este novo quadro que o capital monopolista se empenha, estrategicamente, numa complicada série de reajustes e conversões que, deflagrando novas tensões e colisões, constrói a contextualidade em que surgem (e/ou se desenvolvem) autênticas transformações societárias. (NETTO, 1996, p. 90).

O novo padrão de crescimento, do qual Netto se refere acima, é o modelo toyotista<sup>14</sup> de produção, que tem sua origem no Japão. Modelo de acumulação flexível ou modelo de reestruturação produtiva (HARVEY, 2009; ANTUNES, 2000), como ficou mais conhecido, é baseado em um processo ágil e lucrativo de mercadorias, ou seja, numa produção limitada, porém diversificada, preocupando-se com a qualidade do produto e superação do desperdício, seja de tempo, seja de dinheiro. Esse modelo trouxe a possibilidade de recuperação do cenário econômico ali instalado pela crise, pois se apresentou eficiente e eficaz, tanto na produção quanto nos processos de trabalhos flexibilizados, tendo os trabalhadores que qualificar-se, também, para atender as demandas do novo modelo de produção, como destaca Behring:

---

<sup>14</sup> Foi originado na *Toyota*, desenvolvido pelo engenheiro *Ohno*, por isso é denominado de *toyotismo/ohnismo*. No entanto ficou mundialmente conhecido como modelo de acumulação flexível.

A produção é conduzida pela demanda e sustenta-se na existência do estoque mínimo. O *just in time* e o *kanban* asseguram o controle de qualidade e estoque. Um pequeno grupo de trabalhadores multifuncionais ou polivalentes opera a ilha de máquinas automatizadas, num processo de trabalho intensificado, que diminui ainda mais a *porosidade* no trabalho e o desperdício. (BEHRING, 2003, p. 35, grifos da autora).

A acumulação flexível é marcada pelo confronto direto com o modelo fordista, como afirma Harvey (2009, p. 140), apoiada na flexibilização “dos processos de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo”. É nesse sentido que, de acordo o autor, em busca da diversidade da produção, no novo modelo instaurado na acumulação flexível, faz-se necessário a articulação com o processo de fusões de grandes corporações, tendo vista a ampliação do campo de possibilidades de expansão, afim de garantir uma maior lucratividade. Em outros termos, essa é uma característica típica do capitalismo contemporâneo, trata-se de um movimento oportuno para a formação de grandes oligopólios.

A "flexibilização" pretendida pelo grande capital vem sendo favorecida pelo direcionamento a que ele submete a verdadeira revolução tecnológica que, desde os anos cinquenta, afeta as forças produtivas. Sem entrar na polêmica acerca dessa revolução [...], é fato que, no processo produtivo, opera-se a substituição da eletromecânica pela *eletrônica* e uma crescente *informatização* do processo de automação - o que, com a saliência adquirida pelas atividades de pesquisa e projeto e com o desenvolvimento de novos materiais e condutores de baixa perda, altera profundamente o processo produtivo. Consequentemente, o processo de trabalho e os seus mecanismos de controle e organização experimentam modificações que não podem ser minimizadas. (NETTO, 1996, p. 91-2).

O surgimento desse novo modelo, que se baseia na revolução tecnológica, como destaca Harvey (2009), é carregado de incertezas e questões, tais como o crescimento das altas taxas de desemprego, a imposição pela qualificação polivalente, transformações na globalização econômica, e uma hipertrofia da financeirização na economia. Os reflexos recaem sob a massa trabalhadora, desde a sua inserção no mundo do trabalho (quando consegue inserir-se), por meio da venda da sua força de trabalho (sua única mercadoria) e exploração exacerbada desta sob condições de precarização, à fragmentação de direitos trabalhistas, como afirma Netto:

Não é preciso muito fôlego analítico - para quem conhece a projeção marxiana acerca da relação ciência/produção, cada vez mais confirmada pela dinâmica capitalista - para concluir que a revolução tecnológica tem implicado uma extraordinária economia de *trabalho vivo*, elevando brutalmente a *composição orgânica do capital*. Resultado direto (exatamente conforme a projeção de Marx): *crece exponencialmente a força de trabalho excedentária em face dos interesses do capital*. O capitalismo tardio, transitando para um regime de acumulação "flexível", reestrutura *radicalmente* o mercado de trabalho, seja alterando a relação entre excluídos/incluídos, seja introduzindo novas modalidades de contratação [...], seja criando novas estratificações e novas discriminações entre os que trabalham (cortes de sexo, idade, cor, etnia). A exigência crescente, em amplos níveis, de trabalho vivo superqualificado e/ou polivalente [...], bem como as capacidades de decisão requeridas pelas tecnologias emergentes (que colidem com o privilégio do comando do capital), coroa aquela radical reestruturação - reestruturação que, das "três décadas gloriosas" do capitalismo monopolista, conserva os padrões de exploração, mas que agora se revelam ainda mais acentuados, incidindo muito fortemente seja sobre o elemento feminino que se tornou um componente essencial da força de trabalho, seja sobre os estratos mais jovens que a constituem, sem esquecer os emigrantes que, nos países desenvolvidos, fazem o "trabalho sujo". (NETTO, 1996, p. 92-93).

As transformações ocorridas no modo de produção capitalista tiveram impactos direto na vida dos trabalhadores, principalmente em aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos. Pois, as mudanças no mundo do trabalho corromperam a forma de organização e das manifestações sindicais da classe trabalhadora, uma vez que, nos direitos do trabalho, houve regressos significativos. Para Antunes (2000), tais manifestações eram articuladas aos movimentos sociais, cujas reivindicações eram voltadas para emancipação humana e do trabalho. Entretanto passaram a ser, até então, pela busca de negociações acentuadas na ordem do capital, "operando uma aceitação também acrítica da social-democratização, ou o que é ainda mais perverso, debatendo no universo da agenda e do ideário neoliberal" (ANTUNES, 2000, p. 43). Os direitos do trabalho foram, e ainda são, desregulamentados, de acordo o autor, e flexibilizados, atendendo as necessidades do capital. Por isso, para o autor, esses direitos, frutos de conquistas históricas dos trabalhadores, são "substituídos e eliminados do mundo da produção"<sup>15</sup>.

A partir desse cenário, Antunes (2000) nos mostra que a década de 1980 sofreu profundas transformações no mundo do trabalho, principalmente nos países de capitalismo avançado. As diversas resistências de classe, especificamente dos

---

<sup>15</sup> *Ibidem.*, p. 24.



trabalhadores, foram derrocadas diante de tais transformações. O poder sindical e a sustentação política organizativa dos trabalhadores, ante a um processo de reestruturação produtiva e de desemprego estrutural, perdem força, visibilidade e voz ao confrontar o sistema, patenteando-se uma conjuntura hostil entre a luta de classes. Visto que, essas mudanças impactaram na “dissolução de identidades coletivas, ascensão do individualismo e perda generalizada de direção” (BIHR, 1998, p. 12). Diferentemente das décadas que antecederam o então cenário que, segundo Behring e Boschetti (2011, p. 124-5), teve considerável avanço nas reformas democráticas no que se refere à ampliação dos direitos sociais viabilizado pelas políticas sociais, o período que se instaura é contrarreformista<sup>16</sup>, “desestruturando as conquistas” alcançadas nas décadas anteriores, “em especial os direitos sociais”.

As mudanças ocorridas desde as crises de 1929 a 1973, tiveram seus desdobramentos a níveis mundiais, que marcaram a história do sistema capitalista, cujas consequências são vivenciadas até os dias atuais. Principalmente a partir da implementação do então vigente modelo de acumulação flexível. Mas, é necessário entender as particularidades das transformações no mundo do trabalho, sob a égide da reestruturação produtiva, nas grandes empresas e na organização dos trabalhadores. É o que será discutido no próximo item.

## **1.2. Impactos do processo de reestruturação produtiva nas empresas e na organização dos trabalhadores.**

Partimos da premissa de que o papel da classe trabalhadora é crucial para o desenvolvimento do sistema capitalista, pois sem exploração da força de trabalho o capital não tem como ser capital. Portanto, não negamos aqui a centralidade do trabalho no mundo capitalista. Pois, concordando com Antunes (2000), reconhecemos o papel central da classe trabalhadora na transformação societal contemporânea. Todavia é inegável a existência de um campo de disputa entre o trabalho vivo e trabalho morto, principalmente a partir do então modelo de acumulação flexível. Não obstante, de acordo Antunes (2000, p.10-1), para o capital é essencial manter o trabalho vivo no processo de criação de valores, de forma que se intensifiquem as formas de extração de

---

<sup>16</sup> Essa temática será melhor aprofundada no item 1.3 deste capítulo.

mais-valia em tempo cada vez mais reduzido. É nesse sentido que o autor “defende a tese de que a sociedade do capital e sua *lei do valor* necessitam cada vez [...] *mais* das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado”, ou seja, formas de trabalho precarizado, reduzindo o trabalho estável. Esse processo de redução, herança do taylorismo-fordista, como destaca o autor supracitado, juntamente com o descompasso das diversificadas formas de trabalho, são intensificadas e desenvolvidas na “era da empresa flexível” e da “desverticalização produtiva”.

As tensões se apresentam fortemente quando o capital usa dos avanços tecnológicos para inovar seu modo de produção, principalmente a partir das inovações advindas do modelo toyotista, “descartando” grande parte do trabalho vivo do mundo do trabalho. Mesmo sendo essa a massa que realmente produz valor. Para Antunes (2000, p. 12), as máquinas, por mais inteligentes que sejam, não podem substituir os trabalhadores, pois “o saber científico e o saber laborativo mesclam-se mais diretamente no mundo contemporâneo, *sem que o primeiro se sobreponha ao segundo*”. As mudanças e transformações no modo de operacionalização no mundo da produção foram muitas. Assim, os trabalhadores viram seus postos de trabalho em ameaça pelas máquinas revolucionadas a partir do salto tecnológico dos 1980, sendo obrigados a ampliar suas capacidades, ou seja, seus saberes na esfera produtiva. É nesse processo que falamos da transformação de trabalho vivo em trabalho morto, pois esta relação está acentuada na transferência de capacidades intelectuais para a maquinaria informatizada, como, por exemplo, os computadores, como bem coloca Antunes (2000), e é daí que emerge o conflito.

As ressalvas supracitadas têm impacto direto com o que propomos discutir nesse item, uma vez que foi, e ainda é no universo das empresas produtivas e de serviços e nos processos de trabalho que a reestruturação produtiva teve seus maiores impactos. A crise começa antes da substituição do padrão de acumulação taylorista-fordista pelo de reestruturação produtiva, baseado na acumulação flexível. Pois o primeiro, com o uso do cronômetro e a produção em série e em massa, ficou conhecido pela sua rigidez, que, de acordo Antunes (2000, p. 24), diminuiu-se [...] o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório”. O segundo modelo buscou-se adequar a produção à nova lógica do mercado, onde a produção em série em massa foi gradativamente substituída pela flexibilização da produção, que conforme Antunes:

Buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a “gestão participativa”, a busca pela “qualidade total”. [...] O *toyotismo* penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho”. (ANTUNES, 2000, p. 24, grifo do autor).

O mundo do trabalho é afetado com essas transformações de tal modo que, quem vive do trabalho, viu-se obrigado a aceitar o novo projeto de produção capitalista. No toyotismo a produção é centralizada no estoque mínimo, onde o *just in time* garante o melhor aproveitamento e o *kaban* controla, por meio de seu sistema de senha, a necessidade de reposição dos produtos. E para controlar esses sistemas o trabalhador precisa de flexibilidade na operacionalização das várias máquinas, o que é chamada de polivalência do trabalhador, segundo Antunes (2000, p. 34). São mudanças assim, no sistema produtivo, e consequentemente nas empresas, que exigem qualificação dos trabalhadores, acentuada na agilidade e adaptação às novas máquinas para atender às novas exigências do capital. Por isso, é preciso que a organização do trabalho também seja flexível. Como nos mostra Alain Bihr (1998):

A flexibilidade do processo de trabalho requer simultaneamente uma *organização flexível do trabalho*, ou seja, o trabalhador deve ser capaz de ocupar diferentes postos de trabalho, de intervir em diferentes tipos de materiais, de inserir-se em diferentes segmentos do processo de trabalho, etc. [...]. Com a fluidez para requerer uma mão-de-obra polivalente, qualificada, bem formada, operando em equipes [...]. Esse processo de cisão acentua-se ainda devido à *flexibilidade da força de trabalho*[...]. Trata-se, inicialmente, do afrouxamento das condições jurídicas (legais ou convencionais) que regem o contrato de trabalho (basicamente as condições de contratação e de demissão), implicando especialmente a possibilidade de se recorrer facilmente ao trabalho em tempo parcial e ao trabalho temporário: aqui, flexibilidade rima diretamente com instabilidade. (BIHR, 1998, p. 92, grifos do autor).

O trabalhador é impulsionando a se qualificar para se enquadrar e manter-se no mundo do trabalho, mas nem todos conseguem. É uma característica do então modelo de acumulação flexível. Para Antunes (2000) são processos que caminham para uma dupla direção: por um lado tende para uma a qualificação e intelectualização do trabalho e por outro para uma maior desqualificação deste. Como, por exemplo, a inserção da tecnologia no mundo do trabalho que exige desse trabalhador uma especialização, o que leva a desqualificação de inúmeros setores operários, ficando de fora grande parte dos trabalhadores, conforme Antunes (2000). Esse modo de produção é realmente

contraditório, pois, se por um lado emprega, por outro desemprega. Ou seja, por um lado o operariado industrial e fabril diminui, por outro o subproletariado aumenta.

Todavia, segundo Antunes (2000), o toytismo reduziu-se no âmbito da produção por ter sua integração a nível horizontal, “estendendo-se às subcontratadas”. Em consequência dessa horizontalização, expande-se os métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores. Dessa forma, de acordo o autor, propagam-se intensamente, após a implementação do modelo toyotista de produzir, elementos como: o modo *koban, just in time*, a flexibilização, a terceirização, a subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, eliminação de desperdício, “gerência participativa”, sindicalismo na empresa, entre outros. Consequentemente intensifica-se o trabalho, e tanto o emprego quanto a remuneração do trabalhador são precarizados.

O novo modelo e suas grandes mudanças não são nem um pouco flexíveis com o trabalhador, pelo contrário, seu único fim é manter o capital em ciclo, mesmo que seja preciso “cortar cabeças” e/ou excluir e segregar pessoas do setor. Desse modo, as transformações no mundo do trabalho, neste contexto, orientadas pela hegemonia neoliberal, tem como consequência a expansão do desemprego estrutural, como destaca Antunes (2000). Este, por sua vez, é conduzido pela oferta de empregos acentuados na flexibilização dos contratos, que levam ao enfraquecimento dos vínculos trabalhistas, de natureza instável e temporário. Esse ciclo é mantido pela alternância de trabalhadores associado à “disposição” do exército industrial de reserva. Assim, Antunes (2000, p. 41) ressalta que “a substituição do fordismo pelo toytismo não deve ser entendida como um novo modo de organização societal, livre das mazelas do sistema produtor de mercadorias”.

Mas as mudanças não recaem apenas na particularidade dos trabalhadores, elas também afetam as empresas, que por sua vez precisa acompanhar tais mudanças, tendo em vista sua manutenção no ciclo produtivo e econômico. É nesse sentido que, de acordo Wantanabe (1993) *apud* Antunes (2009, p. 37), a empresa passa investir em “treinamento, participação e sugestões para melhorar a qualidade e a produtividade”. Pois, também precisa ser flexível diante de tantas mudanças. O trabalhador sai da condição de empregado para ser colaborador e/ou parceiro da empresa. Pois no toytismo as relações entre empresa e empregado é mais “*consensual*, mais *envolvente*, mais *participativa*, em verdade mais *manipulatória*”, como destaca Antunes (2000, p. 42), ou seja, são relações multifacetadas. Dessa forma, o estranhamento do trabalho, derivado deste sistema, se mostra fortemente intensificado e soberbo. Pois é a

apropriação, pelo capital, do saber e do fazer do trabalho, na lógica toyotista, leva ao pensar e agir para o capital, conforme nos mostra Antunes (2000), é um processo de trabalho corporificado que no fim leva à alienação do trabalho e o produto continua estranho e alheio ao produtor.

Essas metamorfoses do mundo do trabalho atingem “o universo da consciência, da subjetividade do trabalho, das formas de representação”, (ANTUNES, 2000, p. 43). Ou seja, atinge a organização e o movimento sindical dos trabalhadores.

Distancia-se crescentemente do *sindicalismo* e dos *movimentos sociais classistas* dos anos 60/70, que propugnavam pelo *controle social* da produção, aderindo ao acrítico sindicalismo de participação e de negociação, que em geral aceita a ordem do capital e do mercado, só questionando aspectos fenomênicos desta mesma ordem. (ANTUNES, 2000, p. 43, grifos do autor).

Assim, os sindicatos e os movimentos têm suas negociações coletivas fragmentadas e são enfraquecidos, passando também a ser, mesmo que indiretamente, “parceiros” das empresas e, conseqüentemente do capital. O complexo de reestruturação produtiva, nos termos de Alves (2000), sob a mundialização do capital, tende a fragmentar a classe trabalhadora, cujos exemplos são a proliferação da subproletarização tardia e o desemprego estrutural. Pois, segundo Alves (2000, p. 66-7) “desenvolve-se a economia do trabalho vivo, por meio do desenvolvimento crescente da produtividade do trabalho, que tende a “enxugar” a participação dos operários industriais no núcleo do complexo de produção de mercadorias”. Esse enxugamento da participação fragmenta os interesses da classe trabalhadora. Isso decorre da reestruturação produtiva, que:

Tende a instaurar uma nova hegemonia do capital na produção, promovendo a captura da subjetividade operária pela lógica do capital, debilitando o potencial das estratégias de classe, contribuindo para posturas sindicais neocorporativas de cariz propositivo, com os sindicatos tendendo a representar interesses setoriais e não mais interesses de classe. A própria capacidade de negociação e organização que o sindicato [...] pressupõe o abandono de estratégias sindicais de classe e da crítica do controle do capital na produção, assumindo [...] estratégias sindicais pró-ativas à lógica do capital, compatível com espírito do toyotismo, que incentiva o operário a pensar “pró-ativamente”, a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam. (ALVES, 2000, p. 82-3).

No caso brasileiro, segundo Mota (2010, p. 14), muitas dessas mudanças e dessas “novas estratégias fizeram parte da pauta de reivindicações dos trabalhadores nos anos 1970 e início dos 1980”, como, por exemplo, a exigência por melhoria nas condições de trabalho a partir do reconhecimento das chamadas Comissões de Fábrica. Visto que, uma das práticas da ditadura militar foi a repressão ao movimento sindical, então algumas reivindicações se mostraram convenientes, naquela conjuntura política brasileira. Tornando algumas lideranças sindicais como colaboradores das organizações empresariais e comerciais, como aponta Mota (2010).

As relações no modo de reestruturação produtiva, no cenário brasileiro, têm como características a ampliação das relações entre os organismos internacionais, as corporações empresariais e o Estado, cujo o alvo, de acordo Mota (2010), é:

A construção de um novo consenso social das classes trabalhadoras e subalternas, na tentativa de obscurecer a real natureza antagônica e contraditória da relação entre capital e trabalho. [...]. Suas estratégias invocam a paulatina desresponsabilização social do Estado, substituída pelo apelo à ação da sociedade civil, donde a origem das ONGS e do terceiro setor. (MOTA, 2010, p. 12).

Em suma, neste contexto, houve expansão do trabalho assalariado, principalmente a partir do assalariamento no setor de serviços, como destaca Antunes (2000). Expandiram-se as diversas formas de contratos de trabalho em condições precarizadas e, em consequência disso, “vivencia-se uma subproletarização” e uma expansão do desemprego estrutural. E por fim, a fragmentação da organização dos trabalhadores e dos movimentos sindicais.

No que se refere às empresas, neste contexto, passam a ser “instituições socialmente responsáveis e eticamente comprometidas com o desenvolvimento humano e social”, (MOTA, 2010, p. 13). No mundo do trabalho, de acordo a autora, o conflito foi entre a precarização com qualificação e superqualificação, tonando-se a força de trabalho multifuncional fortalecendo a subjetividade do trabalho. Dessa maneira, para a autora as estratégias de controle do trabalho passam a ser por meio da criação de “programas de qualidade total, salários variáveis e participação nos lucros, com vistas à lealdade e cooperação dos trabalhadores”<sup>17</sup>. Assim, as empresas passam a ser denominadas de corporações, juntando-se com o capital produtivo, serviços, finanças e propriedade da terra, passando à condição de “parceiras” do Estado. Nesse sentido é

---

<sup>17</sup> *Ibidem.*, p.13-4.

que nos interessa situar como se propagou, no Brasil, essa articulação entre as chamadas corporações e a parceria com o Estado. É o que será discutido no próximo item.

### **1.3. Neoliberalismo e contrarreforma do Estado brasileiro.**

Iniciamos nosso capítulo falando das transformações societárias que levaram, de forma direta ou indireta, à instauração e desenvolvimento do sistema capitalista e seus modelos de reprodução e reestruturação produtiva. Posteriormente, falamos um pouco sobre alguns acontecimentos que levaram o sistema capitalista a enfrentar um patamar de crises, bem como os modelos que levaram à ressurreição deste em diversas situações.

Ao fazer uma análise de conjuntura, transcorrendo todo este percurso histórico, entendemos que as transformações que transcendem e sucedem as relações econômicas, políticas e sociais entre os modelos de produção aqui citados, não podem ser discutidas sem situar o papel fundamental do Estado e o exercício de seu poder. Ou seja, essa análise não seria possível, nesses processos históricos, sem estar atrelada ou articulada ao papel substancial que o Estado exerceu, e ainda exerce, na sustentação ou sobrepujança das formas que compõem a produção e reprodução das relações sociais.

Começamos, então, pontuando algumas diferenças entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo. No primeiro o discurso era conduzido por uma justificativa do livre desenvolvimento individual, respeitando a livre concorrência e o direito à propriedade privada, que, de acordo Behring e Boschetti (2011, p. 56), resultaria no “funcionamento livre e ilimitado do mercado que asseguraria o bem-estar”. Tendo o Estado a função, com sua “mão invisível”, de regulador e/ou balizador legal das relações de produção, bem como uma intervenção reduzida na forma de políticas sociais, de acordo as autoras. Assim, conforme as autoras<sup>18</sup>, o liberalismo clássico tinha como características: o predomínio do individualismo; o bem-estar individual maximiza o bem-estar coletivo; predomínio da liberdade e competitividade; naturalização da miséria; predomínio da lei da necessidade; manutenção de um Estado mínimo; as políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício; e a política social deve ser um paliativo. Já o neoliberalismo, apesar de situar-se num momento histórico distinto, é a exteriorização acentuada do

---

<sup>18</sup> *Ibidem.*, p. 61-2.

modelo anterior. Porém acrescido das seguintes características: Estado mínimo, abertura de mercado e privatizações.

O resultado desta filosofia, em termos políticos concretos, é um desejo de reduzir o papel do Estado na área do bem-estar social, cortando os gastos e os impostos e transferindo os serviços para o setor privado. Onde o mercado não pode atuar porque não há demanda efetiva, as organizações filantrópicas particulares, sob o livre controle dos indivíduos, substituem a ação do Estado. Os serviços previdenciários estatais, que forem mantidos, devem se direcionar estritamente aos pobres, já que só podem ser justificados como parte de um programa destinado a aliviar as necessidades extremas através de uma ação humanitária coletiva, e não como uma política dirigida à justiça social ou à igualdade - que possa ser interpretada como um direito dos necessitados. (TAYLOR-GOODY, 1991 *apud* MOTA, 2011, p. 119).

Fica evidente que a perspectiva do neoliberalismo é a redução do papel do Estado e a expansão mundial do capital. Nesse sentido, sob o domínio da burguesia propõe estrategicamente a “reforma” do Estado, a fim de restabelecer liberdade do mercado protegida, é claro, pelo próprio Estado. Principalmente, por este se responsabilizar pelos abalos que podem vir a surgir no âmbito mercantil e financeiro, tendo no aparato estatal subsídios como, por exemplo, a adoção de dívidas privadas dos bancos. Dessa forma, o Estado tem o papel de intervir nas determinações do mercado, deixando em desvantagem o campo social e, com isso, enfraquecendo o movimento operário e incentivando os dispositivos de concorrência do mercado.

Após situar o panorama genérico e geral da implementação do neoliberalismo, passamos então a entender como se deu tal processo na particularidade brasileira. Para isso, faz-se necessário contextualizar, mesmo que brevemente, o cenário nacional da época. Iniciamos, então, a partir do Golpe de 64, por se tratar de um fato histórico que marcou a sociedade brasileira. Pois, a burguesia sagaz da época fez uso desse subterfúgio, de tomada de poder, tanto como forma de sustentabilidade da ordem do capital, quanto resposta direta ao levante de oposição de cariz popular que se organizavam nesta época.

Nunca escapou aos analistas da ditadura brasileira que sua emergência inseriu-se num contexto que transcendia largamente as fronteiras do país, inscrevendo-se num mosaico internacional em que uma sucessão de golpes de Estado [...] era somente o sintoma de um processo de fundo: movendo-se na moldura de uma substancial alteração na divisão internacional capitalista do trabalho, os centros imperialistas, sob o hegemonismo norte-americano, patrocinaram, especialmente no



curso dos anos sessenta, uma *contra-revolução preventiva* em escala planetária (com rebatimentos principais no chamado Terceiro Mundo, onde se desenvolviam, diversamente, amplos movimentos de libertação nacional e social). (NETTO, 2011, p. 16, grifos do autor).

Em suma, pode-se dizer que a emergência desse novo Estado não teve suas atenções nem um pouco voltadas para as demandas expressas pela população, continuou com suas ações voltadas para o progresso econômico. Mas, também, não é de se esperar muito de um Estado que nada tem de novo, continua sendo máximo para o capital e mínimo para o trabalho. Identifica-se aqui, como ressaltado por Netto (2012), a articulação notória entre as classes dominantes de modo a conter, por meio da repressão política, a emergência de projetos democráticos alternativos, tendo como centralidade o privatismo, como destaca o autor:

A desqualificação do Estado tem sido, como é notório, a pedra de toque do privatismo da *ideologia neoliberal*: a defesa do “Estado mínimo” pretende, fundamentalmente, “o Estado máximo para o capital”; nas palavras de Przeworski, constitui um “projeto histórico da Direita”, dirigido para “liberar a acumulação [capitalista] de todas as cadeias impostas pela democracia”. (NETTO, 2012, p. 422, grifos do autor).

O resultado disso é o continuo estímulo ao mercado, baseado num projeto desenvolvimentista. Onde os processos de privatizações, abertura do mercado ao capital estrangeiro e redução de salários viabilizaram o crescimento econômico, gerando um acúmulo de captação de recursos e financiamentos externos. Assim, a partir de tais medidas foi possível investir-se vigorosamente em infraestrutura, o que favoreceu a expansão econômica.

O Estado que se estrutura depois do golpe de abril expressa o rearranjo político das forças socioeconômicas a que interessam a manutenção e a continuidade daquele padrão, *aprofundadas a heteronomia e a exclusão*. Tal Estado concretiza o pacto contra-revolucionário exatamente para assegurar o *esquema de acumulação* que garante a prossecução de tal padrão, mas, isto é crucial, readequando-o às novas condições internas e externas que emolduravam, de uma parte, o próprio patamar a que ele chegara e, de outra, o contexto internacional do sistema capitalista, que se modificava acentuadamente no curso da transição dos anos cinquenta aos sessenta. (NETTO, 2011, p. 27, grifos do autor).

Nesse período, a grande maioria dos investimentos na infraestrutura foram viabilizados por meio de empréstimos estrangeiros. Desse jeito, o país conseguiu atingir os maiores índices de crescimento econômico na época, o que marcou a história econômica do Brasil até aquele momento. Todavia, como o que bom tende a durar pouco, após um período de grande crescimento, conhecido como “o milagre econômico”, veio a avassaladora onda inflacionária vinculada a crise do capital, cujo desdobramentos foram a níveis internacionais. As consequências disso foram o aumento paulatino da dívida externa e o chamado ciclo de “desenvolvimento” foi estagnado.

O então cenário foi caótico, pois um dos agravantes foi a alta concentração de renda, exacerbando as desigualdades sociais e geração da pobreza no país. Já na esfera econômica a satisfação culminou-se em descredibilidade e total desconfiança, perdendo legitimidade o regime administrado pelas Forças Armadas, escudo dos interesses burgueses. Assim, no âmbito político foi notória a incapacidade, deste modelo de ação estatal, administrar ou digerir as imbricações no sistema capitalista. Nesse sentido, a ditadura, precisamente em 1979, foi vigorosamente pressionada, e “é compelida a seu projeto de autorreforma, com medidas liberalizantes planejadas e controladas pelo Estado. Todavia, as mobilizações da sociedade civil intensificam-se e [...] começam a influenciar, diretamente, no processo de *abertura política*”, (NEVES, 2013, p. 25).

O cenário supracitado foi profícuo para uma possível transição política, de um governo ditatorial para um regime democrático. Mas isso só foi realmente alcançado em 1985, após o fim da ditadura. Porém, o novo regime de cunho democrático era um almejar daqueles que lutavam por tal regime. Dessa forma, a proposta de transição era totalmente de cunho conservador, lenta e gradual, pois quem estava nos “bastidores” da proposta de constituição da restauração democrática eram as classes dominantes, ou seja, a burguesia da época. No entanto, as manifestações e inquietações populares já se reascendiam desde o final dos anos 1970 e no decorrer dos anos 1980, principalmente o movimento estudantil e os movimentos sociais, em especial o movimento sindical – que se emergiu com as grandes greves dos metalúrgicos no ABC paulista.

A articulação política da classe trabalhadora teve um papel de suma importância nesse período, pois foram grandes protagonistas no enfrentamento durante duas décadas do autoritarismo militar, cuja marca foi estorvar direitos. Mas as ações políticas do regime militar não impediram a mobilização social e assim foi promulgada a Constituição Federal de 1988. Portanto, as lutas sociais não foram em vão na busca pela garantia de direitos fundamentais. Os avanços dos movimentos sociais foram

notoriamente reconhecidos, diante de período pós-militar. Contudo, ressaltamos que não se tratava de um ato totalmente democrático, pois as demandas da população eram muitas, porém o Estado viu-se curvando, ainda que de forma amena, ao âmbito social, foi um marco histórico das lutas sociais. Segundo Mota (2011, p. 131), “isso significa que é no interior de um processo de disputas políticas que o capital incorpora as exigências do trabalho”.

A eleição presidencial de 1989 traz à tona um novo processo de disputa, cujo embate se deu entre duas chapas e seus protagonistas. Por um lado, tinha-se como figura política Luiz Inácio Lula da Silva, que trazia na sua candidatura os ideais da população, especialmente da classe trabalhadora. Tinha como pauta as reformas nos campos da saúde, educação, dentre outros. Ou seja, pode-se inferir que, dado os autores que analisam esse período, haviam nesse projeto ações que contemplavam as esperanças e aspirações populares e trabalhistas, que estavam voltadas para a crença na eleição de tal candidato. Do outro lado, tinha-se como protagonista Fernando Affonso Collor de Mello, que tinha como projeto o oposto do primeiro. Em síntese, tinha como projeto a reconstrução tanto da imagem quanto dos interesses da burguesia brasileira, com ações voltadas para economia.

Assim, as “esperanças” da classe trabalhadora foram destroçadas, pois Collor ganhou a eleição, sendo o primeiro presidente eleito pelo voto direto no país. Todavia o então presidente não conseguiu cumprir seu objetivo de reerguer o crítico cenário político e econômico em que o país se encontrava. Dado que, os altos índices de inflação eram insustentáveis. Entretanto, nas eleições seguintes foi eleito o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, cujas diversas medidas econômicas também objetivavam estabilidade econômica nacional.

Esse governo tinha nos preceitos neoliberais como basilares de sua administração. Visto que, o mercado, em sua perspectiva, estava acima do Estado e a sobreposição da esfera privada à esfera pública era evidente. O foco do governo era a intrínseca relação entre estabilidade monetária e os indicadores sociais. O então presidente tinha uma relação íntima com a ideologia neoliberal. A década de 1990 foi marcada pelas propostas dessa ideologia e da pauperização das condições de trabalho, cujos desdobramentos atingiram todas as esferas sociais, revelando-se uma assombrosa preocupação no que se referiria à refuncionalização do Estado. Mas o medo tornou-se real e concreto em 1995, ou seja, o projeto de caráter governamental contrarreformista solidificou-se com a elaboração do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.

Esse projeto social-liberal foi proposto por Bresser-Pereira, donde o mesmo define, de acordo Behring, que:

Ao Estado cabe um papel coordenador suplementar. Se a crise se localiza na insolvência fiscal do Estado, no excesso de regulação e na rigidez e ineficiência do serviço público, há que reformar o Estado, tendo em vista recuperar a governabilidade (legitimidade) e *governance* (capacidade financeira e administrativa de governar). (BEHRING, 2003, p. 173, grifo da autora).

As características deste plano é a privatização, condicionamento fiscal e abertura de mercado. O Brasil passou por uma crise fiscal profunda nos anos 1980, e este plano demonstrou ser uma opção no enfrentamento de tal crise. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado tem diretrizes voltadas para a reforma do aparelho estatal. Para esse plano, no sistema capitalista, o Estado e o mercado são as duas instituições centrais na manutenção da economia e que, portanto, a crise que se inicia nos anos 1970, cujos impactos no Brasil se deu nos anos 1980, era uma crise do Estado.

Bresser nota também o caráter cíclico e mutável da intervenção do Estado, ou seja, após o Estado mínimo, o Estado social-burocrático e o *revival* neoliberal, caminhar-se-ia para uma experiência social-liberal, pragmática e social-democrática. Este modelo, segundo Bresser, não pretende atingir o Estado mínimo, mas reconstruir um Estado que mantém suas responsabilidades na área social, acreditando no mercado, do qual contrata a realização de serviços, inclusive na própria área social. (BEHRING, 2003, p. 172, grifo da autora).

O autor do Plano Diretor propõe uma a reforma na esfera pública brasileira que viria a superar seu caráter patrimonialista e burocrático, cuja atuação seria voltada para uma ação baseada em um modelo gerencial. Bresser Pereira (1995), chegou a essa conclusão por meio dos resquícios da crise nos serviços públicos no país. Para o mentor do plano, essa seria uma forma de garantir a uma organização administrativa. Tendo como premissas o bom funcionamento da máquina pública por meio da ação reguladora do Estado e do trabalho. Os mecanismos de desenvolvimentos seriam por meio de metas, controle, eficiência, eficácia e cuja orientação baseava-se na meritocracia, conforme explicito no plano. O resultado disso seria a descentralização e a flexibilização, estratégias que levariam à recuperação da governabilidade e governança necessárias à eficiência do Estado, como destaca o autor.

Como já ressaltamos o capitalismo não tem uma estrutura inabalável e por isso sempre vai cair em crise. Assim, a crise desse período foi caracterizada pelo descontrole fiscal que, atrelado aos altos índices de inflação levaram, consequentemente, aos altos índices de desemprego neste período. Mais uma vez evidenciou a incapacidade de gerir do Estado. Desse modo, assistimos à passagem da responsabilidade do Estado para a sociedade civil, como nos mostra o documento do Plano Diretor. Neste período houve um grande incentivo às privatizações fortalecendo, assim, o terceiro setor, porém, fragmentando a garantia de direitos sociais pelas redes de proteção social, como alguns itens promulgados na então Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, Mota (2010, p. 12) ressalta que este período foi de uma tentativa de “restauração atualizada do capital, realizando uma reforma intelectual e moral, amparada e retroalimentada pelas mudanças no mundo da produção e pelas contradições que lhe são inerentes”, cujos principais protagonistas são “os organismos internacionais, as corporações empresariais e o Estado”<sup>19</sup>.

Behring (2003) ressalta que para assumir essa refuncionalização do Estado, de acordo com o Plano Diretor, seria expandir a criação de organizações públicas-não estatais, ou seja, as organizações sociais, prestando serviços que não seriam “exclusivos do Estado”. A notória desresponsabilização do Estado frente à proteção social, nesse sentido, mostra-se oportuna, potencializando as privatizações no país. A autora ainda nos mostra que invés de uma “reforma”, com as intenções de revolucionar e recuperar a economia, na verdade o plano se mostrou como uma contrarreforma, rompendo com os avanços até então vivenciados e como uma “obstaculização e/ou redirecionamento das conquistas de 1988”, (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 147), todavia mantendo o caráter conservador das classes dominantes.

[...] há uma *aparente* lógica esquizofrênica que atravessa a relação entre o discurso da “reforma” e a implementação da política econômica, o que é pouco surpreendente, já que este é um componente central da disputa político-ideológica em curso. Ver-se-á que a prática da “reforma” é perfeitamente compatível com a política econômica, o que reforça a ideia de que seu discurso é pura ideologia e mistificação, no sentido de falsa consciência, num explícito cinismo internacional de classe. (BEHRING, 2003, p. 202, grifo da autora).

A autora chama a atenção para uma reflexão sobre algumas questões, no que diz respeito ao caráter ideológico presente na expressão “reforma”. Pois, o Plano Diretor

---

<sup>19</sup> *Ibidem*.

vinha com propostas de ajustamentos fiscais e proteção social, no entanto metamorfoseou sua real intenção, qual seja, uma expressão da ideologia neoliberal cuja a intenção era apenas a recuperação econômica. Tal façanha foi mascarada pelo discurso manipulador progressista de seus dirigentes, ganhando a aceitação e adesão pública às ideias do então projeto de “reforma” do Estado brasileiro.

A "reforma" do Estado, tal como está sendo conduzida, é a versão brasileira de uma estratégia de *inserção passiva* (Fiori, 2000: 37) e a *qualquer custo* na dinâmica internacional e representa uma *escolha político-econômica*, não um caminho natural diante dos imperativos econômicos. Uma escolha, bem ao estilo de condução das classes dominantes brasileiras ao longo da história, mas com diferenças significativas: esta opção implicou, por exemplo, uma forte destruição dos avanços, mesmo que limitados, sobretudo se vistos pela ótica do trabalho, dos processos de modernização conservadora que marcaram a história do Brasil [...] o que, a meu ver, não permite caracterizar o processo em curso como modernização conservadora, mas como uma contrarreforma, que mantém a condução conservadora e moderniza apenas pela ponta. (BEHRING, 2003, p. 198, grifos da autora).

As propostas do Plano Diretor são de todo multifacetadas. Na verdade, as verdadeiras intenções de tal plano são voltadas para o reestabelecimento do cenário econômico brasileiro na época, cujas mudanças têm sido de contrarreforma até os dias atuais. Behring (2003) coloca muito bem os impactos de tal processo no país. Isso fica nítido ao fazer a leitura do plano idealizado por Bresser Pereira, que nem se preocupa em esconder suas verdadeiras intenções, ressaltando que:

Para realizar essa função redistribuidora ou realocadora o Estado coleta impostos e os destina aos objetivos clássicos de garantia da ordem interna e da segurança externa, aos objetivos sociais de maior justiça ou igualdade, e aos objetivos econômicos de estabilização e desenvolvimento. Para realizar esses dois últimos objetivos, que se tornaram centrais neste século, o Estado tendeu a assumir funções diretas de execução. As distorções e ineficiências que daí resultaram deixaram claro, entretanto, que reformar o Estado significa *transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado*. Daí a *generalização dos processos de privatização de empresas estatais*. Neste plano, entretanto, salientaremos um outro processo tão importante quanto, e que, entretanto, não está tão claro: a *descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado*, como é o caso dos *serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica*. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1995, p. 12-3, grifos nosso)

Esse documento apresenta-se, nada mais nada menos, do que uma afronta aos direitos conquistados na Constituição de 1988, especialmente no âmbito da Seguridade Social e seus três pilares - saúde, assistência e previdência social, cuja a proteção era diretamente viável para o cidadão. Esta afronta é visível, principalmente quando propõe a desresponsabilização do Estado à proteção social e a reorganização do funcionalismo público. Tal “reforma” tem em sua gênese uma natureza destrutiva, como aponta Behring (2003):

A "reforma", tal como foi (e ainda está sendo) conduzida, terminou por ter um impacto pífio em termos de aumentar essa capacidade de implementação eficiente de políticas públicas, considerando sua relação com a política econômica e o *boom* da dívida pública. Há uma forte tendência de desresponsabilização pela política social - em nome da qual se faria a "reforma"- acompanhada do desprezo pelo padrão constitucional de seguridade social. (BEHRING, 2003, p. 211).

Essas mudanças, principalmente quando se trata do Plano Diretor de Bresser Pereira, tem destaque aqui pois marcaram a economia, a política e a sociedade brasileira, cujos resquícios ainda são fortes e evidenciados, mostrando como caminhamos para o atual cenário brasileiro. As estratégias econômicas e “sociais”, no governo FHC, principalmente por meio da abertura ao capital estrangeiro, levaram ao sucateamento e entrega do patrimônio público a este capital, levando ao desenvolvimento da privatização. Tendo nesse, um solo fértil, e um momento oportuno, para sua larga expansão, marcando um retrocesso histórico em um período pós-constituente no país. Mas não tem nada de novo nisso, pois de acordo Neves (2013, p. 24), "a burguesia brasileira nunca teve compromisso, ou mesmo interesse, num pacto social que permitisse a participação das camadas subalternas na dinâmica do país". Os anos 1990 no Brasil mostrou a verdadeira face das classes dominantes do país.

Os reflexos desse Plano se apresentam fortemente no atual cenário brasileiro. Estamos vivendo uma conjuntura de crises capitalistas internacionais, donde o nosso país tem sido fortemente afetado. Vindo à tona com vigor o discurso e debates sobre o incentivo a privatização no setor público. As medidas, para o enfrentamento desta crise, têm sido no âmbito dos ajustes fiscais, altos índices de inflação e cortes na Seguridade Social, principalmente na previdência social. O cenário é de precarização e sucateamento da saúde, educação e assistência, e logo em todas as esferas sociais. No que se refere ao mundo do trabalho, vivencia-se o desemprego em escala global e o

aumento das formas precarizadas de contratos de trabalho e incentivo à regulamentação da terceirização no país. A exemplo disso, tramita-se, atualmente, no parlamento a PL 4330/2004, um projeto de lei cuja a nova ementa dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.

Diante de tudo que foi posto até aqui, entendemos que o capitalismo está fadado a crises e, como medidas de superação destas, as estratégias de investimentos são voltadas para o cenário econômico. Não obstante, é sabido que os impactos atingem todas as camadas da vida em sociedade. A fim de conter as crises e manter a estabilidade econômica, as lideranças ou governos ou dirigentes tendem a mexer nos recursos públicos, enxugando seus gastos, fazendo ajustes fiscais e aumentando as inflações. Com isso as demandas sociais são bloqueadas/paralisadas e os cortes levam ao definhamento e aprofundamento das desigualdades sociais, principalmente com o aumento do desemprego em uma nação. Dessa forma, processos como o de contrarreforma do Estado aparecem como alternativas interventivas, porém as consequências são sentidas no âmbito dos direitos sociais, cujas expressões são verificadas nas mais diversas esferas, e têm no campo do trabalho relações que transcendem a vida cotidiana do trabalhador à possibilidade de superação do atual modelo societário.

Os escritos substantiados aqui nos levam a pensar como os impactos dessas transformações societárias, sob a órbita do capital, atingem as profissões. Pois segundo Netto (1996, p, 92), “o capitalismo tardio, transitando para um regime de acumulação “flexível”, reestrutura radicalmente o mercado de trabalho”. Assim, interessa-nos saber como esse conjunto de mudanças afetam profissões, como o Serviço Social, que tem como objeto de intervenção as expressões da questão social<sup>20</sup>. Entender o significado dessa profissão nessa dinâmica capitalista tanto como um profissional, quanto como um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho. É nesse sentido que trataremos, no capítulo dois deste trabalho, sobre o significado dessa profissão enquanto composição orgânica da sociedade, compreendendo sua forma de institucionalização, bem como o trabalho desse/a profissional nas relações sociais.

---

<sup>20</sup> Tratamos desta temática nos itens 2.1 e 2.2.



## **CAPÍTULO 2**

### **SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO: AS CONDIÇÕES SÓCIO HISTÓRICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NAS EMPRESAS NO BRASIL**

#### **2.1. O significado histórico e social do Serviço Social e seu processo de institucionalização no Brasil.**

Paralelo às transformações ocorridas no mundo do trabalho, e suas consequências societárias, principalmente a partir dos acontecimentos pontuados no capítulo anterior – como, por exemplo, as crises econômicas dos anos 1929-1932 e de 1973 –, houve também a necessidade de se pensar ações interventivas e/ou soluções diante de tais mudanças e suas consequências, que afetaram “diretamente o conjunto da vida social” e das profissões, como pontua Netto (1996), particularmente, para a profissão de Serviço Social no Brasil.

Todavia é preciso entender o significado dessa profissão. Assim, para analisar o surgimento do Serviço Social, enquanto profissão<sup>21</sup>, e compreender suas demandas, é necessário pensá-lo na relação intrínseca com o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista enquanto regime de poder burguês no século XIX. É preciso compreendê-lo, conforme Iamamoto e Carvalho (2012), no processo de reprodução das relações sociais<sup>22</sup>, pois tais relações, em movimento, atingem “a totalidade da vida cotidiana” incidindo “tanto no trabalho, na família, no lazer, na escola, no poder etc.,

---

<sup>21</sup> Ressaltamos aqui que existe um debate dentro do Serviço Social sobre este ser considerado ou não trabalho. Todavia entendemos e concordamos, conforme as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Serviço Social, aprovadas em 1996 pela ABEPSS, com a definição de o Serviço Social ser uma especialização do trabalho, sendo sua prática entendida como um processo de trabalho e que possui como objeto a questão social e suas múltiplas expressões. Sustentamos isso neste capítulo. No caso das empresas entendemos que o Serviço Social gera mais-valia e/ou ao processo de valorização, pois está intrinsecamente ligada à atividade produtiva direta, assim a respeito disso ver discussão feita por IAMAMOTO (2008).

<sup>22</sup> As relações sociais são entendidas, neste estudo, a partir das colocações feitas por Iamamoto e Carvalho (2012), baseadas na tradição marxista, no materialismo histórico dialético. Os autores ressaltam que tais relações é para além da “reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção (instrumentos de produção e matérias-primas). [...] Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais da produção” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 78). Segundo Marx (2003) essas formas de consciência social e “o conjunto destas relações de produção constitui a estrutura da sociedade, base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política” (MARX, 2003, p. 25).

como também na profissão”. Por isso, estes autores situam a profissão “como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas”<sup>23</sup>.

Dito isto, entendemos o Serviço Social como uma instituição que compõe a organização da sociedade, nos termos de Yamamoto e Carvalho (2012), donde este profissional não pode fugir da relação contraditória entre capital e trabalho. A profissão, desde sua gênese, nasceu no meio dessa contradição e historicamente tem atuado entre tais relações. Nesse sentido é que a inserção desta profissão, enquanto uma entidade e/ou uma instituição, na sociedade tem que ser considerada sob dois ângulos indissociáveis, de acordo os autores, quais sejam:

Como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais e que se expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional; e a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 79-80).

Diríamos que considerar a profissão sob os ângulos supramencionados, embora seja preciso - considerando que a mesma não pode fugir dessa realidade -, além de contraditório, é uma relação bastante conflitante. Pois há aqui uma linha tênue, donde pode haver uma discrepância entre o plano de ação do profissional com a intervenção deste, ou seja, do trabalho realizado e com os frutos e/ou com as consequências deste. Nos termos de Yamamoto e Carvalho (2012, p. 80), pode ocorrer “uma defasagem entre as condições e efeitos sociais objetivos da profissão e as representações que legitimam esse fazer”.

Porém, por estar inserido no conjunto da vida em sociedade, ou seja, nas relações sociais vigentes, bem como nas conjunturas históricas, possibilitou e/ou viabilizou-se as condições necessárias tanto para a existência do Serviço Social, como para o exercício profissional das assistentes sociais na sociedade. Pois trata-se de uma sociedade historicamente dividida em classes sociais fundamentais cujos personagens (proletariado e burguesia), de acordo os autores supracitados, só existem em relação e pela mútua mediação entre elas. É nessa mediação que intervém o assistente social, pois

---

<sup>23</sup> *Ibidem.*, p. 77-78.

acaba “sendo polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que tem uma posição dominante” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p.81).

A atividade desenvolvida por este profissional tem dimensões contraditórias entre si. Pois pode reproduzir interesses inversos. Por um lado, é chamado pelo capitalista a intervir nas relações da classe trabalhadora, a fim de manter o ciclo produtivo em seu ritmo acelerado, por outro, pode responder “tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 81). Ao mesmo tempo tem nestas relações contraditórias e inter-relações, de acordo os autores, a possibilidade de estabelecer uma “estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho”. Ou seja, estratégias objetivas, considerando “os determinantes sócio históricos” do fazer profissional em diferentes conjunturas, ou subjetivas, identificando a forma como o profissional “incorpora em sua consciência<sup>24</sup> o significado de seu trabalho e a direção social que imprime ao seu fazer” (YAZBEK, 2009, p. 128).

Todavia, interessa-nos compreender neste item, de forma sucinta, os processos que marcaram o significado sócio histórico do Serviço Social e que embasaram sua institucionalização e legitimação na sociedade capitalista, no Brasil. Antes disso, entendemos que as relações entre as classes, trabalhadora e capitalista, historicamente são conflituosas, donde uma tem sido subalterna à outra. Porém, instaurou-se um momento em que a pauperização e as expressões da questão social exigiu, gritantemente, a atenção do Estado. Salientamos isso, pois, a institucionalização da profissão, de acordo Yazbek (2009, p. 129), está, em um contexto geral, intrinsecamente “associada à progressiva intervenção do Estado nos processos de regulação social”, principalmente nos países industrializados. Intervenções estas na regulação da questão social.

Nesse sentido, o Serviço Social, de acordo Iamamoto e Carvalho (2012), surge, se gesta, se desenvolve e é reconhecida como um tipo de especialização do trabalho coletivo “no quadro do desenvolvimento capitalista industrial e da expansão urbana”, dentro do processo da divisão social e técnica do trabalho, para dar respostas às consequências advindas desse novo modo de acumulação do capital, ou seja, às

---

<sup>24</sup> Entendemos consciência aqui nos termos e/ou conforme descreve Marx: “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência”. (MARX, 2003, p. 24)

“sequelas necessárias dos processos<sup>25</sup> que comparecem na constituição e no envolver do capitalismo” (NETTO, 2011, p. 17). Posteriormente chamadas de expressões da questão social, tornando-se alicerce da profissionalização especializada desta/e profissional.

Ressalta-se que, os laços entre tais expressões e o Serviço Social não se restringem apenas em dar respostas às consequências decorrentes da implantação desse novo sistema, mas tem suas raízes, também, em um momento específico e particular da “organização monopólica da sociedade burguesa”, como aponta Netto (2011, p. 18). Visto que, de acordo o autor, a ligação genética do Serviço Social articula-se com as peculiaridades da questão social na sociedade burguesa madura, fundada na ordem monopólica<sup>26</sup>, cuja maturidade só é alcançada no Brasil após 1964. O autor, ainda salienta que “é somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social”, (NETTO, 2011, p. 73).

*A questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 83-84, grifo dos autores).

As particularidades do processo de institucionalização e legitimação da profissão no Brasil está articulada na relação entre Estado e empresariado, com o apoio da Igreja Católica. Assim, o Serviço Social surgiu entre as décadas 1930 e 1945 sob influência europeia. Entendemos que, tendo como referência Iamamoto e Carvalho (2012), a partir dos anos 1930 o Serviço Social foi um dos dispositivos utilizados pelo

---

<sup>25</sup>“Processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes - a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 81).

<sup>26</sup>Conforme Iamamoto (2008, p.169), “um Estado capturado pela lógica monopólica realiza uma intervenção de dentro, contínua e sistemática, na vida econômica, numa nítida fusão entre as funções econômicas e políticas do Estado”.

Estado e empresariado, sob o “amparo” da referida igreja, como uma possibilidade de combater e controlar a questão social. Uma vez que, é nesse período que as expressões da questão social, no cotidiano da vida social, se alargam significativamente erguendo-se como expressão política. É esse alargamento das variadas expressões da questão social, que geralmente se manifesta nas condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos da população, que passa a ser, a partir de então, o objeto de intervenção do assistente social e, conseqüentemente, a justificativa para construção do Serviço Social na divisão sócio técnica do trabalho como profissão. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012; YAZBEK, 2009).

As relações conflitantes entre os empregadores e trabalhadores passam a ser reguladas pelo Estado nos anos 1930. Assim, as medidas estatais foram, por exemplo, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), reajustes de Salário Mínimo e prestação de serviços sociais de caráter dominante, assistencialista e paternalista. Características típicas do governo Vargas, pois foram medidas a fim de conter os conflitos da classe trabalhadora e fragmentar sua organização, bem como manter a ordem e regulação entre as classes sociais. É nesse contexto que a profissão, sob a orientação da Igreja Católica, passa a emergir no país, como mecanismo mediador das tensões entre as classes sociais.

O Serviço Social brasileiro tem, em suas origens, uma vinculação com as iniciativas da Igreja, conforme Iamamoto e Carvalho (2012). Com um referencial orientado pelas ações e pensamentos católicos, de acordo Yazbek (2009), principalmente na “Doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (séc. XII): o tomismo e o neotomismo”. Essa vinculação, de acordo Iamamoto e Carvalho (2012), “conforma um tipo de legitimidade à profissão”, justificada ideologicamente na referida doutrina. Caracterizando a atividade profissional como uma ação missionária da ajuda e caridade.

No período supracitado a questão social era vista, a partir de tal referencial, como uma questão moral e individual, dentro das relações sociais. São fenômenos vistos como “individualista, psicologizante<sup>27</sup> e moralizador da questão, que necessita

---

<sup>27</sup> De acordo Netto (1996) “o potencial legitimador da ordem monopólica contido na psicologização ultrapassa de longe a imputação ao indivíduo da responsabilidade do seu destino social; bem mais que este efeito, por si só relevante, implica um tipo novo de relacionamento "personalizado" entre ele e instituições próprias da ordem monopólica que, se não se mostram aptas para solucionar as refrações da "questão social" que o afetam, são suficientemente lábeis para entrelaçar, nos "serviços" que oferecem e executam, desde a indução comportamental até os conteúdos econômico-sociais mais salientes da ordem monopólica - num exercício que se constitui em verdadeira "pedagogia" psicossocial, voltada para sincronizar as impulsões individuais e os papéis sociais propiciados aos protagonistas”. (NETTO, 1996, p. 38).

para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará, no Serviço Social, efetivas possibilidades de desenvolvimento” (YAZBEK, 2009, p.131), ou seja, com um viés totalmente conservador e moralista, de culpabilização do indivíduo pela sua situação.

É, pois, na relação com Igreja Católica, que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos políticos-sociais, orientando-se por posicionamento de cunho humanista conservador contrário aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja em face da questão social. (YAZBEK, 2009, p.131).

O caráter conservador católico no início do Serviço Social avançou a partir dos anos 1940 com a aproximação com o Serviço Social americano<sup>28</sup> em substituição ao europeu, cunhado na teoria social positivista. Onde o mesmo aproxima-se das Ciências Sociais, reconfigurando-se, cujo principal referencial teórico-metodológico passa a ser a perspectiva funcionalista. Dado que, a conjuntura social nesse período, principalmente as demandas dos trabalhadores, a fim de reproduzir-se socialmente, exigiu uma ação estatal de caráter assistencialista. Pois, por um lado era preciso estabelecer estratégias tanto para manter o desenvolvimento e expansão da industrialização, ou seja, a acumulação e a economia estabilizada, mas por outro, para manter essa estrutura, era preciso atender as necessidades e dar condições, para subsistência, aos trabalhadores e a população em situação de extrema pobreza do país. Ou seja, criação de um conjunto de ações a fim de manter o controle social, ao mesmo tempo legitimando o sistema capitalista e mantendo-o em ordem. Assim, é na década supramencionada que suscita a criação de instituições assistenciais estatais, passando o Estado a financiar, regular e intervir nos processos de reprodução das relações sociais.

É dessa forma e objetivando sua própria legitimação que o Estado brasileiro incorpora parte das reivindicações dos trabalhadores, pelo reconhecimento legal de sua cidadania através das leis sindicais, sociais e trabalhistas, o que, ao lado das grandes instituições assistenciais, abre para o emergente Serviço Social brasileiro um mercado de trabalho, que amplia suas possibilidades de intervenção mais além dos trabalhos de ação social até então implementados no âmbito privado, sob o patrocínio do bloco católico. A profissão amplia sua área de ação, alarga as bases sociais de seu processo de formação, assume um lugar na execução das políticas sociais emanadas do

---

<sup>28</sup>A transição ocorreu no Congresso Interamericano de Serviço Social realizado em 1941, em Atlantic City (EUA).

Estado e, a partir desse momento, tem seu desenvolvimento relacionado com a complexidade dos aparelhos estatais na operacionalização de Políticas Sociais. (YAZBEK, 2009, p. 132).

Conforme pontua Iamamoto e Carvalho (2012), é precisamente na década de 1960, que o Serviço Social se amplia, donde as funções das/os assistentes sociais passaram a ser no âmbito de coordenações e planejamentos, conferindo, assim, um *status* técnico à profissão. Todavia é com a eclosão do que se denominou de processo de modernização conservadora na sociedade, que se desenvolveu a partir dessa década, é que surge, dentre outros determinantes, a necessidade de renovação do Serviço Social. Não com o intuito de uma reforma, mas requerendo adaptação às novas demandas e imposições do mercado visando a potencialização de um projeto “desenvolvimentista”, e claro isso só seria possível por meio da repressão e controle da classe trabalhadora. Assim, é baseado no referencial da perspectiva da modernização conservadora que o Serviço Social vai pautando suas ações até aproximadamente 1979.

Porém, entre os acontecimentos acima mencionados, cabe salientar que a forte influência do Movimento de Reconceituação<sup>29</sup>, que sacudiu o Serviço Social da América Latina a partir de meados dos anos 1960, concomitante ao enfrentamento dos movimentos sociais contra o regime militar, influenciou a problematização da direção conservadora no Serviço Social brasileiro.

É neste contexto que o histórico *conservadorismo* do Serviço Social brasileiro, tantas vezes reciclado e metamorfoseado, confrontou-se pela primeira vez com uma conjuntura em que a sua dominância no corpo profissional (que, sofrendo as incidências do “modelo econômico” da ditadura, começa a reconhecer-se como inserido no conjunto das camadas trabalhadoras) podia ser contestada – uma vez que, no corpo profissional, repercutiam as exigências políticas e sociais postas na ordem do dia pela ruptura do regime ditatorial. (NETTO, 1999, p. 10, grifo do autor).

As inquietações, mobilizações e debates dentro da profissão, nesse período, culminou no que veio a ser conhecido como Movimento de Intenção de Ruptura<sup>30</sup>, com objetivos de superar o Serviço Social Tradicional, cujas raízes entranhavam na perspectiva conservadora. A vertente profissional chamada de intenção de ruptura, de acordo Netto (2011), é caracterizada por ter essencialmente uma crítica sistemática aos

<sup>29</sup> Ver *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-1960*, de Netto (2011).

<sup>30</sup> Nomenclatura utilizada por Netto (2011). Para aprofundar-se melhor sobre a temática ver *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-1960*, de Netto (2011).

suportes teóricos, metodológicos e ideológicos da perspectiva conservadora dissolvida na profissão, a fim de romper com a herança da vigente perspectiva. Porquanto, essas discussões e a articulação da categoria, atreladas ao contexto em que se encontrava a conjuntura brasileira na década 1970, viabilizou uma oportunidade de uma reorientação político-profissional.

Diante deste contexto é que em 1979, marcado pelo Congresso da Virada<sup>31</sup>, que se configura não apenas como um episódio que culminou na ruptura com o conservadorismo, mas como manifestação do potencial forte e crítico da profissão, potencializada pelo diálogo historicamente construído com a classe trabalhadora e com a vinculação e organização de suas lutas.

Se temos uma herança conservadora, temos também uma história de ruptura: um patrimônio conquistado que é nosso, mas cujos valores, cujas referências teóricas e cuja força para a luta não foram inventadas por nós. Trata-se de uma herança que pertence à humanidade e que nós resgatamos dos movimentos revolucionários, das lutas democráticas, do marxismo, do socialismo, e incorporamos ao nosso projeto (BARROCO, 2012, p. 149-50).

Contudo é na década de 1980 que a profissão se debruça num processo de aprofundamento teórico a fim de resgatar suas bases no marxismo, possibilitando uma abertura para novos rumos na profissão. Esse período marca a profissão por ter sido um momento introdutório da tradição marxista, cujas bases, atualmente, são vigorosamente assentadas em tal perspectiva. Posteriormente, ante as transformações societárias em curso nesse período, emerge a necessidade de construção de um projeto profissional, nomeadamente como projeto ético-político<sup>32</sup>, donde a categoria manifesta-se e compromete-se com a construção de um novo projeto societário, em decorrência do alargamento exacerbado das desigualdades sociais em curso, com diretrizes voltadas para a ampliação e garantia dos direitos sociais. Dessa maneira, ao resgatar às bases marxistas a profissão deu um salto qualificativo no pensar e no fazer profissional em seus diversos espaços de atuação. Segundo Iamamoto (2014, p. 50), a década supracitada " foi extremamente fértil na definição de rumos técnico-acadêmicos e políticos para o Serviço Social. Hoje existe um projeto profissional que aglutina

<sup>31</sup> III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS que ocorreu precisamente em 1979 e que marcou a profissão, principalmente no que tange a construção do projeto ético-político do Serviço Social.

<sup>32</sup> Fruto da articulação e participação coletiva das entidades de representação do serviço social brasileiro, Conjunto CFESS/CRESS, ENESSO e ABEPSS, e de diversos sujeitos profissionais nas suas inserções políticas e profissionais.



segmentos significativos de assistentes sociais no país amplamente discutido e coletivamente construído ao longo das últimas décadas."

A contextualização histórica nos permite chegar aos anos 1990, após grandes lutas e conflitos, porém com alguns avanços e conquistas. Pois, conforme Netto (1999), o cenário dos anos 1990 revela-se um Serviço Social sintonizado com o movimento das classes sociais, popularizando os seus espaços de discussão e construção política, bem como criando as condições necessárias para a hegemonia crítica do seu projeto ético-político entre a categoria profissional. O grande salto e conquista do Serviço Social nesse período expressa-se nas diretrizes norteadoras e que dão materialidade ao seu projeto profissional<sup>33</sup>, ou seja, o conteúdo próprio de suas bases jurídico-políticas, responsáveis pela orientação do exercício e da formação profissional das/os assistentes sociais, quais sejam: o Código de Ética Profissional da/o Assistente Social de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93) e as Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996.

Assim, como nos mostra Iamamoto e Carvalho (2012), a profissão afirma-se no Brasil mediante a progressiva ampliação do controle e ação estatal junto à sociedade civil, vinculando-se, também, a organizações patronais privadas, de cunho empresarial, com ações voltadas para as atividades produtivas e à prestação de serviços sociais à população. Dessa forma, "a profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como um assalariado a serviço das mesmas" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 86). Por isso, os referidos autores, ressaltam que para pensar a profissão nos processos das relações sociais é preciso pensá-la dependente das organizações institucionais a que se vincula, principalmente por tratar-se de um profissional envolvido na implementação de políticas sociais, que marcaram o significado social da profissão.

---

<sup>33</sup> Nas duas décadas, anteriores aos anos 1990, o Serviço Social experimentou, no Brasil, um profundo processo de renovação. "Na intercorrência de mudanças ocorridas na sociedade brasileira com o próprio acúmulo profissional, o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos noventa, apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente. [...] De fato, construía-se um projeto profissional que, vinculado a um projeto social radicalmente democrático, redimensionava a inserção do Serviço Social na vida brasileira, compromissando-o com os interesses históricos da massa da população trabalhadora. O amadurecimento deste projeto profissional, mais as alterações ocorrentes na sociedade brasileira (com destaque para a ordenação jurídica consagrada na Constituição de 1988), passou a exigir uma melhor explicitação do sentido imanente do Código de 1986. Tratava-se de objetivar com mais rigor as implicações dos princípios conquistados e plasmados naquele documento, tanto para fundar mais adequadamente os seus parâmetros éticos quanto para permitir uma melhor instrumentalização deles na prática cotidiana do exercício profissional". (CFESS, Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, p. 19-20).

As relações e ações, acima mencionadas, principalmente com a vinculação com as políticas sociais, vão ampliar o campo de trabalho profissional, bem como estimular a profissionalização de assistentes sociais no país, modificando inclusive o perfil da população a qual o profissional vai intervir. Neste caso, a população trabalhadora, cujas ações assistenciais estatais passaram a ser voltadas, também, para tal população. Onde as políticas sociais acabam sendo fragmentas, pois são setorializadas e focais, influenciando, também, nas ações interventivas da/o profissional. Nesse sentido, a fonte primordial que legitima a formação profissional da/o assistente social “não se choca com o crescente aproveitamento e cooptação desse agente pelo aparato do Estado e empresariado, que progressivamente vão atribuindo novas determinações à legitimação e institucionalização do Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, p. 90).

Não obstante, cabe ressaltar que, embora o Serviço Social tenha sido regulamentado como uma profissão liberal, conforme a portaria nº 35 de 19 de abril 1949 - pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que enquadra a profissão no rol de profissões liberais -, esta/e profissional não tem se configurado, totalmente, como tal. Pois, ainda, não tem tido total, de acordo Yazbek (2009, p.133), “autonomia no exercício de suas atividades, não dispondo do controle das condições materiais, organizacionais e técnicas para o desempenho de seu trabalho”. No entanto, possui algumas características que constitui as profissões liberais, como, por exemplo, dispõe de uma autonomia relativa “na condução do exercício profissional”, tornando-se “necessário estatutos legais e éticos que regulamentem socialmente essa atividade”, (IAMAMOTO, 2008, p. 214-15), e por isso tem suas ações orientadas por um Código de Ética.

*O significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade. Ainda que a natureza qualitativa dessa especialização do trabalho se preserve nas várias inserções ocupacionais, o significado social de seu processamento não é idêntico nas diferentes condições em que se realiza esse trabalho porquanto envolvido em relações sociais distintas. Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais. Eles impõem, ainda, exigências trabalhistas e ocupacionais aos seus empregados especializados e mediam as relações com o trabalho coletivo por eles articulado. É nesta condição de trabalhador assalariado que o assistente social se integra na organização do conjunto de trabalhadores afins, por meio de suas*

entidades representativas, e com a coletividade da classe trabalhadora. (IAMAMOTO, 2008, p. 215, grifos da autora).

Portanto, sobre os aspectos gerais do significado social da profissão, embora em seus primórdios a formação profissional do Serviço Social tenha sido influenciada e/ou referenciada nos princípios da Igreja, isso não significa dizer que o mesmo, como profissão, foi institucionalizado e regulamentado pela Igreja Católica. A regulamentação da profissão deu-se quando o Estado, por meio da criação de medidas para o enfrentamento da questão social, criou serviços sociais<sup>34</sup> e assistenciais públicos, sob a forma de políticas sociais, se apropriando do trabalho desse agente profissional, demandando uma intervenção junto as necessidades da classe dominada, ou seja, dos trabalhadores. Todavia, as características históricas das políticas sociais no Brasil, articuladas às imagens sociais que marcaram a profissão, são ainda vigentes, fragilizando a organização da categoria profissional. Porém, é por meio do reconhecimento, enquanto trabalhador assalariado na divisão social e técnica do trabalho, que esta/e profissional pode mudar essa realidade. Nesse sentido, é que, a partir das necessidades das classes dominantes e do Estado, e por meio de lutas e movimentos sociais, o Serviço Social foi ganhando espaços ocupacionais, que hoje são áreas consolidadas e referenciadas em um exercício profissional necessário no âmbito das relações sociais.

Dessa forma, diante do exposto até aqui, resta-nos compreender melhor quais tem sido as demandas para o Serviço Social e como a/o assistente social tem desenvolvido seu trabalho, principalmente após os acontecimentos ocorridos a partir dos anos 1990. É o que discutiremos no próximo item.

## **2.2. Trabalho da/o Assistente Social na contemporaneidade.**

Os diversos períodos históricos, que contribuíram para o desenvolvimento do trabalho, nos proporcionam uma compreensão acerca de como caminhamos para o atual cenário brasileiro. Principalmente as transformações no mundo do trabalho a partir das décadas de 1970, 1980 e 1990. Pois, tais processos incidiram em todas as áreas da vida do trabalhador, principalmente, sob formas intensificadas de pauperização e exploração

---

<sup>34</sup> Articulados à concepção de democracia e cidadania, nos marcos liberais sob a perspectiva de direitos sociais, configurando-se em políticas sociais.

do trabalho. Incidiram, também, tanto no fazer profissional das/os assistentes sociais que, diante de tantas mudanças, teve constantes renovações no exercício profissional ante as renovadas expressões da questão social, quanto no mercado de trabalho desta/e profissional.

O profissional assistente social, como já foi ressaltado neste estudo, se justifica por intervir como trabalhador especializado coletivo na questão social e suas múltiplas expressões. Iamamoto (2008, p. 168) nos mostra ainda “que as respostas à questão social sofrem alterações mais significativas nas conjunturas de crise econômica e de crise hegemônica no bloco de poder”<sup>35</sup>. A autora faz esta ressalva a partir das recorrentes mutações nas formas de agir do Estado na sociedade, ou seja, diante de tais crises, a intervenção estatal sofre várias alterações. Pois, de acordo Iamamoto (2014, p. 43-4), “a retração do Estado em suas reponsabilidades e ações no campo social manifesta-se na compressão das verbas orçamentarias e no deterioramento de serviços sociais públicos”. Na medida em que o Estado vai se desresponsabilizando socialmente, principalmente nas expressões da questão social, essa responsabilidade vai sendo direcionada a outros seguimentos da sociedade civil. Isso também altera, consequentemente, as demandas para o Serviço Social.

As mudanças, a qual nos referimos, é evidente na conjuntura brasileira dos anos 1990, que mudaram substancialmente o papel do Estado. Assim, “as condições de trabalho e relações sociais em que estão inscritos as/os assistentes sociais são indissociáveis da contrarreforma do Estado” (BEHING 2003 *apud* IAMAMOTO, 2008, p. 197). Dado que, uma das propostas que embasam o projeto de contrarreforma<sup>36</sup> é de um Estado como regulador nas relações econômico-sociais, por meio do sucateamento das “ações governamentais públicas – de abrangência universal – no trato das necessidades sociais em favor de sua privatização, instituindo critérios de seletividade no atendimento aos direitos sociais” (IAMAMOTO, 2008, p. 197). Ou seja, fortalecendo a esfera privada em detrimento do escamoteamento da esfera pública, atendendo cada vez mais as necessidades do mercado.

Contudo, interessa-nos compreender como tais relações se refletem no trabalho profissional do Serviço Social, quais suas demandas e quais tem sido os desafios enfrentados por tais profissionais, bem com quais tem sido suas respostas. Uma vez que

---

<sup>35</sup> A fonte dessa conclusão, de acordo a autora, surgiu a partir do estudo feito e descrito in: Iamamoto e Carvalho (2012).

<sup>36</sup> O que, segundo Iamamoto (2008, p. 196), materializa-se com a profunda reestruturação do aparelho do Estado, a partir das diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor do Estado, já citado neste estudo.

o Estado se configura como um dos maiores empregadores de assistentes sociais no país, e é no âmbito deste que se tem tido significativas mudanças, torna-se de suma importância fazer tal análise. Uma vez que, conforme aponta Iamamoto (2008), a transferência parcial da prestação de serviços sociais à diversas esferas da sociedade civil, afetaram diretamente os espaços ocupacionais não só dos assistentes sociais, mas também de várias profissões.

Iamamoto (2008) destaca a importância do trabalho desenvolvido pela/o profissional assistente social no âmbito da seguridade social, desde planejamento à avaliação, bem como na participação em Conselhos de Políticas, principalmente, nos Conselhos de Saúde e Assistência Social nos níveis nacional, estadual e municipal. Ressalta, ainda, a importância da participação tanto da população usuária quanto da categoria profissional nestes espaços de discussões, particularmente dos movimentos da classe trabalhadora. Pois, de acordo Iamamoto (2009, p. 361), “é fundamental estimular inserções sociais que contenham potencialidades de democratizar a vida em sociedade, conclamando e viabilizando a ingerência de segmentos organizados da sociedade civil na coisa pública”. Assim, uma das ações profissionais seriam voltadas para a “educação, mobilização e organização popular, organicamente integrado aos movimentos sociais e instâncias de organização política de segmentos e grupos sociais subalternos”<sup>37</sup>. Visto que, segundo a autora, estas podem ser estratégias de fortalecimento da população a fim de manter a garantia dos direitos sociais consagrados na Constituição Federal de 1988.

Porém, a conjuntura dos anos 1990, e a contrarreforma do Estado brasileiro, modifica o ordenamento político-institucional da política social, sobretudo com a transferência de alguns serviços sociais prestados pelo Estado para o chamado “terceiro setor”<sup>38</sup>, conhecido também como organizações não-governamentais. Outro protagonista nessa relação é o mercado, representado pelo empresariado<sup>39</sup>. A privatização, característica básica do modelo de acumulação flexível, após a década supracitada tem fortalecido a mercantilização dos serviços sociais, como aponta Iamamoto (2008):

Consta-se uma *progressiva mercantilização do atendimento às necessidades sociais*, decorrente da privatização das políticas sociais.

---

<sup>37</sup> Iamamoto (2008, p. 200).

<sup>38</sup> Essa temática é veemente estudada por MONTAÑO (2002), em seu livro: *Terceiro setor e a questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez.

<sup>39</sup> Essa temática será aprofundada no item 2.3, principalmente enquanto espaço ocupacional do assistente social.

Nesse quadro, os serviços sociais deixam de expressar direitos, metamorfoseando-se em atividade de *outra natureza*, inscrita no circuito de compra e venda de mercadorias. Estas substituem os direitos de cidadania, que, em sua necessária dimensão de universalidade, requerem a ingerência do Estado. O que passa a vigorar são os *direitos atinentes à condição de consumidor* (Mota, 1995). Quem julga a pertinência e qualidade dos serviços prestados são aqueles que, através do consumo, renovam sua necessidade social. O dinheiro aparece em cena como meio de circulação, intermediando a compra e venda de serviços, em cujo âmbito se inscreve o assistente social. O grande capital, ao investir nos serviços sociais, passa a demonstrar uma “preocupação humanitária”, coadjuvante da ampliação dos níveis de rentabilidade das empresas, moralizando sua imagem social. (IAMAMOTO, 2008, p. 206, grifos da autora).

O que ocorre a partir de então é uma descentralização das políticas sociais públicas, de acordo a autora, implicando na mudança interventiva desta/e profissional. Uma vez que, suas ações eram voltadas para o esclarecimento “à população sobre seus direitos sociais e meios de acesso dos mesmos”<sup>40</sup>, esse trabalho muda significativamente sob a ótica da compra e venda de serviços, cujo objetivo é “a realização do valor, eventualmente, da mais-valia decorrentes da industrialização”<sup>41</sup> de tais serviços. Esse processo de descentralização das políticas passa a requerer, das/os profissionais de Serviço Social, novas funções, competências e qualificações profissionais, particularmente em um mercado de trabalho cujo modelo de produção é o de acumulação flexível, tendo como uma de suas exigências profissionais polivalentes. Segundo a referida autora, as novas exigências têm sido em “atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e do planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multiprofissionais” (Iamamoto, 2008, p.207). No que se refere as capacitações e qualificações, a autora nos mostra que tem sido no âmbito, por exemplo, do “domínio do processo de planejamento, na competência no gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais, capacidade de negociação, conhecimento e o *know-how* na área de recursos humanos e relações de trabalho, entre outros”<sup>42</sup>.

Ressaltamos que a categoria profissional não tem aceitado tais mudanças de braços cruzados, pelo contrário tem se fortalecendo juntamente com as forças sociais, coletivamente, a fim de manter a esfera pública como um espaço que “cultive e respeite a universalidade dos direitos do cidadão”<sup>43</sup>. Sobretudo em uma sociedade cujas formas

---

<sup>40</sup> *Ibidem.*, p. 206.

<sup>41</sup> *Ibidem.*, p. 207.

<sup>42</sup> *Ibidem.*

<sup>43</sup> *Ibidem.*, p. 208.

de todo tipo de violência e discriminação, (seja de renda, gênero, étnica, crenças religiosas, etc.), tem contribuído para o aprofundamento das desigualdades sociais e, conseqüentemente, para as diversificadas expressões da questão social. Assim, conforme Iamamoto (2008), requisita-se:

Um perfil profissional culto, crítico e capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais. Exige-se, para tanto, *um compromisso ético-político com os valores democráticos e competência teórico-metodológica na teoria crítica em sua lógica explicação da vida social*. Esses elementos, aliados à pesquisa da realidade, possibilitam decifrar situações particulares com que se defronta o assistente social no seu trabalho, de modo a conectá-las aos processos macroscópicos que as gerem e as modificam. Mas requisita, também, *um profissional versado no instrumental técnico-operativo*, capaz de potencializar as ações nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladora da participação dos sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, na defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exercê-los. (IAMAMOTO, 2008, p. 208, grifos nossos).

Nesse sentido, ressalta-se aqui a importância do domínio profissional sob as dimensões ético-político, teórico-metodológica e técnico-operativas da profissão, principalmente no que compete à defesa do projeto ético-político da profissão<sup>44</sup>, cujo processo, de acordo Netto (1999), é de contínuo desdobramento. O autor ainda destaca que tal “projeto implica na formação intelectual do assistente social” e por isso é essencial uma formação profissional “qualificada fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social”<sup>45</sup>. Segundo o referido autor, a formação profissional aqui deve “abrir a via à

---

<sup>44</sup> De acordo Netto (1999, p. 15-6), “esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da *liberdade* como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, *este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero*. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional.

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da *equidade* e da *justiça social*, na perspectiva da *universalização* do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a *ampliação* e a *consolidação da cidadania* são explicitamente postas como *garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras*. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente *democrático* – considerada a *democratização* como *socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida*”.

<sup>45</sup> *Ibidem.*, p. 16.

preocupação com a (auto) formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa”.

Não obstante, Iamamoto (2009)<sup>46</sup> enfatiza a relação conflitante entre projeto profissional e a condição de trabalhador assalariado. Conforme a autora, esse dilema significa, por um lado, “a afirmação da relativa autonomia do assistente social na condução de suas ações e, por outro, “o exercício da profissão realiza-se pela mediação do trabalho assalariado” (IAMAMOTO, 2009, p. 347-8), tendo na esfera do Estado e nos organismos privados os maiores contratadores e sustentadores dos espaços ocupacionais da profissão. Ou seja, uma afirma a/o profissional “como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social”<sup>47</sup> e o outro afirma a submissão deste trabalhador assalariado aos ditames dos empregadores. Todavia, a autora ressalta que esse dilema não pode ser apreendido pelos profissionais de campo de forma dualista e, por isso, aponta que um dos desafios é romper com as unilateralidades presentes nas literaturas do trabalho da/o assistente social com vieses ora fatalistas, ora messiânicos. Outro desafio, pontuado pela autora, ainda é participar de um empreendimento coletivo, trazendo para o centro do debate o exercício e/ou trabalho cotidiano destas/es profissionais<sup>48</sup>, objetivando elucidar sua funcionalidade e o “potencial que dispõe para impulsionar a luta por direitos e a democracia em todos os poros da vida”<sup>49</sup>. Tal potencial, conforme a autora, deriva-se das contradições históricas presentes nas relações sociais, bem como do peso político em jogo e, principalmente, do posicionamento teórico-prático das/os assistentes sociais, enquanto sujeitos profissionais, ante os projetos societários.

Entretanto, é compreensível a posição do sujeito profissional, enquanto trabalhador assalariado, pois tem na sua força de trabalho sua única mercadoria,

---

<sup>46</sup> Nesse texto a autora resgata algumas teses discutidas em seu livro: *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*, (IAMAMOTO, 2008), bastante referenciado neste trabalho.

<sup>47</sup> *Ibidem.*, p. 349.

<sup>48</sup> Iamamoto (2009, p. 352), ressalta que o caráter social desse trabalho tem uma dupla dimensão: “(a) enquanto trabalho concreto atende a necessidades sociais (que justificam a reprodução da própria profissão) e efetiva-se através de relações com outros homens, incorporando o legado material e intelectual de gerações passadas, ao tempo em que se beneficia das conquistas atuais das ciências e da tecnologia; (b) mas só pode atender às necessidades sociais se seu trabalho puder ser igualado a qualquer outro enquanto trabalho abstrato – mero coágulo de tempo de trabalho social médio –, possibilitando que esse trabalho privado adquira um caráter social”. Para um melhor aprofundamento sobre o tema ver (IAMAMOTO, 2008): *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*.

<sup>49</sup> *Ibidem.*



vendendo esta para seus contratantes – instituições estatais ou empresariais, públicas ou organizações privadas. O pagamento pela venda da sua força de trabalho expressa-se sob a forma de salário, na qual custeia suas formas de subsistência na reprodução das relações sociais. Contudo, esta/e profissional adentra nas instituições empregadoras “como parte de um coletivo de trabalhadores que implementa as ações institucionais/empresariais, cujo resultado final é fruto de um trabalho combinado e cooperativo” (IAMAMOTO, 2009, p. 353), assumindo perfis variados nos diferentes espaços de atuação profissional. Assim, as demandas e prioridades, definidas pelos empregadores para este trabalhador, como já abordado neste estudo, se dão pela predefinição de recortes de políticas, conforme nos mostra a autora. É nessa relação que fica evidente a linha tênue entre a definição do trabalho profissional por parte dos empregadores e a execução de uma autonomia integral. Portanto, ainda que haja nessa relação um “peso do poder institucional”, esta/e profissional, conforme a autora supracitada, tem o peso da sua relativa autonomia e com ela tem a possibilidade de redirecionar o seu trabalho para rumos sociais distintos daqueles impostos pelos empregadores.

Outro fator conflitante é a indissociabilidade entre a condição de trabalhador assalariado e os dilemas de alienação no trabalho da/o assistente social, nos diferentes espaços ocupacionais. Segundo Iamamoto (2009, p. 354-5), por mais que as “características do trabalho concreto exercido por esse profissional sejam as mesmas nos vários espaços de trabalho”, tem-se que levar em consideração que “a organização dos processos de trabalho e/ou das funções públicas em que se inscrevem os assistentes sociais têm significados particulares”. Os espaços ocupacionais, a que a autora se refere, são na esfera do Estado, nas empresas capitalistas, nas entidades filantrópicas e/ou sem fins lucrativos e nos organismos de representação político-corporativos de seguimentos específicos de trabalhadores.

Porém, por ser o Estado um dos maiores empregadores, seguido das empresas capitalistas, a autora supramencionada chama a atenção para a burocracia institucional, principalmente, no âmbito estatal. Para ela esta tem sido um dos elementos que mais tem incidido no trabalho realizado pelas/os assistentes sociais nestes espaços ocupacionais. Esse componente, basilar entre a divisão capitalista do trabalho e as relações sociais, separa os interesses particulares do interesse geral, cujo princípio efetivo “é o culto à autoridade”, conforme formula Iamamoto (2009, p. 355). Destacamos o papel da burocracia por ser um elemento que tem saturado a atuação

das/os profissionais de Serviço Social e, conseqüentemente, tem reforçado os aparatos burocráticos do Estado. Dessa forma, conforme destaca Iamamoto (2009), uma das alternativas dos profissionais é criar “mecanismos possíveis de desburocratizar as relações com os sujeitos que reivindicam direitos e serviços, melhorando a qualidade do atendimento”<sup>50</sup>. Nesse sentido, outro ponto que a autora destaca é sobre a socialização das informações enquanto uma das atividades exercidas pelas/os assistentes sociais nestas “instituições burocráticas”. Pois, são informações essenciais e que precisam ser “transmitidas na ótica do direito social”<sup>51</sup>, envolvendo uma relação democrática, donde o profissional acaba intermediando entre as “demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais”<sup>52</sup>. Por isso, a autora ressalta a importância da defesa da relativa autonomia profissional nos espaços ocupacionais, respeitando suas particularidades.

Na defesa de sua relativa autonomia, no âmbito dos espaços ocupacionais, *esse profissional conta, a seu favor, com sua qualificação acadêmico-profissional especializada, com a regulamentação de funções privativas e competências e com a articulação com outros agentes institucionais que participam do mesmo trabalho cooperativo, além das forças políticas das organizações dos trabalhadores que aí incidem.* (IAMAMOTO, 2009, p. 353, grifos nossos).

Portanto, o arcabouço desse conjunto norteador da profissão, juntamente com materialidade sócio jurídica da mesma, permite ao profissional uma compreensão da tensa relação entre projeto profissional e o estatuto assalariado, em tempos de capital fetiche, como diz Iamamoto (2008). Ainda que as instituições, que contratam estes profissionais, ditem as regras e/ou as condições para a realização desse trabalho - como, por exemplo, jornada de trabalho, salários e metas a serem atingidas – é possível exercer sua relativa autonomia nos diversos espaços sócio ocupacionais do Serviço Social. Segundo Iamamoto (2008, p. 219), “resguardar essa relativa autonomia na condução do exercício profissional” pressupõe potencializá-lo embasado no projeto ético político profissional. É um desafio cotidiano para o profissional enfrentar o conjunto de problemas, na relação contraditória entre as relações de classes sociais e destas com o Estado e sociedade, e encontrar soluções de tais problemas.

---

<sup>50</sup> *Ibidem.*, p. 356.

<sup>51</sup> *Ibidem.*

<sup>52</sup> *Ibidem.*, p. 357.

Tendo em vista que o nosso objeto de estudo é centralizado nas empresas capitalistas, enquanto espaço ocupacional da profissão, discutiremos no próximo item as particularidades do trabalho do assistente social no referido espaço.

### **2.3. O Trabalho da/o Assistente Social nas empresas: requisições e estratégias de atuação.**

A presença de assistentes sociais nas empresas capitalistas, no cenário brasileiro, é evidenciada a partir dos anos 1970 e, principalmente, nos anos 1980, conforme Amaral e Cesar (2009). Pois, a conjuntura do país, nesse período, favoreceu a expansão do mercado de trabalho nessa área, que hoje é uma das esferas que mais emprega assistentes sociais no Brasil. Nestas décadas aconteceram várias mudanças na totalidade social, como já mencionado neste estudo, sobretudo no mundo do trabalho.

As determinações de tais mudanças giraram e/ou giram em torno da “nova dinâmica da acumulação capitalista e respondem à necessidade de integração a um mercado cada vez mais competitivo e globalizado” (AMARAL; CESAR, 2009, p. 412). Paralelo a esse conjunto de transformações, como também já ressaltamos ocorreu dentro do Serviço Social mudanças significativas, como, a maior delas, a apropriação da teoria social marxiana, que tem embasado a formação e o trabalho desta categoria profissional levando a um fazer pautado num pensamento crítico – em bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas -, possibilitando a capacidade de compreender a realidade social.

As empresas dos anos 1980 eram caracterizadas pela dinamicidade, sob forte influência das inovações tecnológicas, “expressas na crescente informatização de processos de trabalho, modernização das plantas industriais, implantação de programas de qualidade total, programas participativos [...]”<sup>53</sup>. Contudo, de acordo as autoras, a partir dos anos 1990 e 2000 o discurso das empresas realçam as diversas competências e qualificações dos trabalhadores, bem como a adequação da força de trabalho às mudanças, à participação e à colaboração nos objetivos das empresas.

Este período tem sido marcado pelas privatizações e fusões de empresas, por novas formas de produzir mercadorias, por exigências

---

<sup>53</sup> *Ibidem*.

de produtividade e rentabilidade que reduzem os postos de trabalho e implicam a adoção de padrões mais rígido de controle do desempenho do trabalhador. As terceirizações, a precarização, a flexibilização do trabalho e consequente desregulamentação das leis trabalhistas são características de um movimento mais geral da economia mundial que redirecionam as estratégias empresariais no sentido de criar uma cultura do trabalho adequada aos requerimentos de produtividade, competitividade e maior lucratividade. (AMARAL; CESAR, 2009, p. 412).

No que se refere ao Serviço Social, emerge, concomitante a esse conjunto de transformações, para o trabalho da/o assistente social abundantes áreas de atuação dentro das empresas capitalistas, quais sejam: gestão de recursos humanos; programas participativos; desenvolvimento de equipes; ambiência organizacional; qualidade de vida no trabalho, voluntariado; ação comunitária; certificação social; educação ambiental, dentre outros.

As exigências desse novo sistema causam impactos tanto na composição quanto no perfil da força de trabalho, conforme Kameyama (2010), implicando na necessidade de uma qualificação muito mais elevada. Ou seja, requer um profissional em conformidade com os objetivos das empresas, polivalente, multifuncional e, acima de tudo, comprometido com a empresa. A reestruturação produtiva, além da qualificação técnica, busca a participação e o envolvimento dos trabalhadores através da mobilização das subjetividades para obter o consentimento passivo na construção de um consenso, (KAMEYAMA, 2010; MOTA, 2010). Por outro lado, principalmente no cenário brasileiro, verifica-se o aumento exacerbado da jornada de trabalho e intensificação do ritmo do mesmo.

Essas mudanças afetam simultaneamente tanto o exercício profissional, alterando o mercado de trabalho, quanto as condições de trabalho desse profissional. Nesse sentido, Mota e Amaral (2010, p. 26) pontuam que a incumbência colocada para o Serviço Social, neste contexto, é identificar “o conjunto das necessidades (políticas, sociais, materiais e culturais) tanto do capital quanto do trabalho”, ainda implícitos “às exigências de refuncionalização dos procedimentos operacionais”, demarcando uma readequação de “competências técnicas e políticas que, no contexto da divisão sócio técnica do trabalho, assumem estatuto de demandas à profissão”, (KAMEYAMA, 2010, p. 16). Feito esse panorama geral, nesse sentido, interessa-nos entender as condicionalidades que levaram à emergência do Serviço Social dentro das empresas, sob a expressão de demandas, que refletiram e/ou ainda refletem na inserção e formas

de intervenção desta/e profissional ante às requisições empresariais no contexto de reestruturação produtiva do capital, bem como compreender quais tem sido suas as respostas nesse processo que vem perdurando até os dias atuais.

Mota e Amaral (2010) mostram que os impactos do processo de reestruturação produtiva não mudaram apenas os processos de trabalho nas empresas, mudou também as relações de trabalho e, particularmente no Brasil, a reestruturação foi “abrir capital, privatizar empresas estatais, terceirizar, demitir trabalhadores e aumentar a produtividade”<sup>54</sup>, ou seja, precarização do trabalho em todos os sentidos. Esse conjunto são consequências de parte das estratégias do capital na “reorganização das fases do ciclo global da mercadoria e da criação de mecanismos sócio-políticos, culturais e institucionais necessários à manutenção do processo de reprodução social”<sup>55</sup>. Para as autoras, essa articulação faz parte das “reais necessidades” do processo de reestruturação produtiva, quais sejam “a adesão e o consentimento do trabalhador às exigências da produção capitalista”<sup>56</sup>. Assim, a vinculação destas necessidades está diretamente ligada às exigências postas atualmente para a profissão não só nas empresas, mas também nos outros espaços ocupacionais do Serviço Social. Pois é sabido que as consequências desse processo recai em todas as esferas da vida da classe trabalhadora.

Dito isto, entendemos que a incorporação do Serviço Social nas empresas brasileiras, tanto estatais quanto privadas, geralmente estão vinculadas à da Saúde do Trabalhador<sup>57</sup> e à Área de Recursos Humanos, assumindo, segundo Amaral e Cesar (2010), a função de intermediar soluções para “carências e conflitos dos trabalhadores”<sup>58</sup>, particularidade da década de 1980. Ou seja, a ação profissional é intermediária na relação entre empregados e empregadores, donde articulava a preservação da força de trabalho dos trabalhadores com a mediação de

---

<sup>54</sup> *Ibidem.*, p. 34.

<sup>55</sup> *Ibidem.*, p. 27.

<sup>56</sup> *Ibidem.*, p. 40-1.

<sup>57</sup> Sobre essa temática, cabe fazer algumas observações, sendo esta uma demanda para Serviço Social. Segundo Cesar (2010), a saúde do trabalhador, nas empresas, compõe o rol de demandas para a profissão desde os seus primórdios, sob a perspectiva da saúde como uma “necessidade social”, que, para o empresário, “significa a manutenção do potencial produtivo” (CESAR, 2010, p. 179-0). Essa característica vai de encontro com as formas de inserção do assistente social à área de RH, pois em decorrência da reestruturação empresarial os programas, voltados para a saúde, são redirecionados para as políticas de RH, principalmente nos programas de Qualidade de Vida.

<sup>58</sup> A conjuntura brasileira nesse período passava por grandes transformações, principalmente na política. A classe trabalhadora estava em um processo de organização política, “a exemplo da fundação de partidos, sindicatos, comissões de fábrica, dentre outras representações, imprimindo forças combativas na sua relação com o capital”, (AMARAL; CESAR, 2010, p. 156).

conflitos/comportamentos emergidos da relação capital e trabalho. Mota (2010)<sup>59</sup> ao pesquisar sobre as determinações do Serviço Social na empresa chegou à conclusão de que a ação desta profissão, cujas origens estão na negação da situação de classe do trabalhador, “tende a afirmar sua identidade com o projeto do capital, ao mediar interesse de classe, quando opera uma ação voltada para as formas de administração ideológica da desigualdade social”, (MOTA, 2010, p. 145).

Essa tendência pode estar associada as formas de inserção desta/e profissional nas empresas. A princípio, quem demanda esse trabalho profissional é o empregador e não o público-alvo da ação profissional, ou seja, os trabalhadores. O primeiro contato da/o assistente social com o trabalhador é estranhado por parte deste último, por não ser uma iniciativa dele. A autora nos mostra que, para o trabalhador, a intervenção desta/e profissional, inicialmente, é de cunho educativo, de mediador e de conotação política, qualificando a prática do Serviço Social como “ajuda”. Por isso, segundo a autora, “o trabalhador indica e conceitua a ação profissional como uma atividade auxiliar da administração de recursos humanos da empresa, subordinada aos objetivos desta última”<sup>60</sup>, não o enxergando como um aliado, daí a inserção da/o assistente social na área de RH nas empresas. Ou seja, o profissional é requisitado para atender, contraditoriamente, às demandas tanto do capital quanto do trabalho, com “uma intervenção voltada a considerar as necessidades básicas dos trabalhadores e de suas famílias, transformando uma prerrogativa da produção em uma “ação humanitária” da empresa, sob o “manto da ajuda” (AMARAL; CESAR, 2010, p. 157).

Sob essa sagacidade, a empresa atingia sua meta de controle e disciplinamento de sua força de trabalho, mantendo os níveis de produtividade em consonância com os requisitos do seu processo produtivo, participando perspicazmente do movimento da reprodução social da classe trabalhadora. Por outro lado, as/os assistentes sociais, em iguais situações e condições de trabalho com os demais trabalhadores, ao interferir nessa relação “definem seus objetivos profissionais, desenvolvem iniciativas e estratégias para responder aos “problemas sociais” postos pelos empregadores”<sup>61</sup>. Porém, mediante as reivindicações trabalhistas, por meio do movimento político-sindical, dos anos 1980 as empresas viram-se obrigadas a atender algumas necessidades

---

<sup>59</sup> Em seu livro: *O Feitiço da Ajuda: as determinações do Serviço Social na Empresa*.

<sup>60</sup> *Ibidem.*, p. 146.

<sup>61</sup> *Ibidem.*, p. 157.

básicas pautadas nas exigências dos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que estas, ou seja, as empresas viam-se num processo de reorganização capitalista.

Assim, de acordo Amaral e Cesar (2010), uma das medidas empresariais junto aos trabalhadores foi “engendrar mecanismos sociopolíticos [...] para dar legitimidade a tais mudanças”, criando “novas formas de gestão e de relações de trabalho, fundadas no participacionismo e na colaboração dos trabalhadores com a gestão empresarial”<sup>62</sup>, como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ). Ressalta-se que, os assistentes sociais, neste programa, foram protagonistas na sua organização, mobilização, capacitação e acompanhamento, donde as empresas acabam alcançando suas metas de reforma no final das décadas de 1980 e início dos anos 1990.

Contudo, é a partir desse período que os trabalhadores passam a ser ideologicamente considerados colaboradores e “parceiros” da empresa, pois com o enfraquecimento do conteúdo político do movimento sindical, a classe trabalhadora vai sendo corrompida e/ou aludida pelas estratégias capitalistas das empresas. Ou seja, aquela trajetória de lutas e conquistas vai se deteriorando dentro dessa reestruturação produtiva. Assim, se nos anos 1980 a batalha, de acordo Amaral e Cesar (2010, p. 159-0), intelectual do Serviço Social era discernir “os elementos contraditórios das demandas profissionais que, requeridas pelo patronato, atendiam, a seu modo, às necessidades do trabalho”, neste novo cenário a/o profissional também é bombardeado pelas novas exigências e qualificações impostas pelo empresariado. Dessa forma, conforme nos mostra as autoras, devido a subalternidade do Brasil ao sistema capitalista mundial, nesse período - principalmente, pelas formas peculiares de sua formação econômica, política e social - as mudanças por aqui foram devastadoras, atingindo todas as esferas no país.

Cesar (2010, p. 118) nos mostra que “o verdadeiro cenário político da reestruturação produtiva no Brasil é a construção de um consentimento passivo dos trabalhadores”. Isso fica claro nos anos 1990, com a contrarreforma<sup>63</sup> do Estado brasileiro e suas consequências societárias, cujos principais reflexos atingiram não só as políticas de proteção social, mas, também, todo o conjunto em que se envolvem as relações de trabalho. Destaca-se que, no mundo do trabalho, uma das maiores exigências nesse período foram a de profissionais dotados de qualificação e múltiplas competências, e por isso, conforme a autora, é por essa mesma via que são reduzidos os

---

<sup>62</sup> *Ibidem.*, p. 158.

<sup>63</sup> Temática vista no item 1.3.

postos de trabalho, principalmente, pela rigidez no controle do desempenho do trabalhador.

Por conseguinte, é nessa dinâmica reestruturadora que o capital articula novas formas de controle, quais sejam: *o incentivo ao consumo da força de trabalho*, aqui as empresas passam a investir veemente em treinamentos e busca elevadas de níveis de escolaridade da força de trabalho; *o controle da força de trabalho*, pois, os rebuscados mecanismos empresariais de adaptação aos novos moldes de produção, visam a adesão do trabalhador às metas de qualidade, ou seja, buscam a “parceria” e a confiabilidade do trabalhador e obtenção de resultados; *a reprodução material da força de trabalho*, donde os trabalhadores são bombardeados pelos chamados “salários indiretos”, onde as empresas, sob a regulação estatal, passam a oferecer políticas de benefícios e serviços nas relações contratuais de trabalho, retraindo as coberturas públicas e cortes nos direitos sociais; e por fim, *a reprodução espiritual da força de trabalho*, donde as empresas investem num processo de “aculturação” dos empregadores e em formas ideológicas pressupondo um “moral de envolvimento” para a geração de um novo comportamento produtivo, ou seja, formas manipulatórias sob um viés “colaboracionismos entre as classes” e o “engajamento dos colaboradores” ou “associados” atingindo “a consciência, a subjetividade do trabalho e as suas formas de representação” (AMARAL; CESAR, 2010; CESAR, 2010)<sup>64</sup>.

Diante destas mudanças, voltadas para o controle geral da força de trabalho, o Serviço Social é demandado a “colaborar” na “socialização” de valores e comportamentos, exercendo uma função pedagógica, que interfiram na “integração dos trabalhadores às novas exigências da produtividade” (CESAR, 2010, p. 124). Essa atuação do Serviço Social vai se expressar, principalmente, nos programas participativos junto aos princípios e necessidades das chamadas políticas de RH<sup>65</sup>.

O processo de reestruturação produtiva inflexiona as políticas de recursos humanos, no Brasil, principalmente a partir dos anos 1990, nos seguintes aspectos: crescimento dos investimentos empresariais com a qualificação da força de trabalho; introdução de técnicas e métodos de gerenciamento participativo, com o forte apelo ao

<sup>64</sup> Para um melhor aprofundamento sobre as novas formas de controle, referidas nesse parágrafo, ver Mota (2010) e Amaral e Cesar (2009).

<sup>65</sup> Amaral e Cesar (2010, p. 162) postulam que as políticas de recursos humanos têm objetivos como: “favorecer o envolvimento das metas; desenvolver capacidades e habilidades para as necessidades da produção, treinando e reeducando; reconhecer o desempenho por critérios individuais e atender supostas satisfações no trabalho para amenizar os conflitos; e, estabelecer a remuneração a partir da geração de resultados”.



envolvimento dos trabalhadores com as metas empresariais; combinação do sistema de serviços sociais com as políticas de incentivo à produtividade do trabalho; e adoção de práticas de avaliação e monitoramento do ambiente interno. (AMARAL; CESAR, 2009, p. 418).

Portanto, diante dessa heterogeneidade, conforme nos mostra Cesar (2010), o exercício profissional nas empresas é atravessado por uma:

Nova racionalidade técnica e ideopolítica, no âmbito do gerenciamento de recursos humanos, que refuncionaliza o “tradicional” em prol do “moderno” e conjuga, no campo das atividades profissionais, “velhas” e “novas” demandas, exigindo dos assistentes sociais estratégias que assegurem sua legitimidade social. (CESAR, 2010, p. 137)

No entanto, mantém-se vivo o caráter “educativo” do Serviço Social nas empresas, ou seja, a/o profissional continua sendo requisitada/o a intervir na vida privada dos empregados, segundo Mota (2010), nas particularidades que interferem direta ou indiretamente na produtividade. Essa dimensão “pedagógica”, de acordo Freire (2003) *apud* Amaral e Cesar (2010, p. 419), do trabalho da/o assistente social - na proliferação bilateral da colaboração entre empregados e empregador e na aniquilação dos conflitos “inerentes às relações entre capital e trabalho” - é o traço, historicamente determinado, condicionante “das requisições das empresas ao Serviço Social”, assentando assim o seu estabelecimento neste espaço ocupacional. A autora ressalta, ainda, que é por esse viés que esta/e profissional intervém na reprodução material e espiritual da força de trabalho. Apesar dessas demandas serem tradicionais, no atual contexto, seus conteúdos e mecanismos de controle são renovados nos processos e relações de trabalho, expressando-se nos principais programas desenvolvidos pelas empresas, conforme nos mostra Amaral e Cesar (2010).

Tais programas trazem uma mesclagem entre o “velho” e o “novo”, como pontua as referidas autoras, presentes no trabalho da/o assistente social, quais sejam: Programa de Treinamento e Desenvolvimento; Programas Participativos; Programa de Qualidade de Vida; e, Programa de Clima ou Ambiência Organizacional<sup>66</sup>. As requisições do Serviço Social em tais programas, de uma forma geral, são: desenvolver *medidas educativas*, visando a articulação consensual, por de atividades de treinamento,

---

<sup>66</sup>Amaral e Cesar (2009) faz uma descrição minuciosa sobre os objetivos de cada programa e pontua as formas de inserção do Serviço Social nestes.

entre os empregados e as demandas dos empregadores, donde a/o própria/o assistente social – enquanto empregado – é submetido à tais medidas; no âmbito da “cultura da qualidade”, esta/e assistente social assume um papel de *impulsionador da inovação e mudança* – redimensionando seu trabalho. Ou seja, a intervenção profissional é baseada nos princípios da promoção de valorização do empregado, sob o viés comportamental e engajamento deste com as metas empresariais; são chamados a atuar, novamente, na *qualidade de vida no trabalho*, ou seja, em serviços sociais e em ações socioeducativas – na saúde do trabalhador - a fim levantar o nível de satisfação no trabalho; e, nas propriedades do “*ambiente de trabalho*”, o assistente social tem operacionalizado sua atuação por meio pesquisa periódica entre os trabalhadores a respeito da organização, relações e condições de trabalho, a fim de subsidiar estrategicamente a melhoria do clima organizacional<sup>67</sup>. Amaral e Cesar (2010) ressaltam que essa variedade de ações sociais desenvolvidas pela empresa, direcionadas internamente para atender as necessidades dos seus empregados, compõe a ideia de “responsabilidade social corporativa”<sup>68</sup>. As ações empresariais vão estendendo-se, externamente, alcançando às comunidades sob as formas de assistência, alimentação, saúde, etc. Tornando-se “parceiras” do Estado nos desafios enfrentados pelo país, quais sejam: a pobreza e as desigualdades sociais.

Os impactos da reestruturação produtiva trouxeram e/ou ainda trazem, para o trabalho da/o assistente social em seus diversos espaços ocupacionais, antigas demandas, porém reconfiguradas, bem como abriu a possibilidade para a intervenção em novas demandas. Conquanto, na particularidade da empresa podemos identificar algumas dificuldades enfrentadas por esta/e profissional. Nestes espaços é exigido um profissional proativo, multifuncional, polivalente, etc., ou seja, para além dos conhecimentos e formação profissional, são levados em consideração as qualidades pessoais do profissional. São exigências que demonstram o potencial dessa/e profissional na capacitação, treinamento, assessoramento, criação e desenvolvimento de programas - voltados para a saúde do trabalhador. Esse apanhado de exigências tem como foco uma relação consensual, como aponta Mota (2010), entre patrões e empregados, entre produção e lucro.

---

<sup>67</sup> Para uma melhor compreensão, ver considerações feitas pelas autoras Amaral e Cesar (2009).

<sup>68</sup> É uma característica que, no decorrer dos anos 1990, ganhou densidade no meio empresarial, incorporadas, posteriormente, ao ideário de “empresa cidadã” vigentes na atual conjuntura.

Diante disso, a/o profissional, que não tiver clareza de suas atribuições e competências profissionais, ou seja, de seus objetivos e de seu compromisso com o projeto profissional – ético-político e teórico-metodológico - pode entrar em crise de identidade, conforme postula Iamamoto (2014), em meio à tantas exigências, sujeito a cair nas velhas práticas profissionais. Ter esse direcionamento é fundamental para o enfrentamento dos desafios nas relações de trabalho, principalmente, nas relações de poder existentes nos espaços ocupacionais. No caso das empresas, fica evidente que há uma correlação de forças entre as exigências do empregador para com o papel do Serviço Social neste espaço, mesmo com o significado sócio histórico dessa profissão, bem como uma configuração de um espaço tanto de disputa, quanto de poder, na relação entre chefia, a posição da/o assistente social e os demais profissionais. Pois, a/o assistente social, com seu “potencial de impulsionador do envolvimento” entre os trabalhadores, fortalece mais o capital em detrimento da disputa entre os demais trabalhadores nos chamados programas participativos. Porém, o estatuto de assalariado o deixa numa relação conflitante no ambiente de trabalho, pois acaba sendo um fator que pode limitar as possibilidades de intervenção da/o assistente social na empresa, eximindo-se do seu compromisso com a classe trabalhadora. Entretanto, com base em Iamamoto (2009, p. 369), temos que considerar o trabalho da/o profissional assistente social e “os processos de trabalho nos quais se envolve na condição de trabalhador especializado”.

Assim, como abordamos, essa profissão passou por várias transformações conflitantes, seja no mercado de trabalho, seja na organização e construção ético-política e teórico-metodológica. Por exemplo, os anos 1980 ficou marcada como uma década de conflitos e conquistas, donde a categoria discutiu os rumos da profissão enfrentando a perspectiva conservadora e, no mercado de trabalho, ampliou-se os espaços de trabalho dessa/e profissional. Já entre os anos 1990 sofreu grandes impactos, com a contrarreforma do Estado brasileiro e suas políticas neoliberais, pois os postos de trabalho têm sido reduzidos desde então. Ao mesmo tempo em que, foi a partir dessa década que a categoria avançou intensamente nas suas dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. Principalmente, no que se refere às normativas, instituições e projeto profissional – Código de Ética Profissional, Lei de Regulamentação, Conjunto CFESS/CRESS/APEPSS/ENESSO – que orientam e/ou norteiam sua atuação profissional nos diversos espaços ocupacionais e dão parâmetros para o enfrentamento dos desafios cotidianos em seus espaços de atuação, bem

possibilitam a reflexão sobre sua ação profissional nos referidos espaços. Ou seja, esse aporte embasa a defesa da autonomia relativa desse profissional. Isso significa que, conforme Cesar (2010):

A profissão possui um caráter contraditório que lhe é inerente e este caráter pode tanto conservar aspectos do “modo de ser” capitalista quanto questiona-los, negando-os. A dialética de continuidades e rupturas profissional do assistente social, comporta um conjunto de possibilidades que podem leva-lo a superar a alienação com relação ao seu próprio trabalho e, particularmente, com relação ao produto gerado. [...] Responder crítica e criativamente às exigências colocadas pela reestruturação produtiva, defender suas condições de trabalho e resistir às práticas de passivação são, a rigor, os grandes desafios que estão postos para o assistente social e para os demais trabalhadores “que vivem do seu trabalho”. (CESAR, 2010, p. 144).

Não obstante, para entender afincado o trabalho profissional torna-se necessário compreender melhor os espaços ocupacionais dos quais estão inseridas/os as/os assistentes sociais e com isso estabelecer ações e projetos direcionados e/ou com parâmetros voltados a atender as demandas colocadas para esta profissão. Para isso faz-se necessário identificar o perfil profissional nos diferentes espaços de atuação, bem como conhecer suas demandas, limites e possibilidades de atuação, atividades desenvolvidas e instrumentos e técnicas utilizados no desenvolvimento destas. Esse apanhado geral pode dar um respaldo à categoria para a definição de um perfil da profissão. É com esse foco que, no próximo capítulo, buscaremos conhecer o perfil profissional na particularidade das empresas capitalistas do Distrito Federal.

### CAPÍTULO 3

#### O TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NAS EMPRESAS CAPITALISTAS DO DISTRITO FEDERAL

##### **3.1. Características Gerais das Empresas, Perfil Geral e Profissional: análise descritiva dos dados.**

A presente pesquisa, como já informado na introdução, foi proposta com o objetivo de conhecer o perfil geral e profissional, bem como analisar a prática profissional das assistentes sociais que trabalham nas empresas capitalistas do Distrito Federal. Assim, o universo pesquisado<sup>69</sup> foram as empresas, com lógica capitalista no DF, que, na interpretação governamental são de direito privado, estão situadas no âmbito do mercado enquanto espaços de trabalho de assistentes sociais.

Foram levantadas 23 empresas, na qual se obteve a informação da existência do trabalho de assistentes sociais. Dessa amostra, não conseguimos o contato com profissionais de 2 empresas. Por meio de contato telefônico, pela estudante-pesquisadora, foram identificadas a existência de 50 profissionais alocadas em 21 empresas. Onde 17 demonstraram interesse e/ou aceite em participar da pesquisa. Entretanto participaram do estudo, respondendo o questionário, 14 assistentes sociais de 9 empresas.

Os dados mostraram<sup>70</sup> que os indicadores sobre sexo reafirmam a característica histórica da profissão, ou seja, a tendência ainda é predominantemente feminina, representando 92,9% das entrevistadas<sup>71</sup>, ou seja, de 14 profissionais 13 são mulheres e apenas 1 é homem. Em relação a idade, os dados mostram<sup>72</sup> que neste universo 42,86% das assistentes sociais tem em média entre 26 a 30 anos e 35,71% tem entre 36 a 40 anos.

Esses números representam algo interessante, pois a maioria das profissionais que atuam nestes espaços tem idade entre 26 a 30 anos, ou seja, são profissionais jovens

---

<sup>69</sup> Todas as fontes apresentadas neste estudo, tanto nas tabelas quanto nos gráficos, são frutos da pesquisa direta, cujos dados foram coletados, pela estudante-pesquisadora, no período de Março a Abril 2015.

<sup>70</sup> Ver apêndice 1.

<sup>71</sup> Considerando que nesta pesquisa 92,9% das participantes foram mulheres, utilizaremos a linguagem inclusiva de gênero.

<sup>72</sup> Ver apêndice 2.

em um espaço ocupacional permeado pela lógica privada e com características históricas, embora com demandas reconfiguradas. Assim, infere-se que tais instituições estão empregando profissionais recém graduadas.

Outro indicador analisado foi sobre a religião. A grande maioria, ou seja, 92,9% das entrevistadas afirmaram ter uma religião e 7,1% não tem. Os dados mostram<sup>73</sup>, também, a religião católica ainda aparece como predominante (com 57,14%), seguida pela protestante (com 21,43%). Mas, a respeito da condição religiosa<sup>74</sup>, 64,29% responderam que são praticantes de alguma religião e 28,57% disseram que não são praticantes.

Sobre a categoria cor e raça, usada pelo IBGE, foi perguntado como as entrevistadas se consideravam neste aspecto. Os dados mostraram<sup>75</sup> que 50% das assistentes sociais se consideram pardas, seguida da categoria branca (com 42,9 %). Os dados mostram a não predominância de brancas, o que significa que estes espaços têm sido ocupados, também, por pessoas com outras identidades de cor/raça que não brancas. Embora seja uma diferença mínima entre as duas maiores categorias declaradas (Parda e Branca). No entanto, os dados revelam que, ainda assim, é preciso avançar na participação de negros e negras no mercado de trabalho, pois apenas 7,1% das entrevistadas se consideram negras, ou seja, uma. E que isso não significa que se tem diminuído a desigualdade racial e social nos espaços de trabalho. Temos que considerar o caráter histórico e determinante da formação social brasileira e como ela também demarca uma *cara* de profissão.

Quanto à orientação sexual, 92,9% das profissionais se declararam heterossexuais seguida por 7,1% bissexual<sup>76</sup>. No que se refere a situação conjugal<sup>77</sup>, 64,29% das assistentes sociais são casadas, seguidas das solteiras (com 28,75%). Quando perguntado sobre a existência de filhos, a maioria não tem filhos (com 55%)<sup>78</sup>.

No que se refere ao Perfil Profissional, temos que a maioria das entrevistadas (57,15%) tem de 3 a 10 anos de atuação na área de Serviço Social. Os maiores índices estão entre 3 a 5 anos (com 21,43%), 5 a 7 anos (14,29%) e 7 a 10 anos (com 21,43%)<sup>79</sup>. Do total de entrevistadas 78,6% responderam que tem apenas um vínculo

---

<sup>73</sup> Ver apêndice 3.

<sup>74</sup> Ver apêndice 4.

<sup>75</sup> Ver apêndice 5.

<sup>76</sup> Ver apêndice 6.

<sup>77</sup> Ver apêndice 7.

<sup>78</sup> Ver apêndice 8.

<sup>79</sup> Ver apêndice 9.

empregatício na área e 21,4% responderam que tem pelo menos dois vínculos<sup>80</sup>. Este último merece destaque, pois a incidência de três profissionais (21,4%) que declararam ter dois vínculos de trabalho. Tal situação revela a necessidade que uma parcela, significativa da categoria, tem de trabalhar em vários espaços para atender suas necessidades. A pergunta que não se pode evitar é como trabalhar em diversos espaços ocupacionais, com as características do trabalho que é requisitado à assistente social, mantendo a qualidade, com tempo para elaborar investigação sobre a situação do usuário do serviço, e com tempo para refletir e sistematizar sobre o próprio trabalho? Certamente essas profissionais encontram muitas dificuldades para exercitar tudo isso. Pode-se inferir que, a partir desse dado, tendência ao multiemprego já é uma realidade para as condições de trabalho de assistentes sociais no DF.

Quando perguntado sobre o local de trabalho do principal vínculo empregatício 57,1% responderam que trabalham na Asa Norte, 21,4% na Asa Sul e 14,3% no SIA<sup>81</sup> e 7,1% no Lago Norte. Assim, a maioria das entrevistadas trabalham na área central do Distrito Federal.

A natureza das instituições do principal vínculo empregatício, ou seja, as principais instituições empregadoras das assistentes sociais, identificados nos dados, a maioria são as públicas. Assim, temos que considerar a condição e/ou contexto econômico do DF, donde não tem forte presença de indústrias. O DF, por abrigar a planejada capital federal, atrai muito a população, em decorrência de ser Brasília a sede da concentração das funções do governo federal. Nesse sentido, 57,1% das profissionais trabalham em empresas públicas federais, 14,3% em empresas públicas distritais e 28,6% em instituições de Economia Mista<sup>82</sup>. Esse dado reafirma ser o Estado o maior empregador e contratador da força de trabalho das assistentes sociais, mesmo em empresas públicas. Aqui o Estado é o maior empregador, mas a predominância no trabalho dessas instituições é da lógica privada, e tem seus serviços mediados por relações mercantis e não estatais clássicas.

Das áreas de atuação, a qual se vinculam as assistentes sociais entrevistadas, percebeu-se a forte predominância da Saúde com 50%, seguida da área de Recursos Humanos com 28,6%, 7,1% em Mulheres/Gênero e 14,3% em outras áreas<sup>83</sup>, como meio ambiente e “organizacional”. Esse dado nos leva a fazer aos seguintes

---

<sup>80</sup> Ver apêndice 10.

<sup>81</sup> Ver apêndice 11.

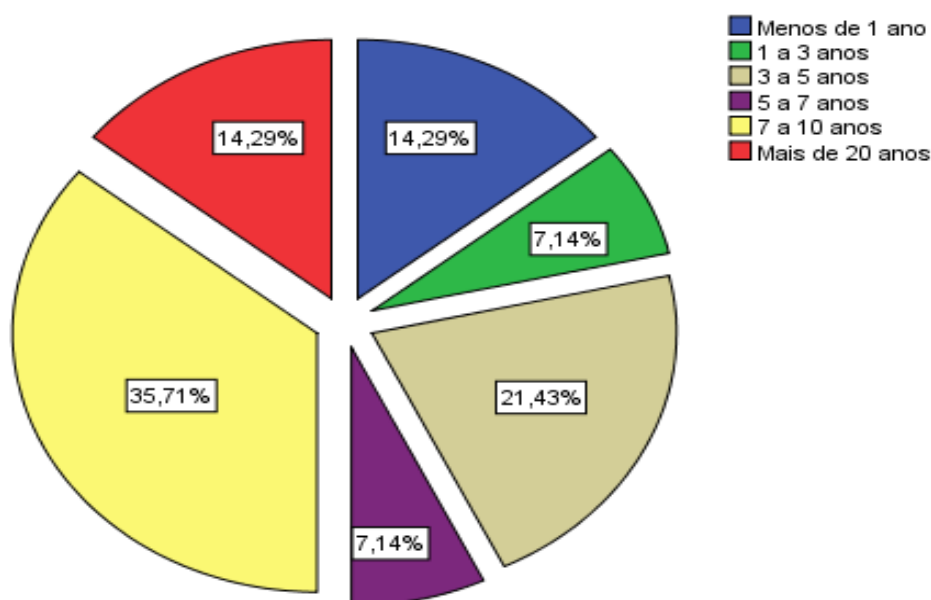
<sup>82</sup> Ver apêndice 12.

<sup>83</sup> Ver apêndice 13.

questionamentos: qual a razão da crescente demanda do trabalho de assistentes sociais na área de saúde nas empresas no DF? Seria a precarização do SUS? Ou a intensificação do trabalho e seus processos de sofrimento psíquico e adoecimento?

Ao perguntar sobre o tempo de trabalho na instituição, 35,71% das entrevistadas trabalham pelo menos de 7 a 10 anos na mesma, como nos mostra o gráfico abaixo (Gráfico 7). Indagadas sobre a quantidade de assistentes sociais na seção em que trabalham, 50% responderam ter apenas duas profissionais em sua seção, contando com ela, e 21,43% afirmaram ter apenas uma profissional na seção, ou seja, ela<sup>84</sup>. Ao serem questionadas se esse quadro aumentou, diminuiu ou manteve-se, durante os últimos cinco anos, 42,86% responderam que se manteve, enquanto 21,43% responderam que aumentou<sup>85</sup>. Todavia, 28,57% afirmaram ter diminuído o número de assistentes sociais na instituição. Pode-se inferir que presenciamos, no Distrito Federal, uma diminuição de profissionais nesses espaços bem como a manutenção do quadro, o que mostra a não contratação da mão-de-obra da categoria em tais espaços comparado ao aumento das demandas/atividades colocadas para o Serviço Social, tanto pela Instituição quanto pelos usuários.

**2015 - Gráfico 7: Tempo de Trabalho na Instituição**



**Fonte:** pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

<sup>84</sup> Ver apêndice 15.

<sup>85</sup> Ver apêndice 16.



Atualmente, presenciam-se altas taxas de desemprego e muitos profissionais formados a disposição do mercado. A ampliação da modalidade de ensino a distância tem contribuído para o crescimento de profissionais formados em Serviço Social, exponenciando um exército industrial de reserva nessa área e, consequentemente, aumentando das formas precarizadas de contratação de assistentes sociais, ou seja, as formas de ingresso no mercado de trabalho.

Identificou-se que o ingresso nesses espaços ocupacionais se dá por meio de concursos públicos, como afirmaram 92,9% das entrevistadas ou por processo seletivo (com 7,1%)<sup>86</sup>, donde as formas de contratos trabalhistas são predominantemente de caráter e/ou do tipo celetista<sup>87</sup>, ou seja, 100%. Quando perguntado se a nomenclatura do cargo que ocupa é assistente social, 71,4% responderam que sim e 28,6% respondeu que não<sup>88</sup>, pois afirmaram que a nomenclatura do cargo é Analista. No entanto todas atuam regularmente como assistentes sociais. Pode-se identificar, como mostra os dados, que a contratação da força de trabalho desses espaços ainda não tem sido precarizadas, ou seja, não tem sido influenciada pelas formas de contrato informal ou pela onda de contratos temporários. Isso se explica porque, sendo a maioria das empresas investigadas de caráter público, a legislação prevê que para o ingresso nessas instituições tem que ser por concurso, visto que são estatais, mesmo que contrata via, em sua maioria, CLT e não pelo Regime Jurídico Único (RJU), conforme Lei 8.112/1990<sup>89</sup>, que regula o serviço público. Porém, entendemos, a partir dos dados, que o Estado não está mais contratando profissionais na sua forma clássica, ou seja, pelo RJU, mesmo em empresas públicas. Não é uma precarização clássica do trabalhador do setor privado, que tem o contrato temporário e que tem um trabalho sem direitos e terceirizado, mas é uma precarização do trabalho no âmbito do serviço público no Brasil. Pois o contrato é por meio de concurso público, porém a estabilidade desse emprego é relativa, não tendo o trabalhador celetista as mesmas garantias que o trabalhador empregado pelo RJU.

---

<sup>86</sup> Apêndice 17.

<sup>87</sup> Tem esse nome por ser um regime de relações de emprego e/ou de contratação trabalhista, típico das relações privadas ou de qualquer empresa existente no mercado, derivado da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Esse regime é também utilizado, nas relações de emprego, tanto nas empresas públicas quanto nas sociedades de economia mista.

<sup>88</sup> Ver apêndice 18.

<sup>89</sup> Lei que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. No qual, o Art. 2º, diz que: “para os efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público”. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>.

Ao perguntar sobre a jornada de trabalho, obteve-se um resultado unânime, pois 100% responderam que a jornada é de 30h semanais. Esse dado mostra-se significativo, pois mostra a efetividade da lei 12.317<sup>90</sup>, e, principalmente, que a luta da categoria pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial para 30h tem tido êxito e tem sido respeitada nas empresas capitalistas.

Da totalidade das entrevistadas, 57,1% nunca desempenharam função gerencial ou cargo comissionado na instituição<sup>91</sup>, e 78,6% não desempenham,<sup>92</sup> atualmente, nenhuma função gerencial ou cargo comissionado na instituição. Desse percentual, das que já desempenharam função gerencial ou cargo comissionado na instituição, foram de Chefia/Gerência de Serviço Social. As que responderam que estão desempenhando, função na instituição são tanto Chefia/Gerência de Serviço Social quanto Chefia/Gerência de Setor.

Ao serem perguntadas se desempenham outra atividade remunerada, 21,4% responderam que sim<sup>93</sup>. Desse montante 14,3% responderam que essa atividade tem vínculo com a profissão e 7,1% responderam que não. Algumas profissionais (28,6%) afirmaram desempenhar alguma atividade voluntária.

Outro item considerado é a renda mensal, ou seja, um salário mensal na instituição do principal vínculo de trabalho, entre as profissionais. Na qual, 28,57% recebem de três a cinco salários mínimos (SM), 21,43% recebem de cinco a sete (SM) e 21,43% recebem de nove a onze SM, seguido de 14,29% que recebem mais de quinze (SM), conforme nos mostra o gráfico a seguir (Gráfico 10). Ao perguntar sobre o montante da renda mensal, obteve-se resultados diferenciados comparado ao salário recebido na instituição do principal vínculo de trabalho, pois a maior frequência é que 28,57% recebem o montante da renda mensal entre nove a onze (SM)<sup>94</sup>. Sendo que 28,57% disseram receber um salário acima de três (SM) na instituição do principal vínculo de trabalho. Constata-se, conforme nos mostra os dados, que a maioria das entrevistadas recebem um montante da renda mensal acima de sete (SM), o que deve estar associado ao exercício de outra atividade remunerada, pois 28,57% afirmou exercer outra atividade remunerada. Todavia, essa condição salarial tem que ser

---

<sup>90</sup> Lei que dispõe sobre a duração da jornada de trabalho de Assistentes Sociais acrescentando na Lei 8662/1993- de regulamentação da profissão- a duração da jornada de 30 horas semanais sem redução salarial.

<sup>91</sup> Ver apêndice 19.

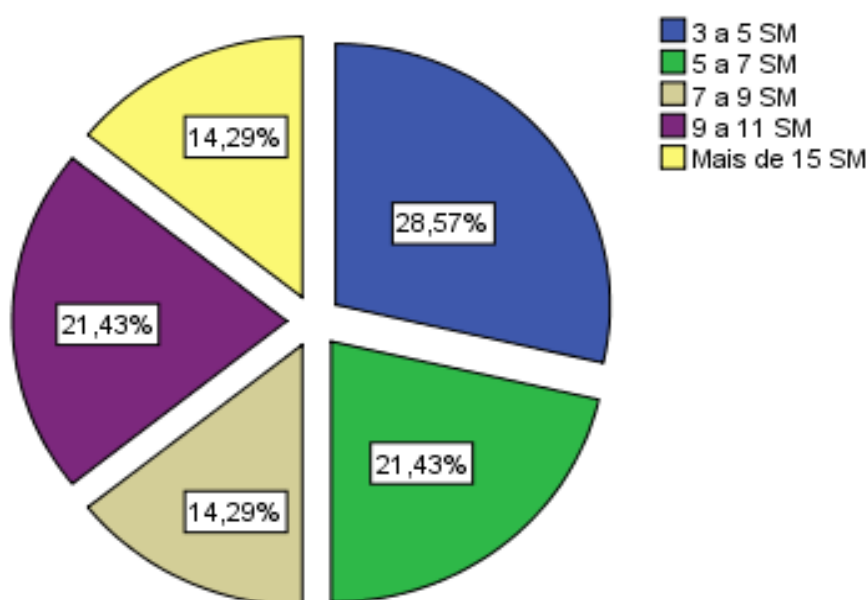
<sup>92</sup> Ver apêndice 20.

<sup>93</sup> Ver apêndice 21.

<sup>94</sup> Ver apêndice 23.

analisada, considerando os custos de manutenção e reprodução da vida no Distrito Federal, que sabemos está entre as três mais caras do Brasil, atrás apenas do Rio de Janeiro e de São Paulo<sup>95</sup>.

**2015 - Gráfico 10: Salário Mensal na Instituição**



**Fonte:** pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

Em relação a qualificação profissional destaca-se que todas as assistentes sociais entrevistadas concluíram a graduação em serviço social na modalidade de ensino presencial<sup>96</sup>, das quais 78,6% concluíram o curso em instituições públicas e 21,4% em instituições privadas<sup>97</sup>. Considerando que, os dados mostram que maioria das profissionais, ou seja, onze profissionais foram graduadas em instituições públicas, pode-se inferir que o ensino público mantém a qualidade superior ao ensino privado, visto que as profissionais das empresas públicas são selecionadas mediante concurso público, e que há sempre significativa concorrência.

No que se refere ao ano de conclusão do curso de Graduação em Serviço Social, 35,71% concluíram a graduação entre os anos de 2005 a 2007, 21,43% entre os anos

<sup>95</sup> Em 2014 a plataforma *Expatistan* divulgou o *ranking* mundial das cidades mais caras para se viver. Entre as cidades brasileiras, com os custos de manutenção e reprodução da vida mais caras, estão o Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Os dados estão disponíveis em: <[www1.folha.uol.com.br](http://www1.folha.uol.com.br)>.

<sup>96</sup> Ver apêndice 24.

<sup>97</sup> Ver apêndice 25.

2011 a 2014 e 14,29% entre os anos 2003 a 2005<sup>98</sup>. Nota-se que a maioria (64,28%) das profissionais concluiu a graduação entre os anos 2005 a 2014. No Distrito Federal graduaram-se 60%, desse percentual 50% concluíam o curso na Universidade de Brasília (UnB).

Ao questionar se já cursaram alguma especialização 42,9% nunca cursaram especialização, já 57,1% das entrevistadas responderam que sim<sup>99</sup>. Desse percentual, 28,57% concluiu especialização entre os anos 2011 a 2014<sup>100</sup>. As áreas de especialização, de acordo as repostas das entrevistadas que cursaram, são: Saúde da Família; Saúde do Trabalhador; Saúde Pública; Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais; Serviço Social: Ética e Direitos Humanos; Administração no serviço na área da Saúde; Administração e Planejamento de Projetos Sociais; Serviço Social Organizacional; Estratégia e Gestão Empresarial; e, Docência Superior. Esse dado mostra que a maioria das áreas de especialização tem uma relação intrínseca com a área de atuação nas instituições empresariais, cujas áreas são na Saúde (do trabalhador) e RH.

Outro resultado obtido foi que 85,7% das profissionais não cursaram ainda mestrado acadêmico e 14,3% disseram que já cursaram mestrado acadêmico<sup>101</sup>. As duas profissionais, que responderam ter cursado mestrado acadêmico, cursaram o mesmo em Política Social no Departamento de Serviço Social na UnB, entre os anos 2011 a 2014. Sobre mestrado profissional, 100% não cursaram nenhum mestrado profissional. No que se refere ao doutorado<sup>102</sup>, 85,7% ainda não cursaram o mesmo e 14,3% estão cursando doutorado na UnB. Observou-se que são as mesmas entrevistadas que já cursam mestrado acadêmico que estão cursando doutorado na UnB, uma está cursando o mesmo em Política Social e a outra em Psicologia Social e do Trabalho. Ao serem perguntadas sobre a necessidade de se qualificar profissionalmente, todas (100%) as profissionais responderam que sim, que sentem a necessidade de qualificar-se. Identificamos que as áreas de maior interesse para qualificação<sup>103</sup> são em: Planejamento/Administração/Gestão (com 93%); seguida de Instrumentos e Técnicas (com 71%); Família (com 71%); RH/Gestão de Pessoas (com 64%); e Previdência (com

---

<sup>98</sup> Ver apêndice 26.

<sup>99</sup> Ver apêndice 27.

<sup>100</sup> Ver apêndice 28.

<sup>101</sup> Ver Apêndice 29.

<sup>102</sup> Ver apêndice 30.

<sup>103</sup> Nesse item todas as profissionais tinham liberdade de marcar mais uma de área de interesse para qualificação. Assim, os percentuais apresentados são de acordo a marcação das entrevistadas e não de acordo o número de questionários respondidos.

64%)<sup>104</sup>. As áreas de menos interesses são: Movimentos Sociais (com 71%); Criança e Adolescente (com 64%), Mulheres/Identidade de Gênero (com 64%), Fundamentos do Serviço Social (com 64%) e Habitação (64%). Pode-se inferir que os interesses nas áreas de Planejamento/Administração/Gestão podem estar ligados às novas exigências das empresas e, talvez, por isso as profissionais venham tendo a necessidade de qualificar-se nos Instrumentos e técnicas para operacionalizar melhor suas ações.

Em suma, identificamos que nas empresas capitalistas do DF, enquanto perfil geral e profissional, são assistentes com idade entre 26 a 40 anos, católicas praticantes, que se auto declara parda, em sua maioria heterossexual e casada, porém a maioria não tem filhos. Tem pelo menos até dez anos de atuação na área de Serviço Social. São profissionais inseridas nestes espaços por meio de concurso público, porém com caráter celetista, geralmente com apenas um vínculo empregatício. Trabalham em instituições localizadas na área central de Brasília, atuando nestas há pelo menos dez anos, em áreas como Saúde Trabalhador e RH, com uma carga horária de 30h semanais e com um montante de renda mensal de nove a onze salários mínimos. Nos últimos cinco anos, o quadro de assistentes sociais se manteve, donde a maioria nunca desempenhou e nem desempenham, atualmente, função gerencial ou cargo comissionado na instituição.

São profissionais graduadas em Serviço Social há pelo menos dez anos, donde concluíram o curso na modalidade de ensino presencial e em instituições públicas. A maioria das profissionais concluíram a graduação no DF, precisamente na UnB. São assistentes sociais que tem, além da graduação, pelo menos uma especialização, embora poucas tenham mestrado e nenhuma concluiu, ainda, doutorado. Todavia há que se considerar que as profissionais que tem especialização concluíram esta recentemente, ou seja, entre os anos 2011 a 2014. Elas têm interesse em qualificar-se profissionalmente, donde as áreas de interesses são diversas, mas a grande maioria tem interesse nas áreas de Planejamento/Administração/Gestão, Instrumentos e Técnicas e na área da Família.

O que temos aqui são profissionais novas (com idade entre 26 a 30 anos), como podemos observar nos dados, com uma experiência relativamente nova na área de Serviço Social (atuando entre três a dez anos na área) e, ainda, considerando o ano de conclusão de graduação (64,28% das profissionais concluiu a graduação entre os anos 2005 a 2014) e o tempo de trabalho na instituição do principal vínculo empregatício (35,71% das entrevistadas trabalham pelo menos de sete a dez anos na mesma), supõe-

---

<sup>104</sup> Ver apêndice 31.

se que sua inserção dessas profissionais na instituição tenham sido o primeiro emprego atuando como assistente social. Nesse sentido, isso supõe que tais profissionais tenham acompanhado e são produtos das transformações no mundo do trabalho. Assim, as profissionais que atuam nestes espaços ocupacionais pesquisados são relativamente novas em relação a historicidade de atuação profissional nos referidos espaços. Subtende-se que, a fim de “desenvolver melhor” o seu trabalho, estas profissionais têm buscado qualificação profissional em áreas voltadas para as demandas empresariais, ou seja, para áreas que atendem as “necessidades” dos empregados e/ou que tem afetado o desempenho do trabalhador.

Nesse sentido, interessa-nos conhecer, também, o trabalho, e os processos de trabalho nos quais se envolve este profissional especializado, bem como conhecer as principais atividades desenvolvidas por estas profissionais nas instituições e quais tem sido os instrumentos utilizados no desenvolvimento de tais atividades. É o que trataremos no próximo item.

### **3.2. Principais Atividades Desenvolvidas pelas Assistentes Sociais nas Empresas do DF.**

As assistentes sociais atuam, basicamente, nas políticas de RH e principalmente na área da Saúde do trabalhador. Pois, conforme as respostas das entrevistadas, o Serviço Social está inserido, no organograma institucional, nos setores e áreas de: Saúde e Segurança do Trabalho, Gerência de Gestão de Pessoas, Superintendência de Gestão de Pessoas, Gerência de Recursos Humanos e Medicina do Trabalho e Qualidade de Vida. Como abordamos no capítulo anterior, essas são áreas em que historicamente o Serviço Social tem sido demandado. Mas, estes dados, mostram que a ênfase tem sido maior na área da saúde. Isso fica evidente quando comparamos as áreas de inserção profissional na instituição com a inserção do Serviço Social no organograma institucional. Ou seja, infere-se que a saúde do trabalhador tem voltado a ser pauta de intervenção das assistentes sociais. No entanto, esses dados reafirmam a tendência ao redimensionamento do trabalho das assistentes sociais nestes espaços, pois esse dado mostra que o Serviço Social ainda não tem um lugar específico na estrutura organizacional das empresas, visto que as demandas para estas profissionais vêm encaminhadas de outros setores. Segundo Iamamoto (2009, p. 62), “as demandas

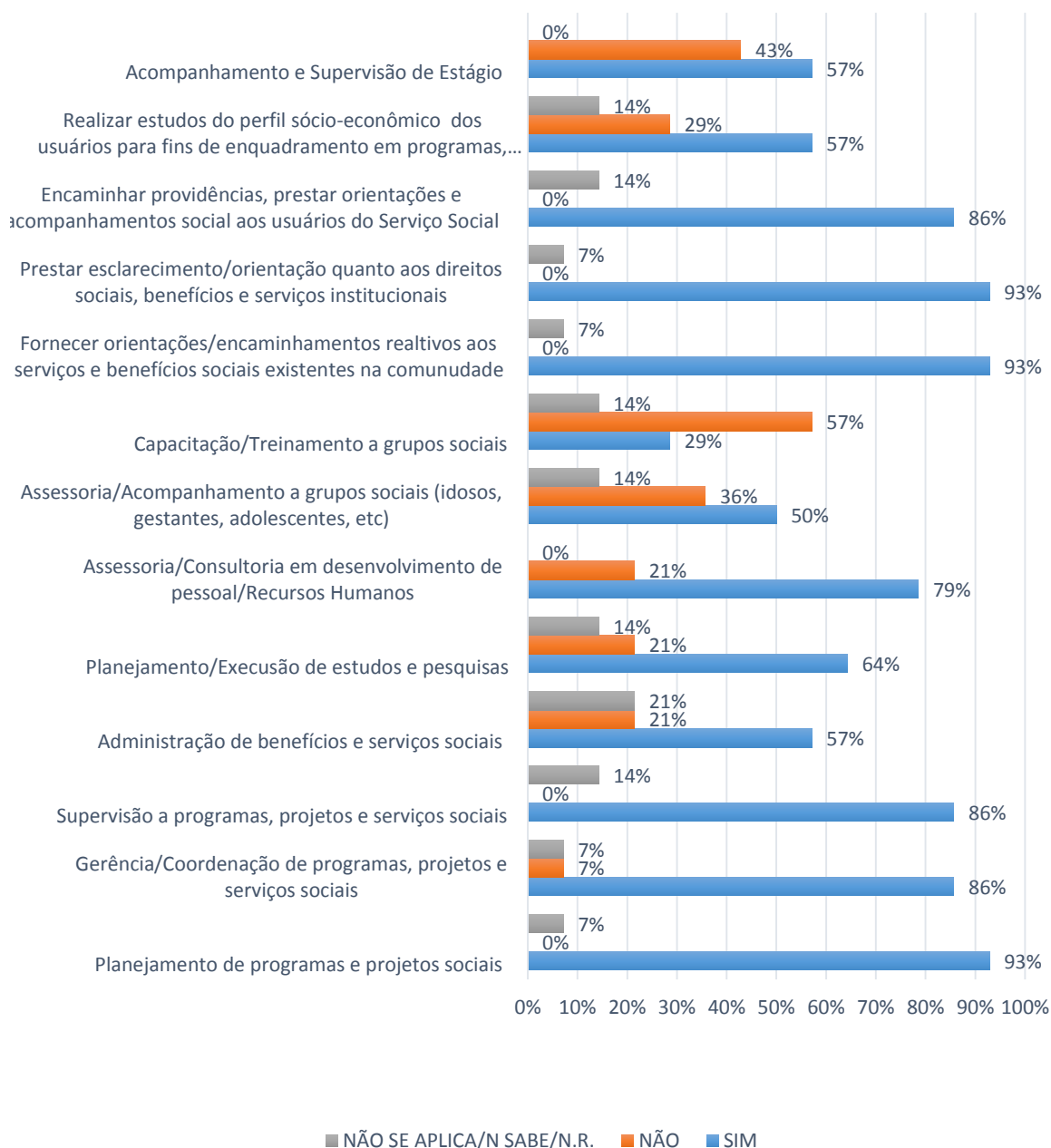
mais representativas dirigidas ao Serviço Social passam pelo atendimento social, questões relativas a dificuldades financeiras, saúde, dependência química, relações no trabalho e administração de benefícios”. Não obstante, queremos, neste item, identificar as atividades desenvolvidas pelas assistentes sociais no cotidiano da prática profissional nas empresas.

Os dados da pesquisa assinalam uma variedade de ações desenvolvidas<sup>105</sup> no cotidiano profissional, assim, entre as atividades desenvolvidas, como podemos ver no gráfico abaixo (Gráfico 15), destacam-se as clássicas: fornecer orientações/encaminhamentos relativos aos serviços e benefícios sociais existentes na comunidade (com 93%); prestar esclarecimento/orientação quanto aos direitos sociais, benefícios e serviços institucionais (com 93%); planejamento de programas e projetos sociais (com 93%); encaminhar providências, prestar orientações e acompanhamentos social aos usuários do Serviço Social (com 86%); gerência/coordenação de programas, projetos e serviços sociais (com 86%); supervisão a programas, projetos e serviços sociais (com 86%).

---

<sup>105</sup> Nesse item todas as profissionais tinham liberdade de marcar mais uma atividade desenvolvida. Assim, os percentuais apresentados são de acordo a marcação das entrevistadas e não de acordo o número de questionários respondidos.

### 2015 - Gráfico 15: Atividades Desenvolvidas Pelas Assistentes Sociais



**Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.**

As atividades que são menos desenvolvidas pelas profissionais, podemos identificar percentuais significativos, relacionados a: capacitação/treinamento a grupos sociais (com 57%); acompanhamento e supervisão de estágio (com 43%); assessoria/acompanhamento a grupos sociais (idosos, gestantes, adolescentes, etc) (com 36%); realizar estudos do perfil socioeconômico dos usuários para fins de



enquadramento em programas, serviços e benefícios sociais na Instituição (com 29%). Sobre a supervisão de estágio, pelo menos quatro profissionais supervisionam pelo menos um estagiário e pelo menos duas profissionais supervisionam pelo menos dois estagiários<sup>106</sup>. Uma respondeu que desenvolve atividade, porém, atualmente não está supervisionando. Ao serem perguntadas se recebiam alguma remuneração pela supervisão, todas, do percentual que respondeu que supervisionava, afirmaram não receber nenhum tipo de remuneração para a realização da supervisão de estágio, as demais não responderam ou abstiveram-se de responder ou porque não supervisiona no momento, ou ainda porque marcaram a opção não sabe/não se aplica/não.

Algumas assistentes sociais afirmaram desenvolver outras atividades, tais como: programas de preparação para aposentadoria; campanhas de saúde; plantão social; programas de reabilitação; patrocínio; realiza palestras nas residências dos empregados e nas empresas; reuniões de mobilização; elaboração de documentos educativos e comunicados; e, realização de pesquisas institucionais a fim de melhorar a prestação de serviços da instituição.

Como podemos ver há um leque de atividades. Porém, os dados mostram, e reafirmam, a prevalência de aspectos históricos que marcaram a profissão, especialmente nas empresas, pois as principais ações desenvolvidas pelas profissionais tem uma tendência à concentração em ações ou repasse e/ou prestação de informações aos usuários e encaminhamentos. Todavia, ressalta-se que o exercício profissional não se resume a tais tendências. Entretanto, por trabalhar com as mais diversas expressões da questão social, cabe a este profissional, enquanto competência profissional<sup>107</sup>, prestar esclarecimentos à população de modo que estes indivíduos tenham ciência de seus direitos sociais e, principalmente, saibam como acessá-los.

---

<sup>106</sup> Ver apêndice 33.

<sup>107</sup> A Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8.662/1993) estabelece, em seu Artigo 4º, as competências do Assistente Social, quais sejam: I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (Vetado); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos sócio econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Merece destaque os dados sobre gerência/coordenação de programas, projetos e serviços sociais (com 86%); supervisão a programas, projetos e serviços sociais (com 86%), principalmente associados à nomenclatura dos cargos. Pois, o desenvolvimento de atividades de planejamentos, coordenadorias e gerenciais tendem a deflagração, para as profissionais, no reconhecimento de seus “objetos de trabalho e as funções exercidas como matéria e atribuições do assistente social, resvalando para um discurso desprofissionalizante, que pode desdobra-se em um esvaziamento da reflexão profissional e numa crise de identidade quanto à profissão” (IAMAMOTO, 2012, p. 63). Portanto, não é a função, delegada pelo empregador, que irá delimitar as atribuições e competências das assistentes sociais, pois estas estão historicamente identificadas e regulamentadas pela Lei de Regulamentação da profissão, a qual já citamos neste estudo. Outra tendência é pontuada por Oliveira (2007), quanto ao trabalho nas políticas de RH, é que o profissional atuando nessa área talvez tenda a atender fortemente os objetivos institucionais e “quanto melhor posicionamento na hierarquia empresarial mais distantes a assistente social fica dos objetivos profissionais do Serviço Social e do Código de Ética Profissional” (OLIVEIRA, 2007, p. 222). Isso pode ocorrer em função dos cargos, pois as vezes isso influencia e acaba deixando a profissional numa situação de subalternidade e alienação, dificultando a defesa dos direitos dos empregados.

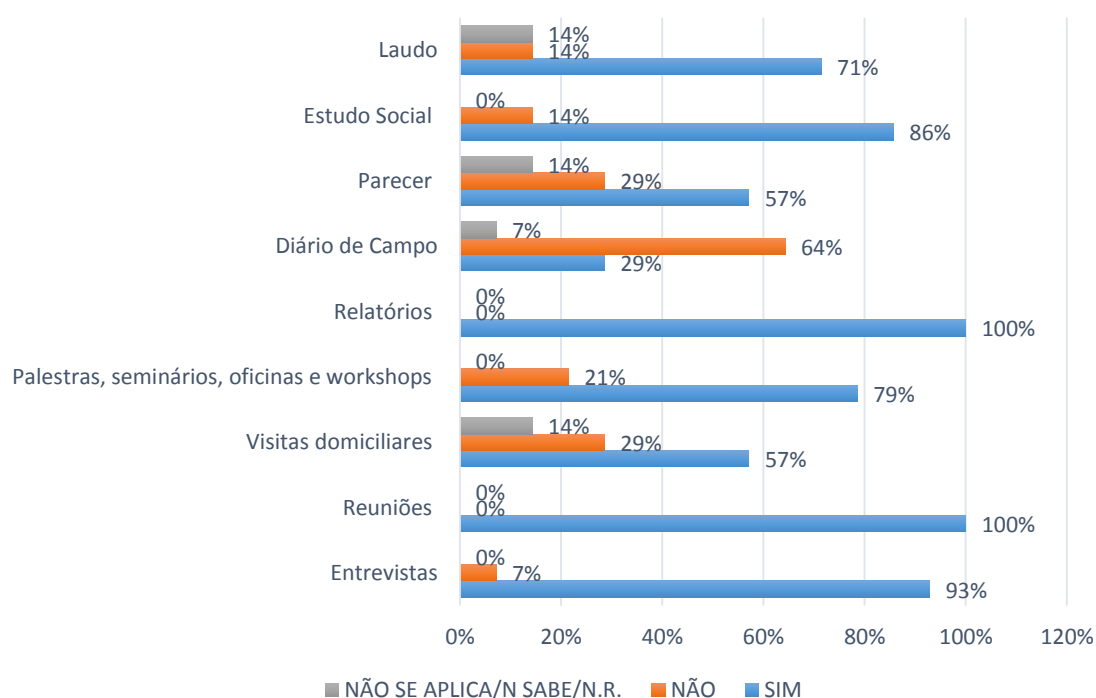
Os dados mostram que, sobre as atividades menos desenvolvidas, há um declínio nas atividades ligadas à Capacitação/Treinamento, à Assessoria/Acompanhamento a grupos sociais (idosos, gestantes, adolescentes, etc), e na administração de benefícios e serviços. As assistentes sociais podem não estar mais atuando, nas esferas supracitadas, por haver múltiplas faces nos espaços de trabalho, bem como profissionais de outras áreas que são chamados a desenvolver tais atividades. Esse declínio nas funções administrativas e capacitação podem estar atrelados às metamorfoses do mundo do trabalho e às transformações ocorridas após o reordenamento administrativo do Estado, ou após o processo de contrarreforma, nos termos de Behring (2003), contribuindo para uma notória desresponsabilização do Estado frente à proteção social e “com o trabalho, concretizando a difusão massiva de ideias e valores que reconceituam as reivindicações e conquistas históricas das classes trabalhadoras” (MOTA, 2010, p. 35).

Outro dado que merece destaque é a supervisão de estágio, pois identificamos que no momento apenas seis assistentes sociais (43%) estão desenvolvendo tal atividade. Isso é preocupante, pois, considerando que esse é um espaço sócio

ocupacional histórico da profissão, e que o estágio é uma etapa necessária e obrigatória, seria de extrema importância que os alunos de graduação ter a abertura e a possibilidade de conhecer e entender o trabalho das assistentes sociais neste.

No que se refere aos instrumentos<sup>108</sup> utilizados na realização das atividades supramencionadas, 100% das profissionais afirmaram que reuniões e relatórios são utilizados na realização de tais atividades, seguidas das entrevistas (93%) e estudo social (com 86%), como podemos observar no gráfico seguir (Gráfico 16). Ao perguntar sobre o agendamento das visitas domiciliares, pelo menos quatro profissionais responderam sim à necessidade do agendamento prévio de tais visitas tanto para viabilização do transporte, quanto para organização do usuário para recebimento de tal visita, pois não haveria necessidade de ser surpresa as visitas. Duas profissionais responderam que não são agendadas previamente, pois são visitas de cunho “orientativo”, nas quais não são visitas apenas em uma residência, mas em uma comunidade.

**2015 - Gráfico 16: PRINCIPAIS INSTRUMENTOS UTILIZADOS**



**Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.**

<sup>108</sup> Nesse item todas as profissionais tinham liberdade de marcar mais de um instrumento utilizado. Assim, os percentuais apresentados são de acordo a marcação das entrevistadas e não de acordo o número de questionários respondidos.

Outros “instrumentos” são utilizados, segundo 30% das entrevistadas, tais como: treinamentos/capacitações; dinâmica de grupo; mobilização; registro de acompanhamentos; ofícios, memorandos, cartas, termos de consentimento e atestados de comparecimento; notas informativas de comunicação interna; atendimentos individuais e coletivos; formulários de levantamento sócio econômico; prontuário social; visita hospitalar e planos de ação. Percebe-se que estes instrumentos pontuados pelas profissionais se confundem com técnicas e documentos institucionais, como, por exemplo, dinâmica de grupo (é uma técnica) e registro de acompanhamentos e ofícios (que são documentos institucionais), não são instrumentos de trabalho do assistente social. Por isso, ressalta-se aqui a importância de não se confundir instrumento profissional com técnicas e documentos institucionais. Pois, segundo Guerra (2000), a instrumentalidade significa a capacidade que essa profissão tem de se rever e identificar seus compromissos, bem como ter a clareza de com quem está comprometido e de quais são os seus objetivos, “deste modo, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho” (*Idem*, p. 53). Em suma, é a capacidade de mobilizar as dimensões da profissão, quais sejam a técnico-interventiva, a dimensão ético-política e a dimensão teórico-metodológica, alcançando, deste modo, seus objetivos, como destaca a autora.

Podemos ver que as atividades desenvolvidas pelas assistentes sociais têm sido, ainda, voltadas para um “caráter educativo”, pois o profissional continua sendo requisitado a intervir na vida privada dos empregados, segundo Mota (2010), nas particularidades que interferem direta ou indiretamente na produtividade. As áreas de Gestão de Pessoas, RH e Saúde de Trabalhador são historicamente características de demandas para o Serviço Social nestes espaços ocupacionais, que agora aparecem mais “flexibilizadas” ou multifacetados, a partir da ilusória parceria, por parte dos trabalhadores, entre empregadores/empregados. Pois, o chamamento para atuação profissional nestas áreas tem duas dimensões, na qual uma pesa mais que a outra: a primeira é que a profissional, dependendo de seu posicionamento político e projeto de sociedade em que acredita, pode achar neste espaço um solo fértil para, enfim, viabilizar mudanças nas relações entre trabalhadores e empregadores e fortalecer as premissas defendidas no projeto profissional da categoria a favor classe trabalhadora; a segunda consiste na negação da primeira, colaborando abertamente com a lógica de exploração do sistema capitalista de produção, assumindo para si o projeto de dominação de classe. Ressalta-se que é preciso entender essa dupla vinculação das assistentes sociais nestes

espaços de atuação, pois antes de serem assistentes sociais, elas são também trabalhadoras assalariadas e, como os demais, precisam se reproduzir socialmente.

Assim, faz-se necessário identificarmos, ante os dados até aqui descritos, quais tem sido as principais dificuldades e/ou limites encontrados, por estas profissionais, no cotidiano profissional, bem como quais tem sido as possibilidades e/ou formas de enfrentamento e superação de tais dificuldades. É com esse intuito que apresentaremos o próximo item.

### **3.3. Dificuldades Encontradas no Cotidiano Profissional e as Estratégias Utilizadas para sua Superação.**

Apresentam-se como maiores dificuldades e/ou limitações<sup>109</sup>, no cotidiano do trabalho profissional, pontuadas pelas assistentes sociais - conforme nos mostra o gráfico (Gráfico 17) abaixo - , dificuldades como: burocracia institucional, excesso de atividades atribuídas ao profissional e recursos físicos, materiais, financeiros e humanos insuficientes (com 71% cada), seguidas de cortes orçamentários, interferência política no trabalho e Descontinuidade dos programas, projetos e ações desenvolvidas (com 57% cada).

Outras dificuldades assinaladas pelas profissionais reforçam a ausência de materiais de rotina e infraestrutura. Outras profissionais relataram que uma das dificuldades é a falta de outra profissional no quadro ou na sua seção de trabalho, pois as empresas onde atuam são multinacionais. Uma profissional pontuou como dificuldade a priorização dos temas abordados pelo serviço social na instituição e a imediatividade das demandas colocadas para este, bem como as relações institucionais de poder. Por fim, outra entrevistada relatou dificuldades na interação da empresa com as demandas sociais.

No bojo das principais dificuldades, identificadas nos dados da pesquisa, tem-se fortemente apresentadas a burocracia institucional, o excesso de atividades atribuídas ao profissional e recursos físicos, materiais, financeiros e humanos insuficientes. No que diz respeito a burocracia institucional, Iamamoto (2012, p. 57) ressalta a importância de manter o compromisso com o usuário, nesse sentido é “preciso romper

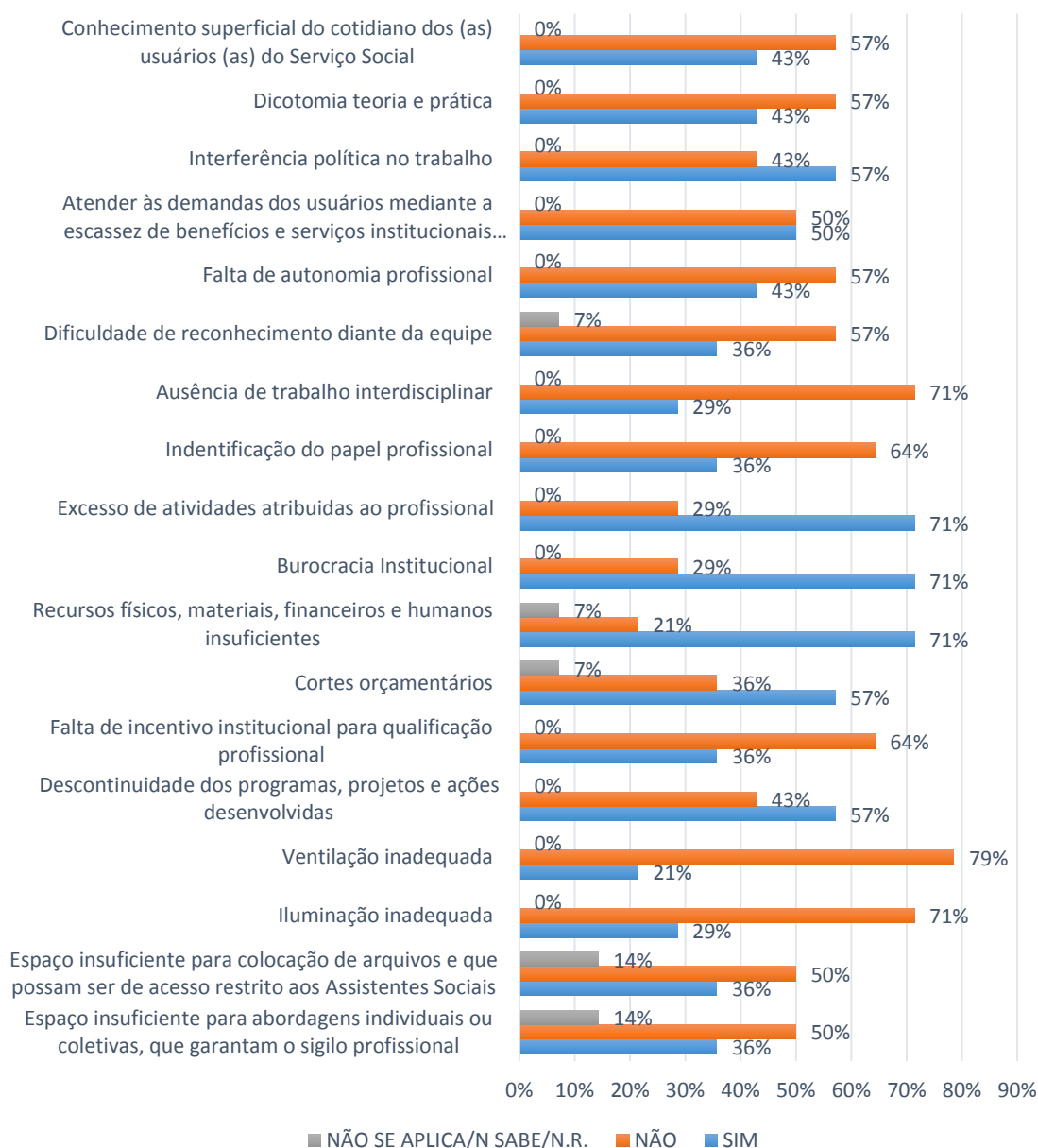
---

<sup>109</sup> Nesse item todas as profissionais tinham liberdade de marcar mais uma opção. Assim, os percentuais apresentados são de acordo a marcação das entrevistadas e não de acordo o número de questionários respondidos.

as rotinas e a burocracia”. Embora, exista uma correlação de forças existente nas intuições e com forte tendência à hierarquização das relações de trabalho. Mas, ao não fazê-lo, ou seja, ao não enfrentar tais impedimentos a profissional acaba perdendo sua autonomia relativa, nos termos de Iamamoto (2008), inviabilizando a plena autonomia do seu exercício profissional no ambiente de trabalho, mesmo não dependendo apenas da sua ação, mas também, e principalmente, da ação institucional.

Outro ponto é o excesso de atividades sobrecarregando as profissionais entrevistadas. O que pode decorrer do enxugamento dos postos de trabalho ou da não contratação mesmo de profissionais. Pois 28,57% das entrevistadas responderam que, durante os últimos cinco anos, houve uma diminuição no quadro funcional das assistentes sociais nas instituições e 42,86% afirmaram que o quadro foi mantido até então. Ou seja, mesmo com as mudanças e as exigências atribuídas a este profissional uma sobrecarga atribuída às profissionais e, conseqüentemente, uma precarização do trabalho desta e isso fica evidente quando elas pontuam que uma das dificuldades é que os recursos físicos, materiais, financeiros e humanos são insuficientes nas empresas, bem como os cortes orçamentários.

### 2015 - Gráfico 17: PRINCIPAIS DIFICULDADES/LIMITAÇÕES NO COTIDIANO DO TRABALHO PROFISSIONAL NA INSTITUIÇÃO



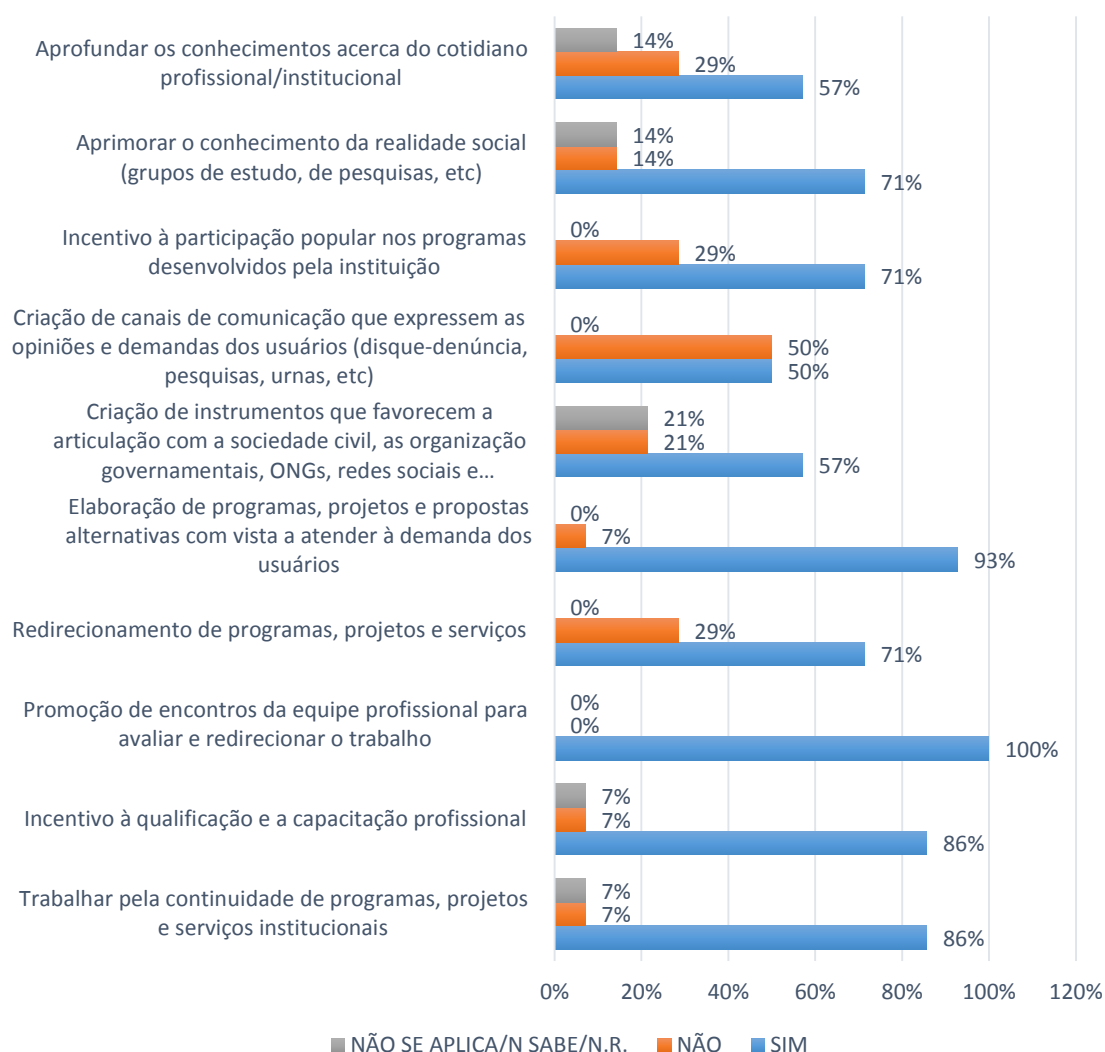
**Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.**

No que se refere as possibilidades de superação das dificuldades<sup>110</sup>, como podemos ver no abaixo (Gráfico 18), as entrevistadas pontuaram que: a promoção de encontros da equipe profissional para avaliar e redirecionar o trabalho (100%) é um dos caminhos para superação das dificuldades; assim como elaboração de programas,

<sup>110</sup> Nesse item todas as profissionais tinham liberdade de marcar mais uma opção. Assim, os percentuais apresentados são de acordo a marcação das entrevistadas e não de acordo o número de questionários respondidos.

projetos e propostas alternativas com vista a atender à demanda dos usuários (com 93%); o incentivo à qualificação e à capacitação profissional (86%); e, trabalhar pela continuidade de programas, projetos e serviços institucionais (86%).

**2015 - Gráfico 18: POSSIBILIDADES DE SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES**



**Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.**

Os dados mostram que, ao afirmarem predominantemente que a promoção de encontros da equipe profissional para avaliar e redirecionar o trabalho, para as assistentes sociais a interdisciplinaridade pode superar as dificuldades. Isso talvez esteja associado à sobrecarga do trabalho para as assistentes sociais. Porém, Iamamoto (2012) faz uma ressalva sobre o trabalho em equipes interprofissionais. Para a autora, este



trabalho tende à diluição das particularidades profissionais, e por isso a assistente social tem que tomar cuidado. Assim, de acordo Iamamoto (2012, p. 64), “uma equipe condensa de uma unidade de diversidades”. O cuidado está justamente em levar em consideração suas atribuições privativas<sup>111</sup> e competências profissionais.

Se relacionarmos as principais dificuldades com as principais possibilidades de superação, percebe-se que romper com a burocracia institucional e o trabalho em equipe podem ser pré-requisitos para a elaboração de programas, projetos e propostas alternativas com vista a atender à demanda dos usuários, bem como trabalhar pela continuidade de programas, projetos e serviços institucionais. O incentivo à requalificação e à capacitação profissional podem estar associados às novas exigências do mercado, que cada vez mais tem requerido um profissional polivalente.

Contudo, para uma melhor compreensão destes dados buscaremos, no próximo item, entender quais as demandas estão sendo colocadas para o Serviço Social, bem como quais tem sido suas respostas profissionais.

### **3.4. As Demandas Colocadas para o Serviço Social nas Empresas do Distrito Federal.**

Os espaços ocupacionais do Serviço Social, como já ressaltamos ao longo deste estudo, tem atravessado por uma soma de transformações devido às novas exigências mercantis que tem atingindo o mundo do trabalho. Consequentemente, tais exigências têm colocado novas demandas para as profissões de uma forma geral, donde o Serviço Social não foge dessa realidade. As demandas colocadas para estes profissionais são as

---

<sup>111</sup> A Lei de Regulamentação da profissão constitui, em seu Artigo 5º, Artigo. 5º atribuições privativas do Assistente Social: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

mais diversas, principalmente após a reestruturação produtiva, em seus diferentes espaços ocupacionais. Todavia, Mota e Amaral (2010), como vimos no capítulo anterior, já alertava para o fato de que as demandas expressam finalidades não claramente explicitadas, quais sejam, as necessidades da sociedade, pois a “identificação das demandas não encerra o desvelamento das reais necessidades que as determinam” (*Ibidem*, p. 25). Nesse sentido, faz-se necessário entender como essas mudanças se expressam como demandas e como aparecem para a profissão, especificamente nas empresas do Distrito Federal.

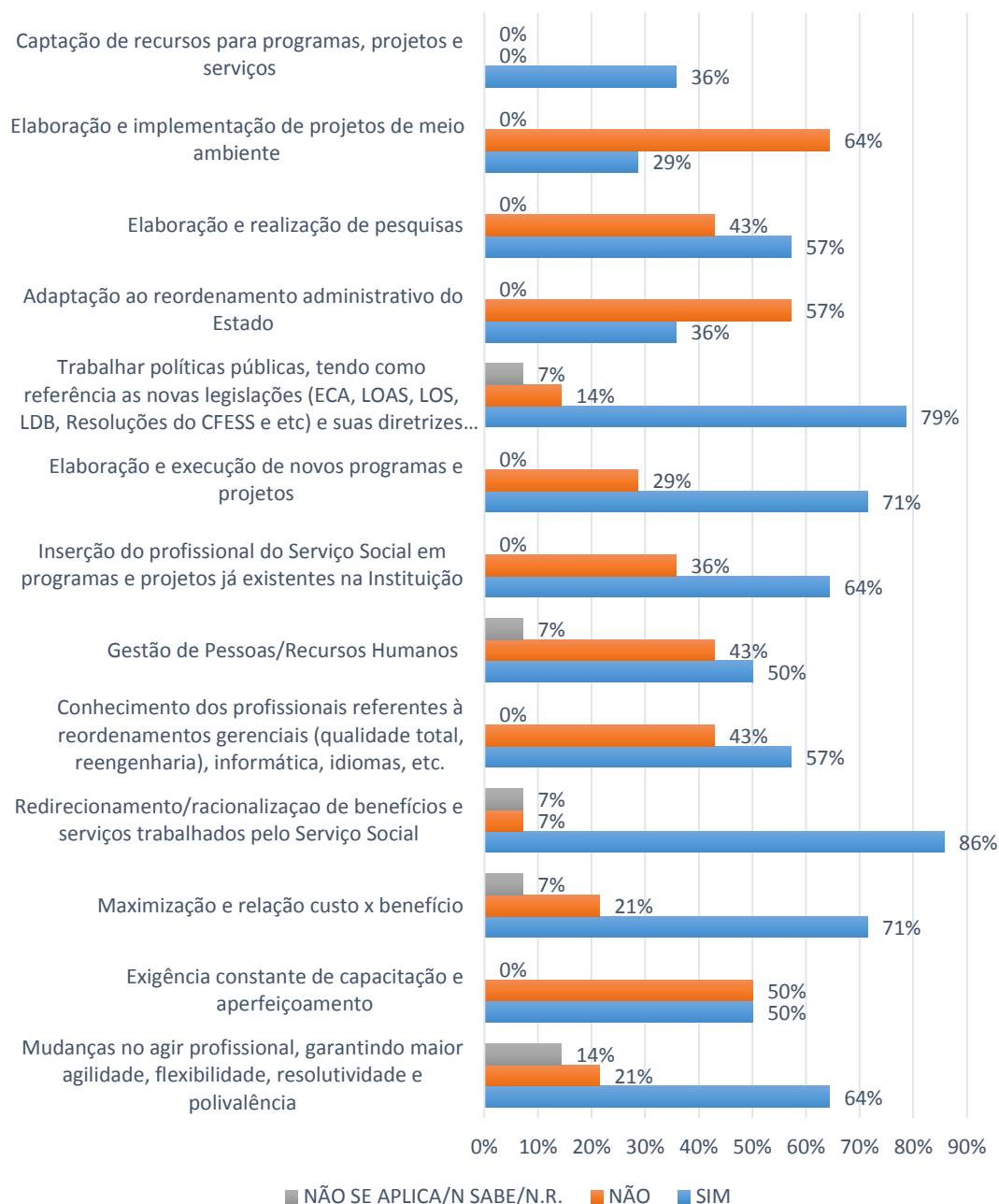
Dito isto, os dados da pesquisa mostraram que, ao serem questionadas sobre a existência de novas demandas colocadas na/pela instituição<sup>112</sup> para o Serviço Social, 79% das entrevistadas responderam que existem sim novas demandas e 21% responderam não<sup>113</sup>. Os dados levantados mostram que as principais “novas” demandas colocadas para o Serviço Social são: redirecionamento/racionalização de benefícios e serviços trabalhados pelo Serviço Social (86%); trabalhar políticas públicas, tendo como referência as novas legislações (ECA, LOAS, LOS, LDB, Resoluções do CFESS e etc.) e suas diretrizes de universalização, municipalização, descentralização e controle social (79%); maximização e relação custo x benefício (71%); e, elaboração e execução de novos programas e projetos (71%). Como mostra os dados do Gráfico 20.

---

<sup>112</sup> Nesse item todas as profissionais tinham liberdade de marcar mais uma opção. Assim, os percentuais apresentados são de acordo a marcação das entrevistadas e não de acordo o número de questionários respondidos.

<sup>113</sup> Ver apêndice 37.

## 2015 - Gráfico 20: AS NOVAS DEMANDAS COLOCADAS NA/PELA INSTITUIÇÃO



**Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.**

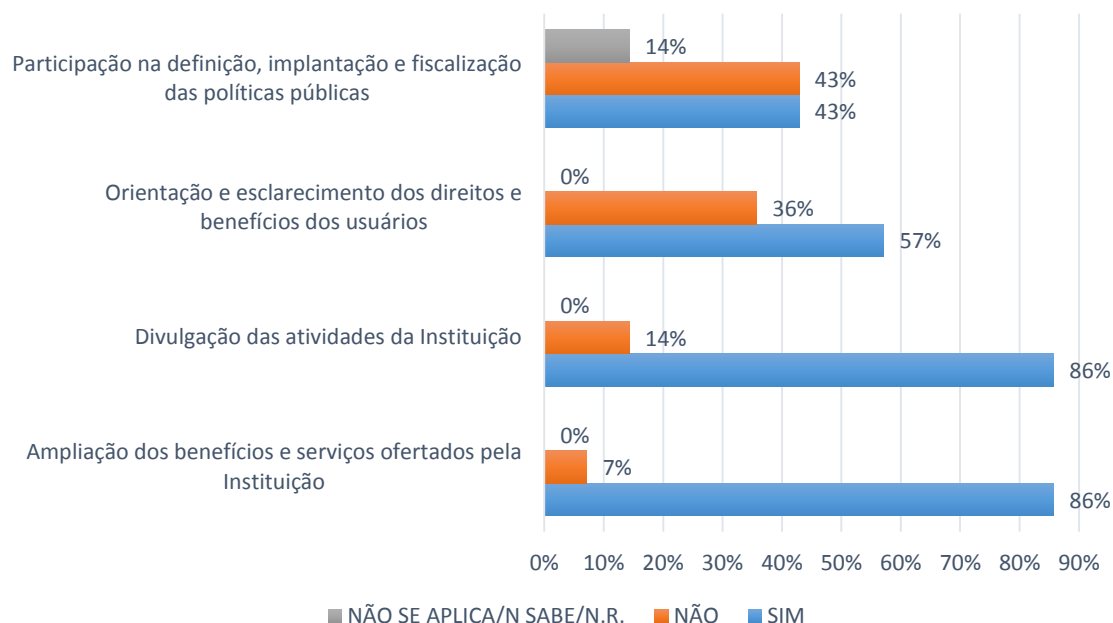
No que se refere as “novas” demandas colocadas pelos usuários<sup>114</sup> para o Serviço Social, identificamos que a maioria das entrevistadas (86%)<sup>115</sup> afirmaram existir

<sup>114</sup> Nesse item todas as profissionais tinham liberdade de marcar mais uma opção. Assim, os percentuais apresentados são de acordo a marcação das entrevistadas e não de acordo o número de questionários respondidos.

<sup>115</sup> Ver apêndice 38.

sim “novas” demandas. Donde as principais demandas, conforme os dados do Gráfico 22, são: divulgação das atividades da Instituição (86%); ampliação dos benefícios e serviços ofertados pela Instituição (86%); e, Orientação e esclarecimento dos direitos e benefícios dos usuários (57%).

**2015 - Gráfico 22: NOVAS DEMANDAS COLOCADAS PELOS USUÁRIOS**

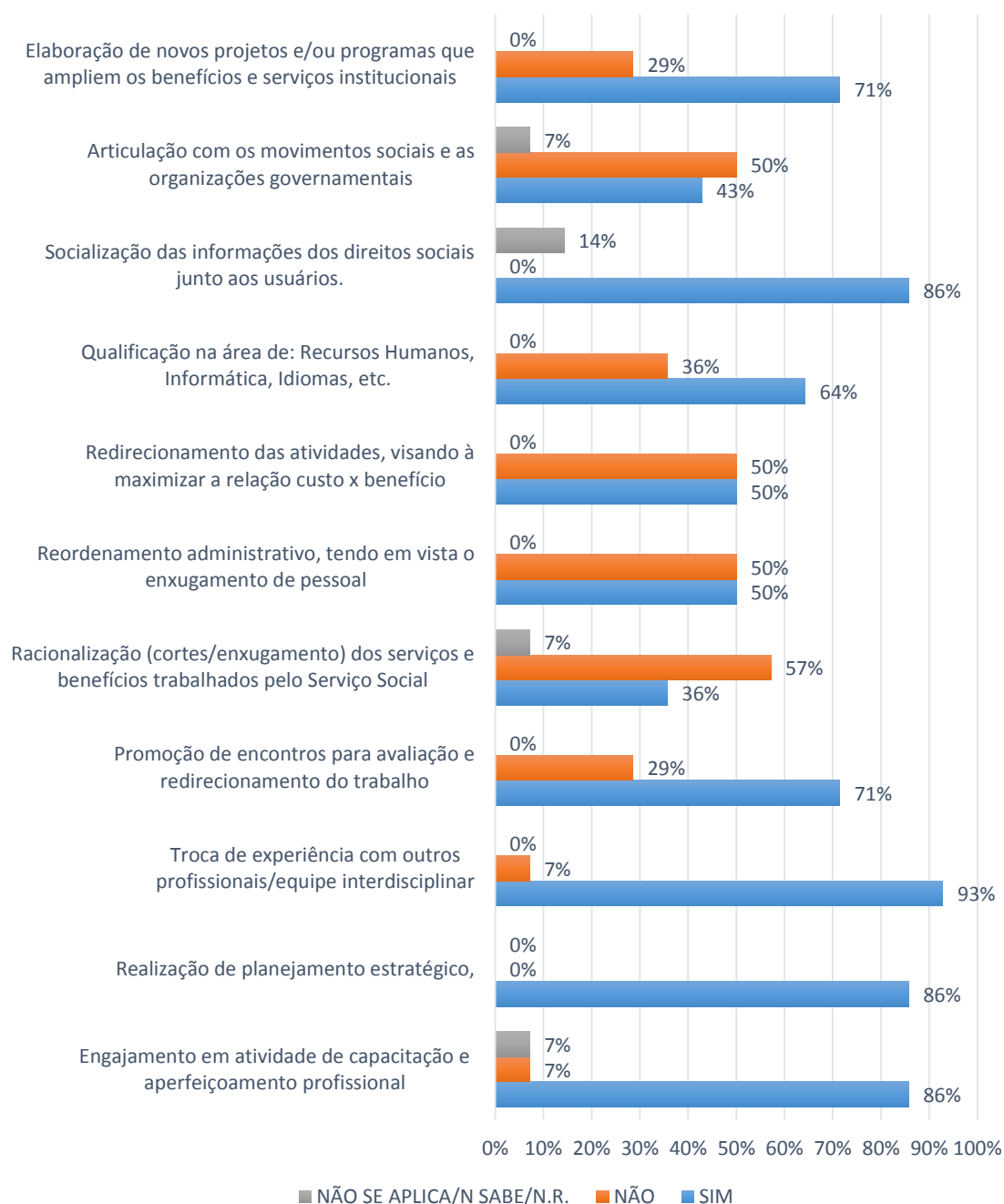


**Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.**

Em relação às respostas<sup>116</sup> dadas pelas assistentes sociais às “novas” requisições, ou seja, o atendimento a essas demandas tem sido, como podemos ver no Gráfico 23, por meio de: troca de experiência com outros profissionais/equipe interdisciplinar (93%); engajamento em atividade de capacitação e aperfeiçoamento profissional (86%); realização de planejamento estratégico (86%); socialização das informações dos direitos sociais junto aos usuários (86%); Promoção de encontros para avaliação e redirecionamento do trabalho (71%); e, elaboração de novos projetos e/ou programas que ampliem os benefícios e serviços institucionais (71%).

<sup>116</sup> Nesse item todas as profissionais tinham liberdade de marcar mais uma opção. Assim, os percentuais apresentados são de acordo a marcação das entrevistadas e não de acordo o número de questionários respondidos.

## 2015 - Gráfico 23: RESPOSTAS AS NOVAS DEMANDAS



**Fonte:** pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

Os dados nos mostram que as reais necessidades, nos termos de Mota e Amaral (2010), dos demandantes, e contratadores da força de trabalho das assistentes sociais, ou seja, as empresas do DF para o Serviço Social se resumem em manter a lucratividade das mesmas, mantendo a exploração, porém mediando os conflitos que possam vir a

aparecer e/ou possam emergir por parte da insatisfação dos trabalhadores. Pois uma das “novas” demandas é a racionalização de benefícios e serviços prestados pelas empresas (86%). A fim de manter os consensos são necessários a criação de alternativas que possam atender, também, as necessidades dos trabalhadores e por isso, desde a reestruturação produtiva, há um bombardeio de programas participativos nas empresas direcionados para o envolvimento da classe trabalhadora, porém com objetivo de lucrar sempre. Com isso a profissional de Serviço Social é chamada a atuar na elaboração e execução de novos programas e projetos (71%), o que entra no rol das diversas atividades desenvolvidas por estas profissionais. Isso não significa dizer que esta não seja uma competência desta profissional, porém o que temos que pensar é, em linhas gerais, no direcionamento de tais projetos.

Para além desta observação, os dados mostram que essas requisições das empresas têm exigido um redirecionamento do trabalho das assistentes sociais voltados para racionalização de benefícios e serviços trabalhados pelo Serviço Social, assim como a maximização e relação custo x benefício. Isso fica evidente quando as novas demandas requisitadas pelos usuários (os empregados) têm sido no âmbito da ampliação dos benefícios e serviços ofertados pela Instituição (86%), da divulgação das atividades da Instituição (86%) e Orientação e esclarecimento dos direitos e benefícios dos usuários (57%). O que se põe em jogo aqui, diante da complexidade em que está inserido este profissional, é a exigência de uma nova competência para este profissional que vai colidir com os interesses dos usuários e, principalmente, com a perspectiva ético-política da profissão. A racionalização dos benefícios e serviços, sob a ótica de escassez de recursos, pode ter uma tendência à refuncionalização e redimensionamento da profissão e, conseqüentemente, reatualiza sua dimensão ideopolítica, acima de tudo uma tendência à centralização de uma intervenção direcionada para a esfera da comunicação e informação. Todavia ressaltamos que, o acesso e o conhecimento dos direitos e serviços prestados pela instituição, são direitos da população usuária e é competência das profissionais “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos”<sup>117</sup>.

Outro dado que merece destaque é a exigência de trabalhar políticas públicas, tendo como referência as novas legislações (ECA, LOAS, LOS, LDB, Resoluções do

---

<sup>117</sup> Código de Ética Profissional de 1993, Art. 4º, inciso V.

CFESS e etc.) e suas diretrizes de universalização, municipalização, descentralização e controle social (79%). Historicamente o assistente social tem trabalhado com as políticas sociais, e com a descentralização destas políticas tem-se requisitado novas competências para estes profissionais. Porém, este dado pode estar associado à ideia das empresas enquanto instituições socialmente responsáveis ou de “responsabilidade social corporativa”, somando-se “as ações que visam atender externamente, às demandas das comunidades, em termos de assistências social [...], saúde, educação (AMARAL; CESAR, 2009, p. 422), que ganhou consistência a partir dos anos 1990. Consequentemente, tem-se exigido novas capacitações e qualificações e incentivo ao trabalho em equipes interdisciplinares, como podemos ver nos dados a seguir.

As respostas das assistentes sociais na pesquisa, em relação ao atendimento dessas demandas, reforçam o caráter contraditório de seu trabalho, pois 93% buscam, por um lado a troca de experiências com outros profissionais, bem como engajamento em atividade de capacitação e aperfeiçoamento profissional (86%), para melhor desenvolvimento do trabalho. Por outro, 86% procuram socializar das informações dos direitos sociais junto aos usuários e na elaboração de novos projetos e/ou programas que ampliem os benefícios e serviços institucionais (71%) em contramão com o redirecionamento das atividades, visando à maximizar a relação custo x benefício (50%) e com o reordenamento administrativo, tendo em vista o enxugamento de pessoal (50%).

A partir destes dados pode-se inferir a necessidade de uma maior articulação e engajamento político entre instituição x sociedade civil x usuário x profissão. Pois, os dados mostram que há um aumento nas demandas e a instituição não tem ofertado amplamente seus benefícios e serviços. Isso fica nítido quando se observa um enfraquecimento da articulação com os movimentos sociais e as organizações governamentais (43%) como uma das respostas às novas demandas em contrapartida com uma das possibilidades de superação das dificuldades, postas pelas profissionais, que 71% disseram que o incentivo à participação popular nos programas desenvolvidos pela instituição poderia ser uma via de superação das dificuldades. A articulação entre as profissionais, bem como com os empregados formam uma expressão organizada a favor da defesa de seus direitos, enquanto classe trabalhadora. Por isso, é ligeiramente estranho o distanciamento com os movimentos sociais, bem como a falta de incentivo à participação popular nos programas (50%). Ressalta-se, segundo Iamamoto (2012), a mobilização entre os assistentes sociais é um instrumento fulcral para a legitimação dos

direitos, pois é por meio de seu papel político que estes profissionais reafirmam seu compromisso junto à classe trabalhadora e, reconhecidos enquanto classe, empenham-se contra as novas expressões do neoliberalismo.

Os dados acima reafirmam que as demandas e necessidades postas pelas empresas tende a emergência de um novo perfil de trabalhador polivalente e cada vez mais requalificado e, conseqüentemente, as configurações deste novo perfil atingem o fazer profissional das assistentes sociais. Isso fica evidente quando as profissionais afirmam que o incentivo à requalificação e à capacitação profissional podem viabilizar a superação das dificuldades encontradas no cotidiano profissional, bem como as áreas de maior interesse em qualificar-se profissionalmente, quais sejam, planejamento/administração/gestão, instrumentos e técnicas e na área da família. Tais áreas são típicas do modelo de acumulação flexível, pois fazem parte do grande bojo das novas exigências do mercado. Assim, o profissional se vê pressionado a atender as novas demandas pois também é trabalhador assalariado, assim há uma correria para qualificar-se cada vez mais para este o mercado. Todavia o que identificamos aqui são profissionais que tem buscado uma requalificação para atender as demandas empresariais, esquecendo-se da aproximação com o público alvo de suas ações, ou seja, os empregados. Acerca disso Iamamoto (2012) pontua que é de fundamental importância esta aproximação, pois é nessa relação com os usuários, ou seja, com a população que as assistentes sociais podem identificar ações que viabilizem o atendimento às efetivas necessidades dos empregadores.

Caso contrário, o assistente social poderá dispor de um discurso de compromisso ético-político com a população, sobreposto a uma relação de estranhamento perante essa população, reeditando programas e projetos alheios às suas necessidades, ainda que em nome do compromisso. Para um compromisso com o usuário é necessário romper as rotinas e a burocracia estéreis, potencializar as coletas de informações nos atendimentos, pensar a reorganização do plano de trabalho, tendo em vista as reais condições de vida dos usuários. Em outros termos, identificar como a questão social vem forjando a vida material, a cultura, a sociabilidade, afetando a dignidade da população atendida. Enfim, é o conhecimento criterioso dos processos sociais e sua vivência pelos indivíduos sociais que poderá alimentar propostas inovadoras, capazes de propiciar o reconhecimento e atendimento às efetivas necessidades sociais dos segmentos subalternizados [...]. Aquele conhecimento é pré-requisito para impulsionar a consciência crítica e uma cultura pública democrática para além das mistificações difundidas pela mídia. Isso requer também estratégias técnico-políticas no campo da comunicação social — no emprego da linguagem escrita, oral e midiática-, para o desencadeamento de ações



coletivas que viabilizem propostas profissionais capazes de ir além das demandas instituídas. (IAMAMOTO, 2012, p. 57)

O cenário aqui apresentado, a partir dos dados coletados com as assistentes sociais, reflete um conflito histórico da profissão nestes espaços ocupacionais que é o redimensionamento da profissão e a não problematização das demandas colocadas para esta, contribuindo por vezes para a “adesão e o consentimento do trabalhador às exigências da produção capitalista”, conforme aponta Mota (2010, p. 41). Por vezes, é preciso reafirmar e ressaltar a importância do compromisso com a classe trabalhadora, conforme pressuposto no Código de Ética Profissional, respeitando suas competências e atribuições constantes nos Art. 4º e 5º da Lei de Regulamentação da Profissão.

Do panorama geral deste estudo, é a mesma conclusão a que chegou Mota (2010) e Cesar (2010), donde empresa continua requisitando as assistentes sociais como intermediador entre trabalho e a vida privada do empregado, porém, no cenário atual, com uma ação voltada para a saúde do trabalhador. Tem-se aqui a recuperação de antigas práticas exercidas pelas assistentes sociais nos anos 1940 e 1950. Talvez por isso as profissionais tenham interesse na qualificação profissionais em instrumentos e técnicas. Todavia, Raichelis (2011) ressalta que o trabalho do assistente social sustentado e orientado pelo projeto ético-político traz consigo a exigência de um profissional preparado a executar um trabalho complexo, social e coletivo, cujas intervenções sejam capazes de defender projetos que ampliem direitos, espaços de trabalho e preservação de sua autonomia técnica.

Ressalta-se que as análises realizadas até aqui não devem ser compreendidas como avaliações que não intenciam contribuir com o trabalho de assistentes sociais nesses espaços ocupacionais. Pelo contrário. Faz-se um convite a reflexões críticas sob o fazer profissional e diminuir os resquícios, reproduzidos genericamente na sociedade, de uma profissão que tem como ações as de mero repasse e/ou prestação de informações e orientações. Não é para mero rapasses de informações e encaminhamentos que construímos um projeto profissional “inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos haurido na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas”, (IAMAMOTO, 2009, p. 18). Mas sim para uma construção de projetos que “apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios

(materiais e culturais) para concretizá-la”, (NETTO, 1999). Trata-se de um projeto profissional cujo valor central é o reconhecimento da liberdade, nos termos de Netto (1999), no qual “se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como finalidade compreender e analisar o perfil e a prática profissional das assistentes sociais nas empresas capitalistas do Distrito Federal. Considerando os limites de um Trabalho de Conclusão de Curso, ressaltamos que, o trabalho ora apresentado, foi um esforço de sistematização e revisão bibliográfica, bem como um exercício aproximativo de análise de dados coletados em forma de questionário.

Inicialmente atentamos nosso trabalho para os fatos que transformaram, e ainda vem transformando, a sociedade, bem como os impactos no mundo trabalho e seus reflexos na particularidade das relações e condições de trabalho. Refletimos, também, em como esse processo teve seus reflexos na particularidade brasileira, principalmente, nas empresas e na organização dos trabalhadores. A partir da problematização das leituras clássicas, sobre tais transformações, bem como sobre seus reflexos na profissão de Serviço Social, foi possível construir análises de conjunturas que abarcassem a temática a luz de referenciais marxistas.

Assim é incontestável que Serviço Social passou por fortes momentos de (re)construção até que se consubstanciasse a ruptura com o conservadorismo. Compreendemos que, a partir desse panorama geral e histórico, os espaços ocupacionais do Serviço Social têm colocado grandes desafios para atuação das assistentes sociais, pois estamos vivendo e passando por constantes transformações, e as empresas capitalistas são setores centrais das mudanças que são operadas na realidade.

Os dados da pesquisa nos mostraram que o trabalho das assistentes sociais, especialmente nas empresas, foi, e ainda, tem sido afetado diretamente pela reestruturação produtiva, visto que uma das requisições é a qualificação e requalificação profissional, e por isso a constante busca destas profissionais pela qualificação profissional, afim de adequar-se às exigências das empresas. Isso implica, como mostramos ao longo deste estudo, no redimensionamento do trabalho profissional e nas alterações das funções destas profissionais, bem como na rotina de trabalho. Em decorrência de tais mudanças, as consequências recaem na intensificação do trabalho dessas profissionais, na redução dos programas sociais e benefícios, na focalização de programas, etc.

Outro ponto que pode ser (re)identificado, neste estudo, é que as assistentes sociais são consideradas como profissionais capazes de promover a adesão do

trabalhador às “novas” requisições e às condicionalidades derivadas do processo de reestruturação produtiva, e por isso são contratadas pelas empresas. Ou seja, a atuação dessas profissionais está diretamente vinculada às relações de trabalho, cuja a intervenção tem sido solicitada no âmbito dos “problemas” que culminam na produtividade.

Destacamos algumas tendências identificadas neste estudo que chamam a atenção. Uma refere-se ao crescimento do trabalho das assistentes sociais na área da saúde nas empresas. Pois, como ressaltamos acima, os “problemas” que atingem a produtividade estão centralizados na área da saúde, e os dados mostram ser esta é a área de atuação das assistentes sociais nas empresas. Aqui fazemos o seguinte questionamento: qual a relação do crescimento do trabalho de assistentes sociais, na área da saúde, nas empresas com a precarização do SUS e com a intensificação do trabalho e seus processos de sofrimento psíquico e adoecimento? Essa pode ser uma indicação para estudos futuros.

Outra tendência está relacionada à defesa dos direitos sociais pelas assistentes sociais distanciada da articulação com os movimentos sociais. E, por fim, a outra diz respeito à busca de qualificação profissional significativamente vinculada às demandas postas pelas requisições institucionais. São tendências presentes no cotidiano do agir profissional, destacadas neste trabalho, que desafiam assistentes sociais a pensar e rever algumas de suas respostas profissionais no sentido de se aproximar dos interesses da classe trabalhadora.

Nesse sentido, mediante o exposto até aqui, ressaltamos a importância de a categoria conhecer melhor seus espaços de atuação e os processos de trabalho em que estão inseridos para que, ao conhecer o significado social dessa profissão e as funções sociais que se desempenham, possam construir respostas profissionais que superem a imediatividade da prática requerida, e construam uma intervenção profissional conectada com as demandas das/os usuários dos serviços e políticas sociais. A fim de não perder, também, seu potencial crítico e a relativa autonomia (teórica, ética, política e técnica), que conduzem o exercício dessas profissionais dentro das relações sociais, buscando e lapidando estratégias de ação que se articulem ao Projeto Ético-Político da profissão.

Frente às análises iniciais deste Trabalho, sentimos a necessidade de refletir, a partir do entendimento das profissionais de Serviço Social, sobre como pensam em relação à sua atuação nestes espaços, bem como sua importância enquanto profissional e

trabalhador nas empresas capitalistas. Inclusive para compreender até que ponto, mediante os princípios centrais do Código de Ética da profissão, estão comprometidas com os usuários tendo como base a liberdade, a democracia, a justiça e a igualdade social. Essa é uma indicação para outros estudos.

Para além disso, a grande questão que se apresenta é perceber os desafios colocados cotidianamente a esta categoria que, ante às transformações societárias, é impelido a fortalecer seu projeto ético-político enquanto mecanismo de defesa para o enfrentamento das múltiplas expressões da questão social. O pré-requisito para que isso ocorra é o aprofundamento crítico, presente meio profissional do Serviço Social, posicionando-se contrariamente aos retrocessos ora em curso, principalmente, reiterando seu compromisso com as lutas sociais. Ou seja, é por meio da sua vinculação à perspectiva de classe que transcorre a possibilidade de construir e lutar, juntamente com a classe trabalhadora e as denominadas “minorias” deste país, a construção de uma nova organização societária, assentada na emancipação humana. Assim, finalizamos este trabalho com poema de *Thiago de Mello*, intitulado “*Para os que Virão*”, pois os processos de (des)construção e reconstrução social vem da luta cotidiana e por isso continuaremos lutando.

Como sei pouco, e sou pouco,  
faço o pouco que me cabe  
me dando inteiro.  
Sabendo que não vou ver  
o homem que quero ser.

Já sofri o suficiente  
para não enganar a ninguém:  
principalmente aos que sofrem  
na própria vida, a garra  
da opressão, e nem sabem.

Não tenho o sol escondido  
no meu bolso de palavras.  
Sou simplesmente um homem  
para quem já a primeira

e desolada pessoa  
do singular - foi deixando,  
devagar, sofredamente  
de ser, para transformar-se  
- muito mais sofredamente -  
na primeira e profunda pessoa  
do plural.

Não importa que doa: é tempo  
de avançar de mão dada  
com quem vai no mesmo rumo,  
mesmo que longe ainda esteja  
de aprender a conjugar  
o verbo amar.

É tempo sobretudo  
de deixar de ser apenas  
a solitária vanguarda  
de nós mesmos.  
Se trata de ir ao encontro.  
(Dura no peito, arde a límpida  
verdade dos nossos erros.)  
Se trata de abrir o rumo.

Os que virão, serão povo,  
e saber serão, lutando.

*(Thiago de Mello)*

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 7. ed. São Paulo: Unicamp/Cortez, 2000.

AMARAL, Angela Santana. CESAR, Mônica de Jesus. **Do feitiço da ajuda à fábrica de consensos** (Posfácio). In: O Feitiço da Ajuda: as determinações do Serviço Social na Empresa. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Trabalho do Assistente Social nas Empresas Capitalistas**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BARROCO, Maria Lucia S. **Desafios do Projeto Ético Político: o enfrentamento do neoconservadorismo**. In: Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da Virada. Brasília: CFESS, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BIRH, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, novembro de 1995**. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

CESAR, Mônica de Jesus. **O Serviço Social e a reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional**. In: A nova fábrica de consenso: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, de 13 de março de 1993**. Disponível em: < [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011\\_CFESS.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf) >. Acesso em: 20 mar. 2015.

FERNANDES, Rafaela Bezerra. **O impacto da privatização do Hospital Universitário de Brasília no Fazer Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília-DF: UnB, 2014.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social**. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social. Módulo 4. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB, 2000.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

IAMAMOTO, Marilda V; Raúl, CARVALHO. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 37. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. **Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na Atualidade**. In: **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão**. Brasília: CFESS, 2012.

KAMEYAMA, Nobuco. **Notas introdutórias para a discussão sobre reestruturação produtiva e Serviço Social**. In: **A nova fábrica de consenso: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl. **Para uma Crítica da Economia Política**. 1857. Edição Eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores, 1999. Disponível em pdf: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/criticadaeconomia.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política** (Prefácio). Tradução: Maria Helena Barreiro Alves. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl.; ELGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **A nova fábrica de consenso: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Feitiço da Ajuda: as determinações do Serviço Social na Empresa**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. AMARAL, Angela Santana. **Reestruturação do Capital, Fragmentação do Trabalho e Serviço Social**. In: **A nova fábrica de consenso: ensaios**



sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

NETTO, Jose Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Transformações Societárias e Serviço Social** – Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

\_\_\_\_\_. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB, 1999.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Crise do Capital e Consequências Societárias**. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

NEVES, Daniela. **Economia Solidária e Serviço Social no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

OLIVEIRA, Martha Daniella Teonório. **Atuação dos Assistentes Sociais nas Políticas de Recursos Humanos em Empresas Alagoanas**. In: **Serviço Social, Políticas Sociais e Mercado de Trabalho Profissional em Alagoas** / Rosa Prêdes (organizadora) Maceió: EDUFAL, 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio histórico da profissão**. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social**. 6ª Edição. São Paulo: Cortez, 2011.

## APÊNDICES

### Apêndice 1: Tabela 1 - Sexo

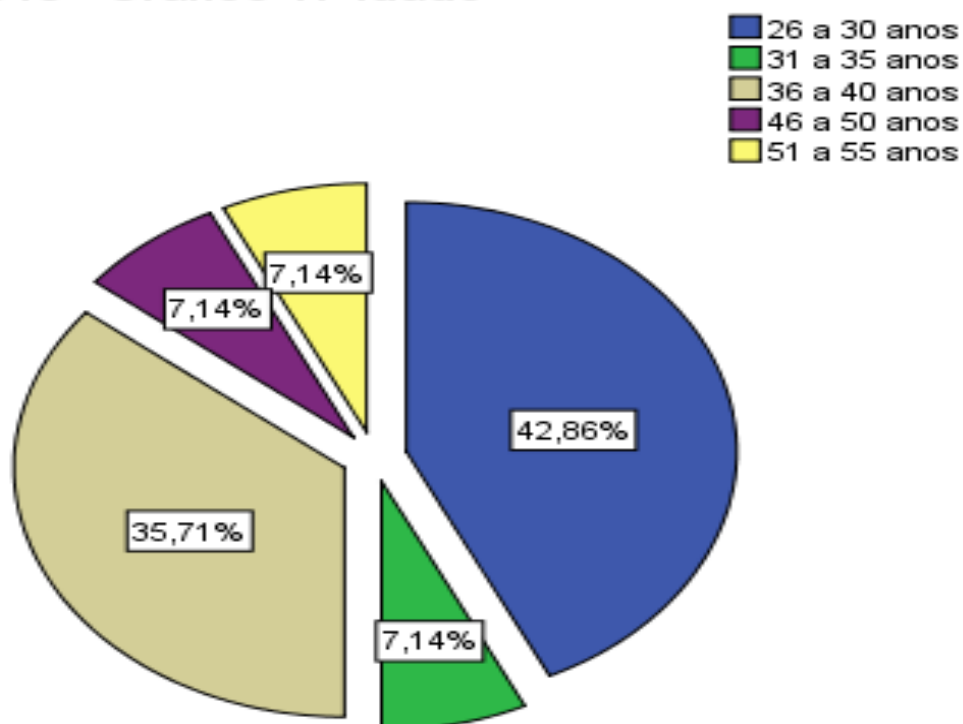
2015 - Tabela 1: Sexo

Sexo	Frequência	Porcentagem (%)
<b>Feminino:</b>	13	92,9
<b>Masculino:</b>	1	7,1
<b>Total</b>	14	100,0

Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

### Apêndice 2: Gráfico 1 – Idade

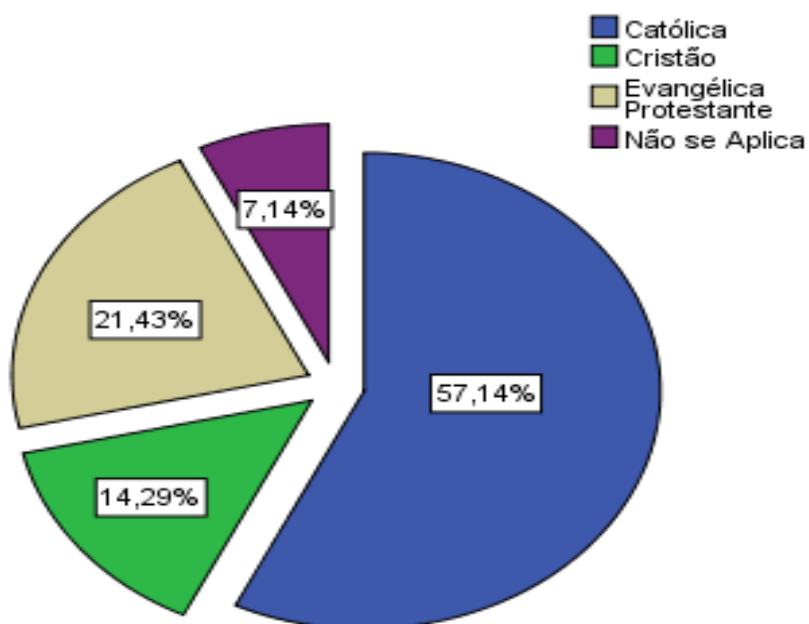
2015 - Gráfico 1: Idade



Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

### Apêndice 3: Gráfico 2 - Religiões

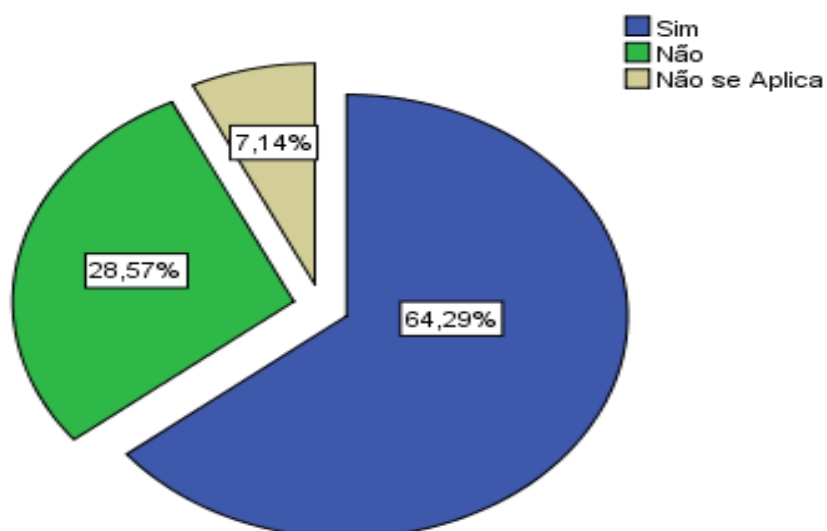
**2015 - Gráfico 2: Religião**



Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

### Apêndice 4: Gráfico 3 - Condição Religiosa

**2015 - Gráfico 3: Você é praticante da sua religião?**



Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

### Apêndice 5: Tabela 2 - Cor e Raça

**2015 – Tabela 2: De acordo com a categoria de cor e raça, usada pelo IBGE, você se considera:**

	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
<b>Branca:</b>	6	42,9
<b>Parda:</b>	7	50,0
<b>Preta/Negra:</b>	1	7,1
<b>Total:</b>	14	100,0

Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

### Apêndice 6: Tabela 3 – Sexualidade

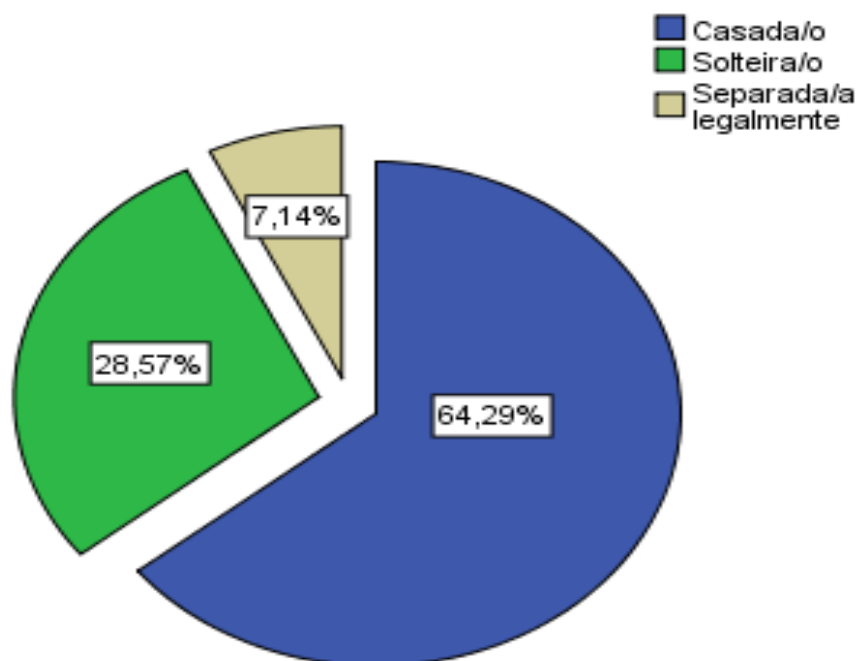
**2015 – Tabela 3: Em relação à sua sexualidade e orientação sexual, você se define como?**

	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
<b>Bissexual:</b>	1	7,1
<b>Heterossexual:</b>	13	92,9
<b>Total:</b>	14	100,0

Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

## Apêndice 7: Gráfico 4 – Situação Conjugal

### 2015 - Gráfico 4: Situação Conjugal



Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

## Apêndice 8: Tabela 4 – Filhos

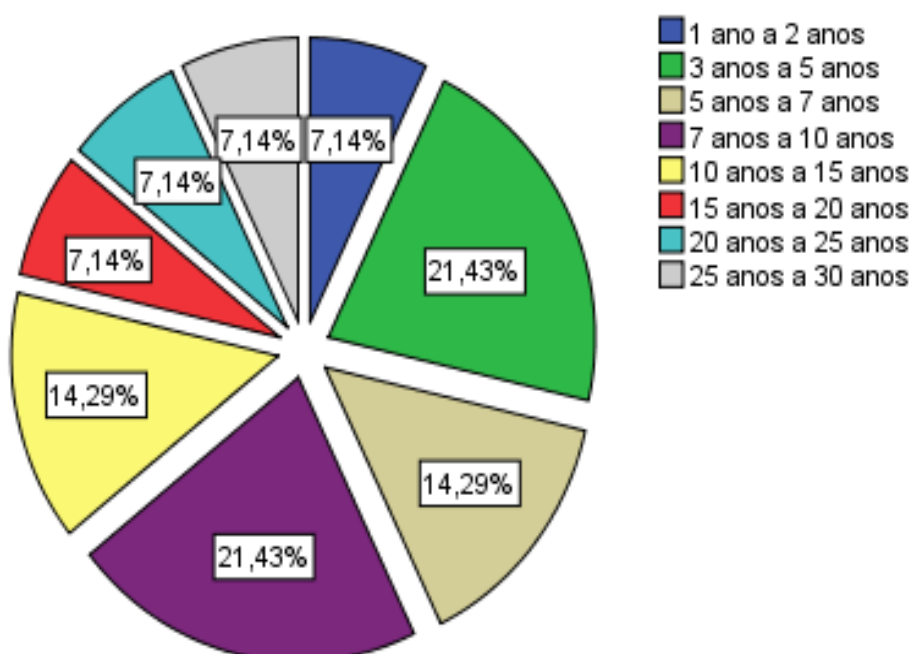
2015 – Tabela 4: Você tem filhos?

	Frequência	Porcentagem (%)
<b>Sim:</b>	6	42,9
<b>Não:</b>	8	57,1
<b>Total:</b>	14	100,0

Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

## Apêndice 9: Gráfico 5 – Tempo de trabalho na área de Serviço Social

### 2015 - Gráfico 5 - Tempo de trabalho na área de Serviço Social



Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

## Apêndice 10: Tabela 5- Quantidade de vínculos empregatícios

### 2015 - Tabela 5: Quantidade de vínculos empregatícios na área de Serviço Social

Vínculos	Frequência	Porcentagem (%)
Um:	11	78,6
Dois:	3	21,4
Total:	14	100,0

Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

## Apêndice 11: Tabela 6: Local de Trabalho

2015 – Tabela 6: Local de trabalho do principal vínculo empregatício

Local de Trabalho	Frequência	Porcentagem (%)
<b>Asa Norte:</b>	8	57,1
<b>Asa Sul:</b>	3	21,4
<b>Lago Sul:</b>	1	7,1
<b>SIA:</b>	2	14,3
<b>Total:</b>	14	100,0

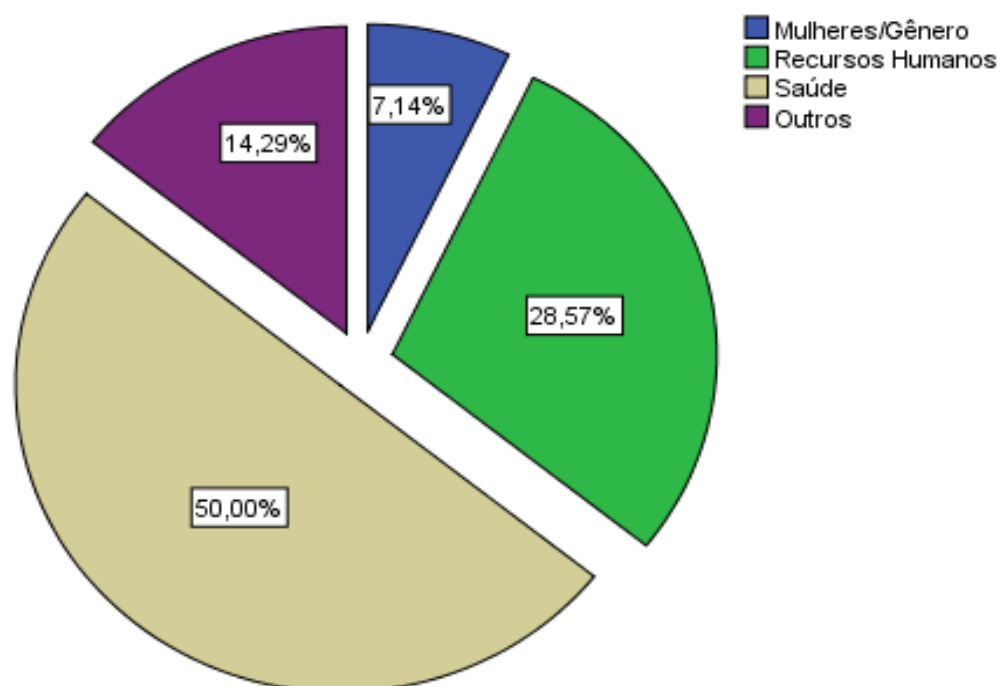
Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

## Apêndice 12: Tabela 7: Local de Trabalho

2015 – Tabela 7: Natureza da Instituição do principal vínculo empregatício

Natureza da Instituição	Frequência	Porcentagem (%)
<b>Pública Distrital:</b>	2	14,3
<b>Pública Federal:</b>	8	57,1
<b>Economia Mista:</b>	4	28,6
<b>Total:</b>	14	100,0

Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

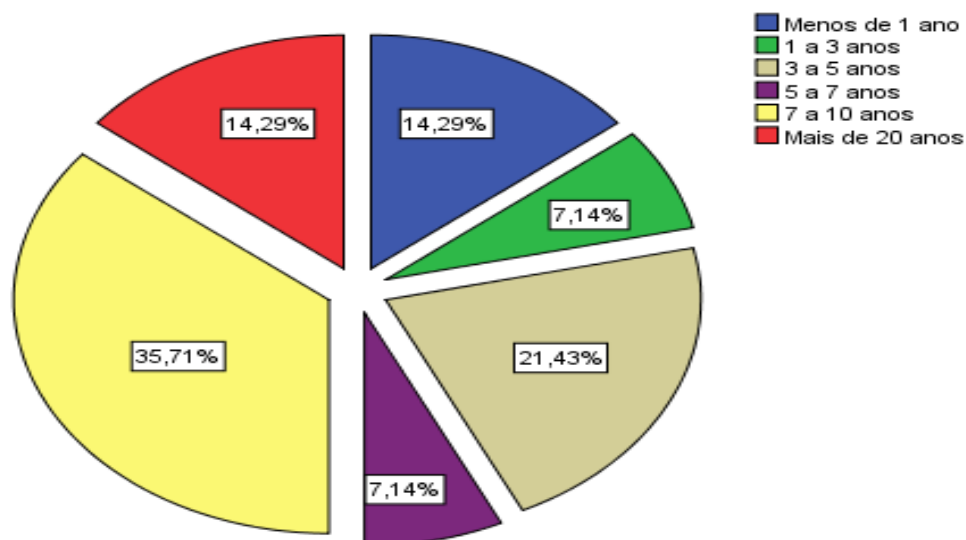
**Apêndice 13: Gráfico 6 - Áreas de Atuação****2015 – Gráfico 6: Área de Atuação**

Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.



#### Apêndice 14: Gráfico 7 – Tempo de Trabalho na Instituição

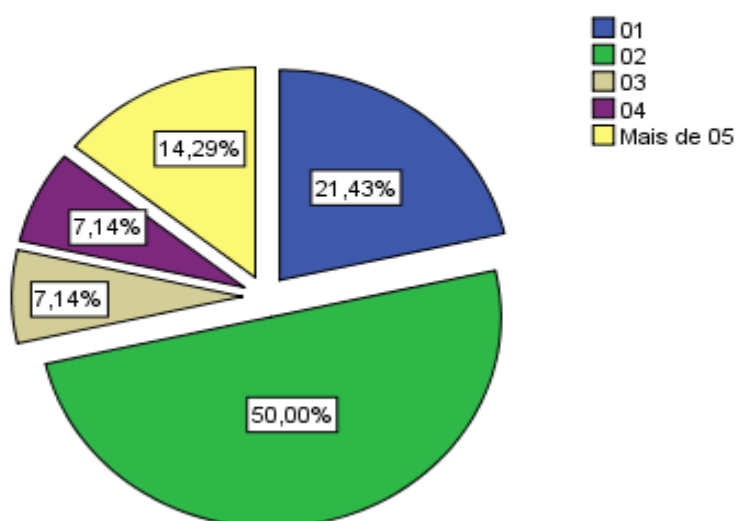
2015 - Gráfico 7: Tempo de Trabalho na Instituição



Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

#### Apêndice 15: Gráfico 8 - Quantidade de Assistentes Sociais

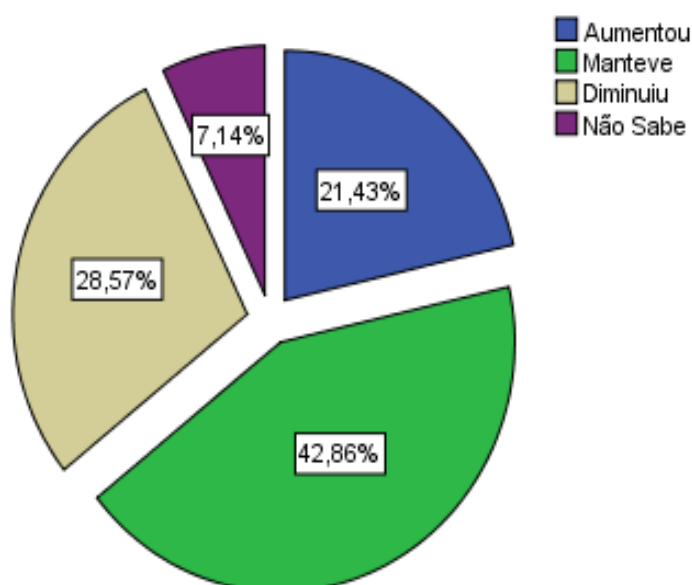
2015 - Gráfico 8: Quantas/os Assistentes Sociais trabalham na seção em que você trabalha, contando com você?



Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

### Apêndice 16: Gráfico 9 – Quadro de Profissionais

**2015 - Gráfico 9: Durante os últimos cinco anos, o quadro de profissionais de Serviço Social na Instituição**



Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

### Apêndice 17: Tabela 8 – Formas de Ingresso na Instituição

**2015 – Tabela 8: Ingresso na Instituição**

Formas de Ingresso	Frequência	Porcentagem (%)
Processo Seletivo:	1	7,1
Concurso Público:	13	92,9
Total:	14	100,0

Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

## Apêndice 18: Tabela 9 – Nomenclatura do Cargo

### 2015 – Tabela 9: A nomenclatura do cargo que ocupa é Assistente Social

	Frequência	Porcentagem (%)
<b>Sim:</b>	10	71,4
<b>Não:</b>	4	28,6
<b>Total:</b>	14	100,0

Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

## Apêndice 19: Tabela 10 - Já desempenhou Função Gerencial ou Cargo

### Comissionado

### 2015 – Tabela 10: Já desempenhou, nesta instituição, Função Gerencial ou Cargo Comissionado?

	Frequência	Porcentagem (%)
<b>Sim:</b>	6	42,9
<b>Não:</b>	8	57,1
<b>Total:</b>	14	100,0

Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

## Apêndice 20: Tabela 11 – Desempenha, atualmente, Função Gerencial ou Cargo Comissionado

### 2015 – Tabela 11: Atualmente, desempenha Função Gerencial ou Cargo Comissionado?

	Frequência	Porcentagem (%)
<b>Sim</b>	3	21,4
<b>Não</b>	11	78,6
<b>Total</b>	14	100,0

Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

## Apêndice 21: Tabela 12 – Desempenha outra atividade

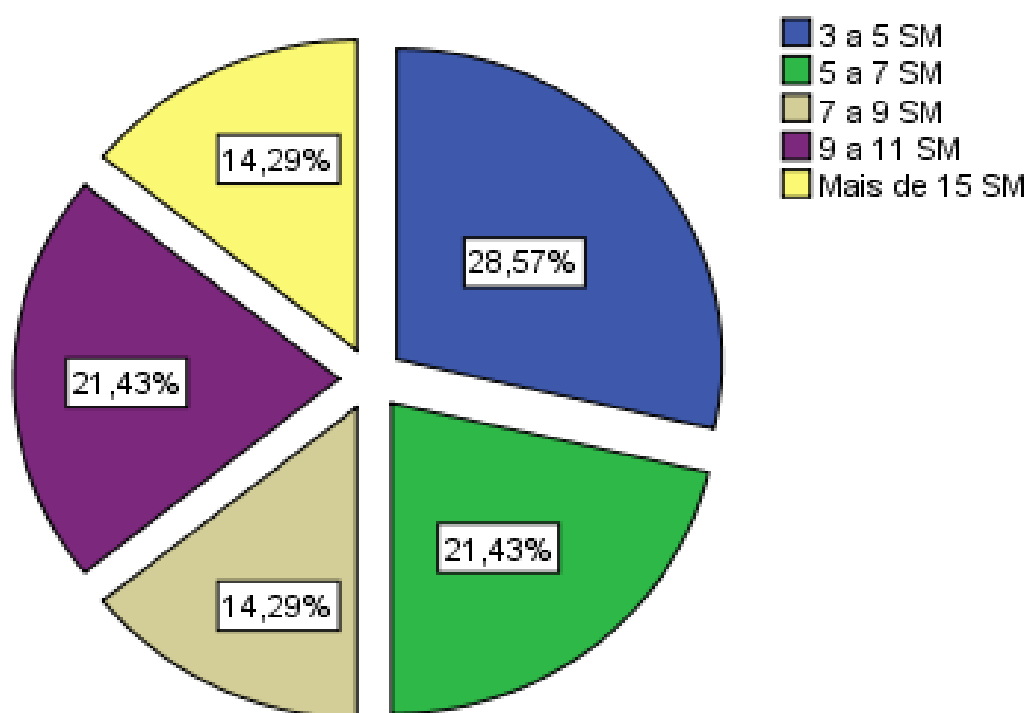
2015 – Tabela 12: Desempenha outra atividade remunerada?

	Frequência	Porcentagem (%)
<b>Sim:</b>	3	21,4
<b>Não:</b>	11	78,6
<b>Total:</b>	14	100,0

Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

## Apêndice 22: Gráfico 10 – Salário Mensal

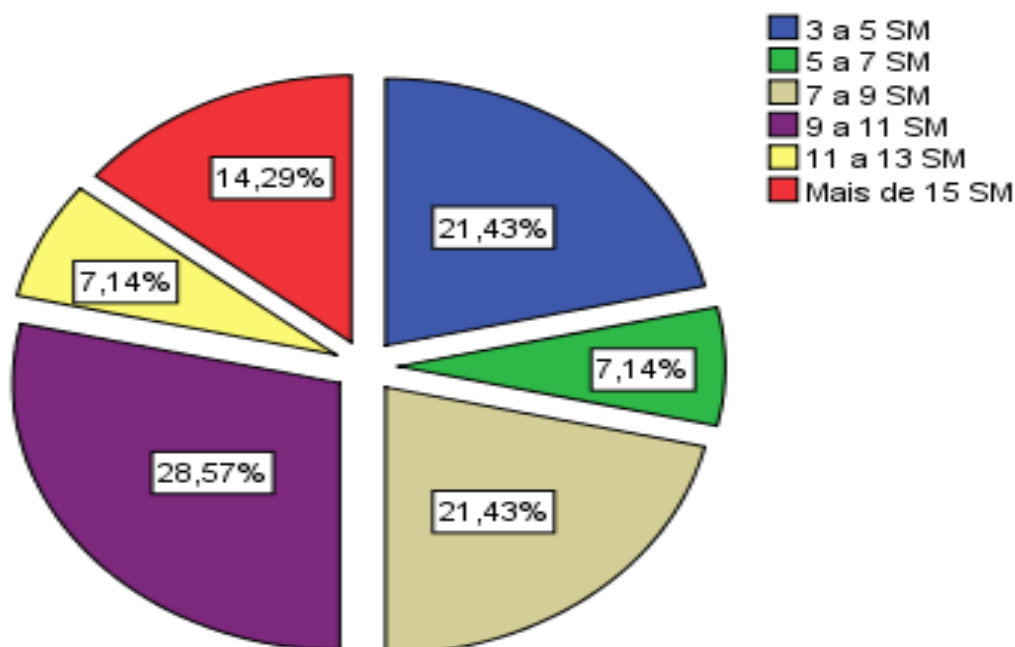
2015 - Gráfico 10: Salário Mensal na Instituição



Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

**Apêndice 23: Gráfico 11 – Montante da Renda Mensal**

**2015 - Gráfico 11: Montante da Renda Mensal**



Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

**Apêndice 24: Tabela 13 – Modalidade de Ensino da Instituição de Formação**

**2015 – Tabela 13: Modalidade de ensino da instituição em que você se formou**

Modalidade de Ensino	Frequência	Porcentagem (%)
Presencial:	14	100,0
Ensino à distância:	0	0
Semipresencial:	0	0
Total:	14	100,00

Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

## Apêndice 25: Tabela 14 – Natureza da Instituição de Formação

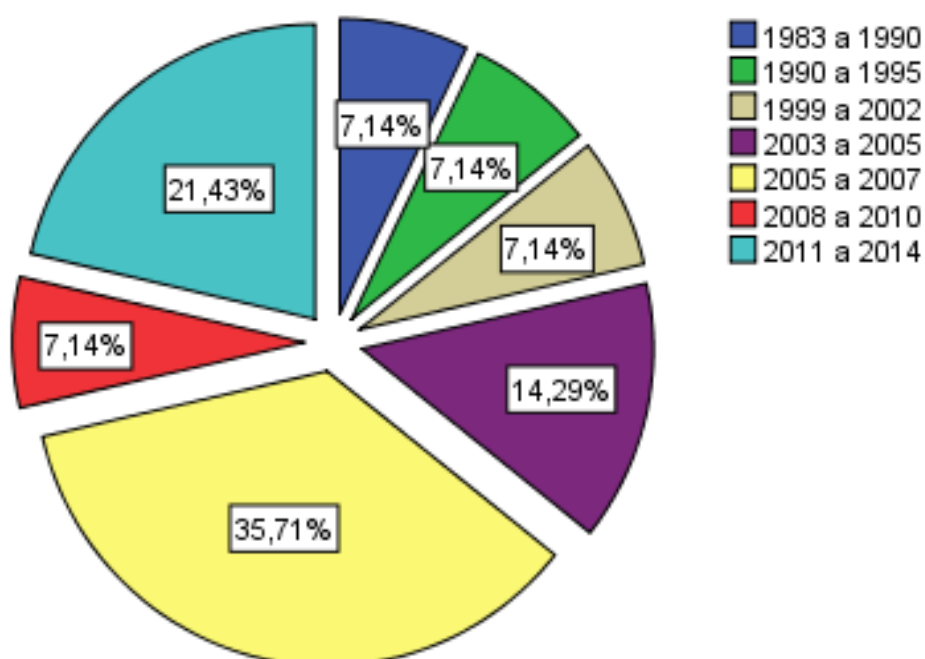
2015 – Tabela 14: Natureza da instituição de ensino em que você se formou

Natureza da Instituição de Ensino	Frequência	Porcentagem (%)
<b>Pública:</b>	11	78,6
<b>Privada:</b>	3	21,4
<b>Total:</b>	14	100,0

Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

## Apêndice 26: Gráfico 12 – Ano de Conclusão do Curso de Graduação

2015 - Gráfico 12: Ano de conclusão do curso de graduação em Serviço Social



Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

## Apêndice 27: Tabela 15 - Coursou ou Não Alguma Especialização

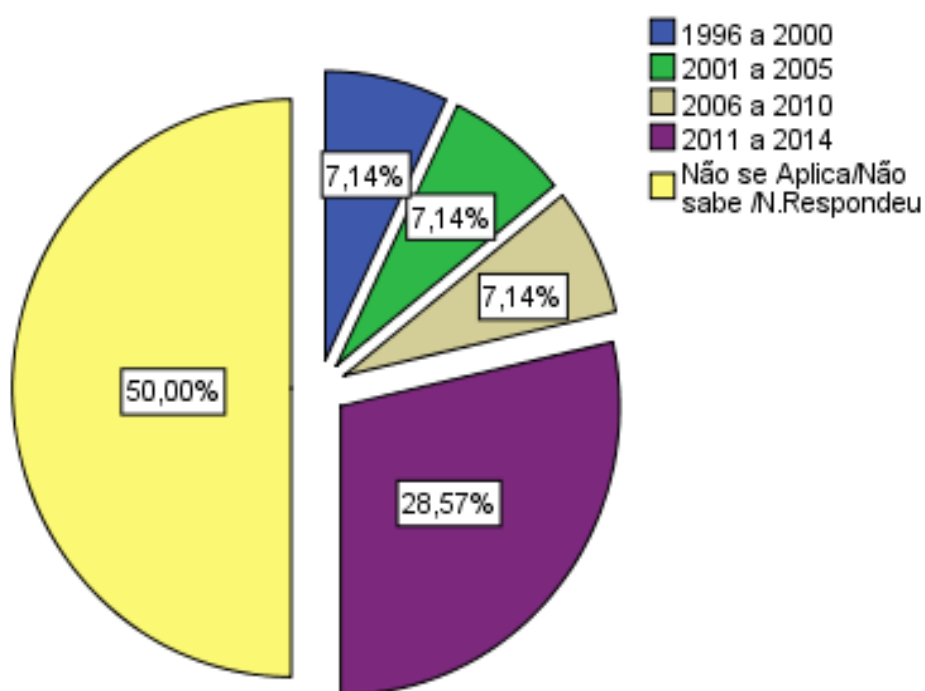
2015 – Tabela 15: Você já cursou alguma especialização?

	Frequência	Porcentagem (%)
<b>Sim:</b>	8	57,1
<b>Não:</b>	6	42,9
<b>Total:</b>	14	100,0

Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

## Apêndice 28: Gráfico 13 – Ano de Conclusão de Especialização

2015 - Gráfico 13: Ano de conclusão do curso de especialização



Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

**Apêndice 29: Tabela 16: Cursou ou Não Mestrado Acadêmico****2015 – Tabela 16: Você já cursou mestrado acadêmico?**

<b>Mestrado Acadêmico</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
<b>Sim:</b>	2	14,3
<b>Não:</b>	12	85,7
<b>Total:</b>	14	100,0

Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

**Apêndice 30: Tabela 17– Cursou ou Não Doutorado Acadêmico****2015 – Tabela 17: Você já cursou algum doutorado?**

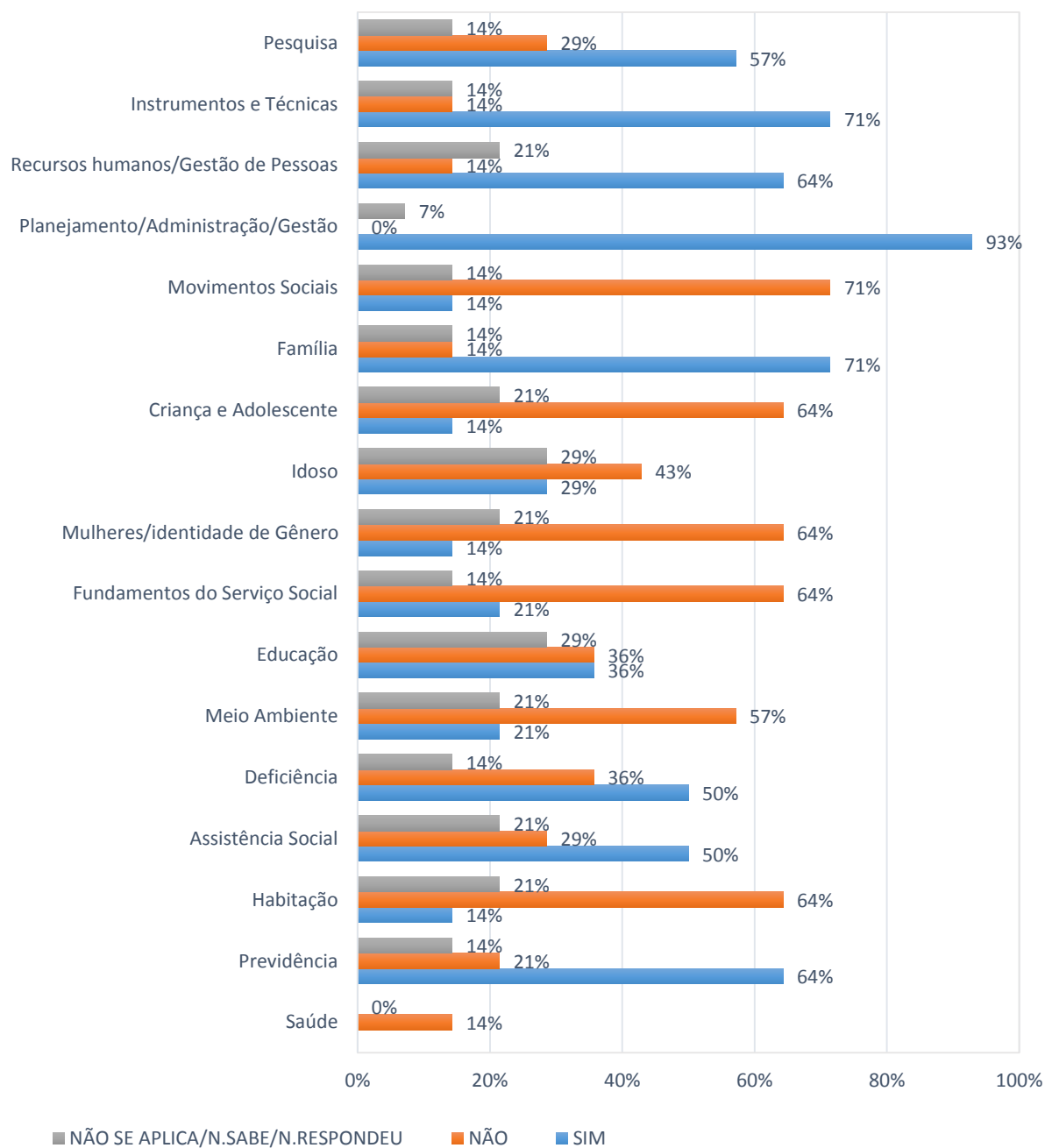
<b>Doutorado</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
<b>Sim:</b>	2	14,3
<b>Não:</b>	12	85,7
<b>Total:</b>	14	100,0

Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.



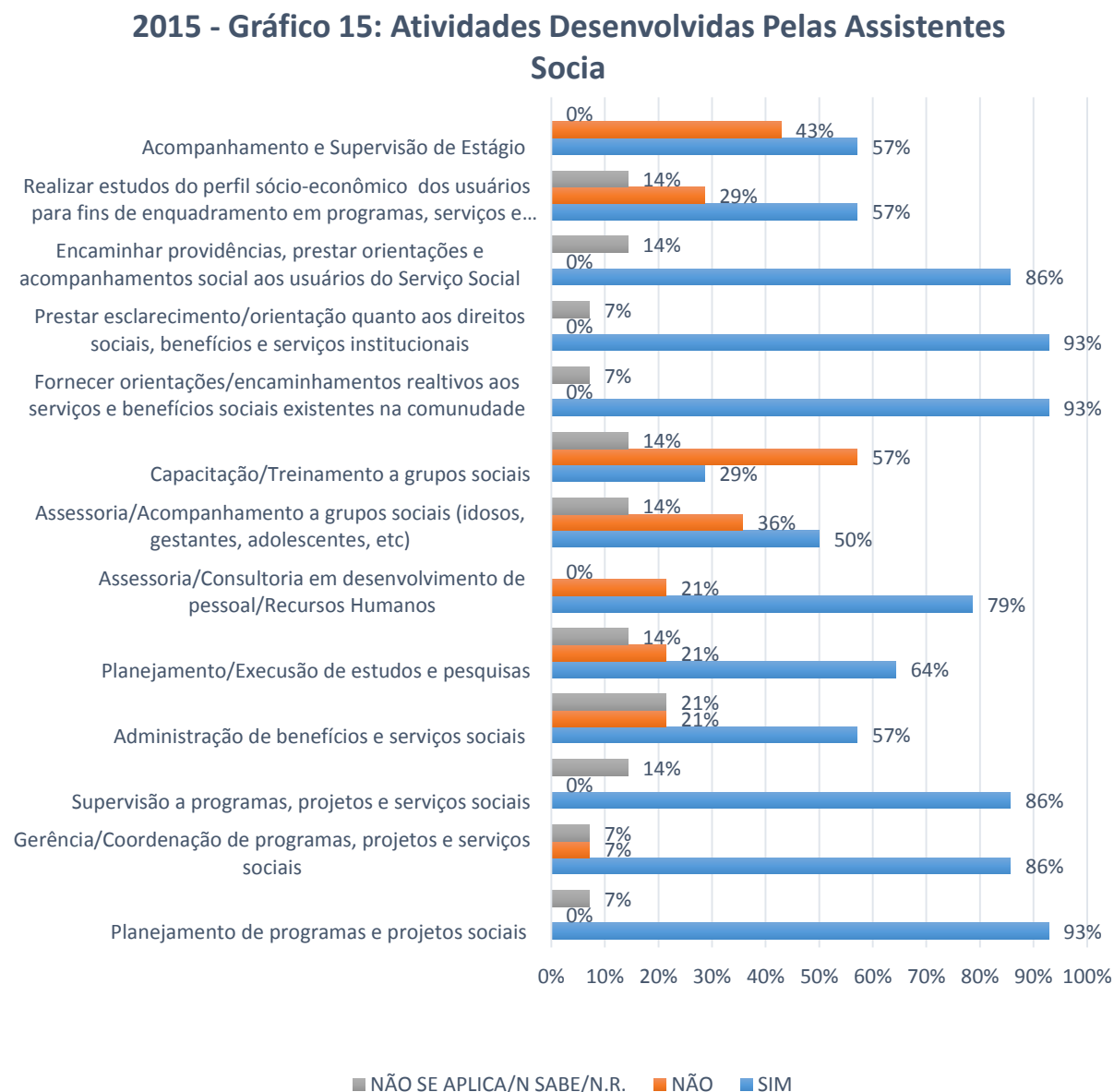
## Apêndice 31: Gráfico 14 – Áreas de Interesse para Qualificação

2015 - Gráfico 14: ÁREAS DE INTERESSE EM QUALIFICAR-SE



Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

## Apêndice 32: Gráfico 15 – Atividades Desenvolvidas Pelas Assistentes Sociais



**Fonte:** pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

### Apêndice 33: Tabela 18 – Quantos Estagiários Supervisiona

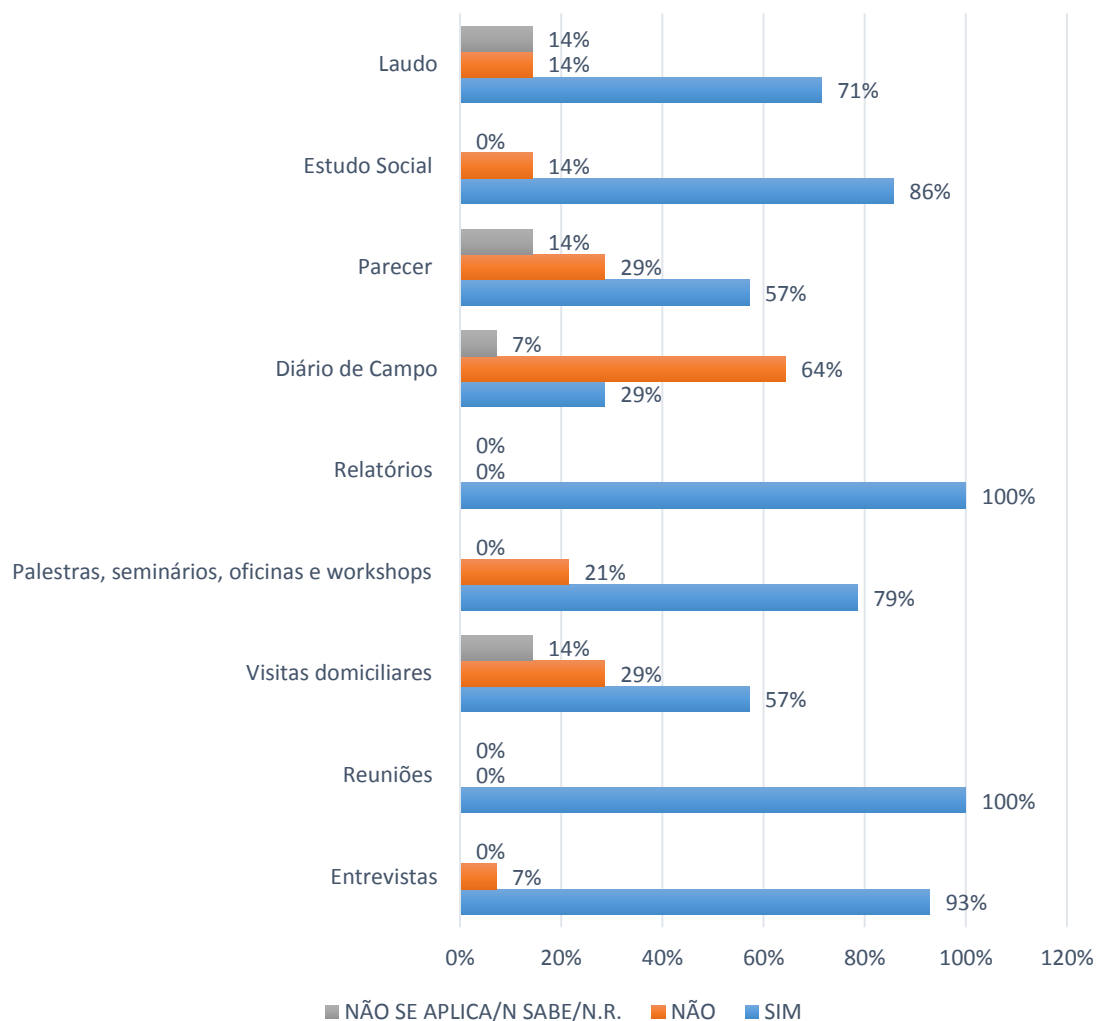
2015 – Tabela 18: Quantos Estagiários Supervisiona

Quantidade de Estagiários	Frequência	Porcentagem (%)
01:	4	28,6
02:	2	14,3
Não se aplica:	8	57,1
Total:	14	100,0

Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

### Apêndice 34: Gráfico 16 - Instrumentos Utilizados

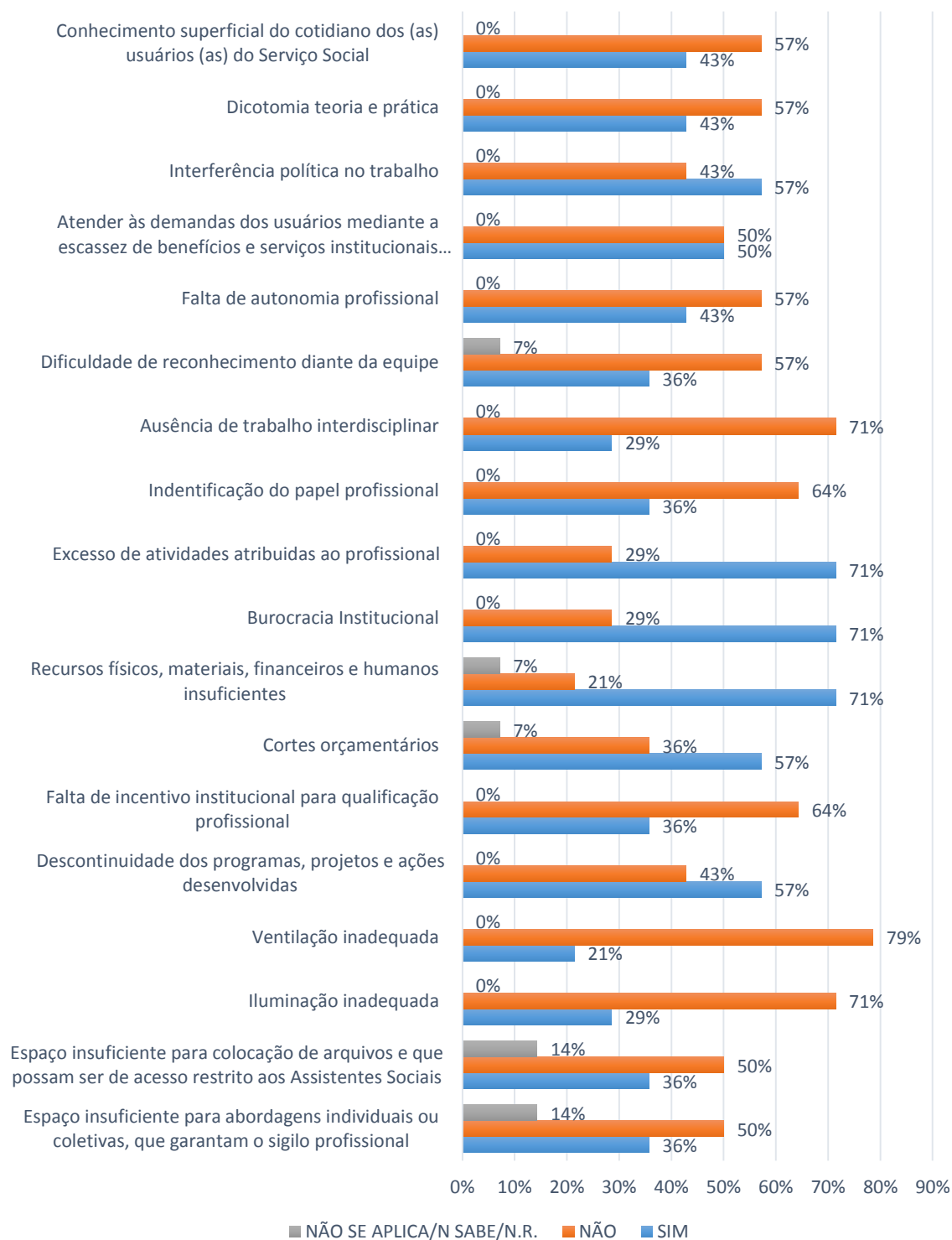
2015 - Gráfico 16: PRINCIPAIS INSTRUMENTOS UTILIZADOS



Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal,

## Apêndice 35: Gráfico 17 – Principais Dificuldades/Limitações

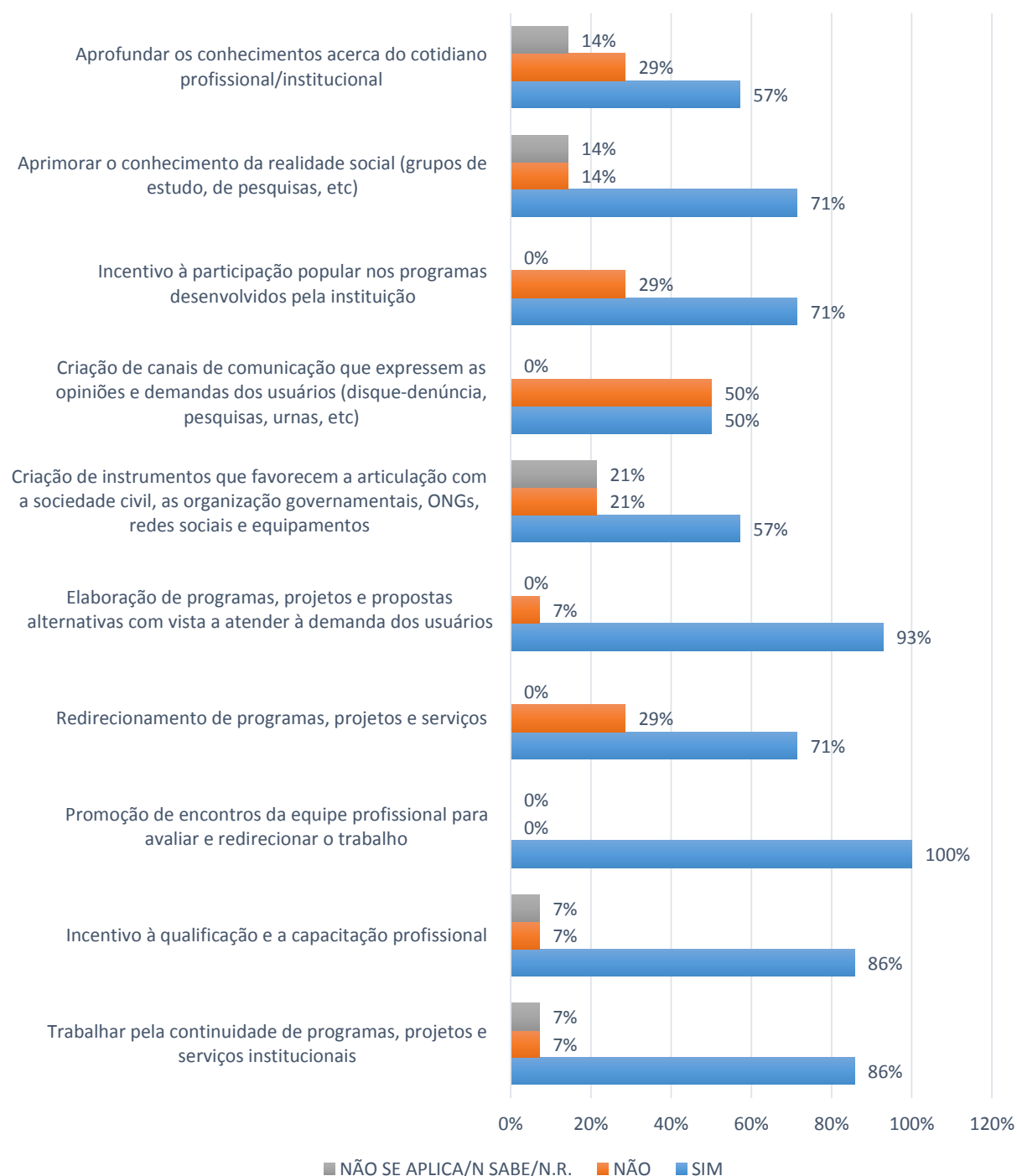
**2015 - Gráfico 17: PRINCIPAIS DIFICULDADES/LIMITAÇÕES NO COTIDIANO DO TRABALHO PROFISSIONAL NA INSTITUIÇÃO**



**Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.**

## Apêndice 36: Gráfico 18 - Possibilidades de Superação das Dificuldades

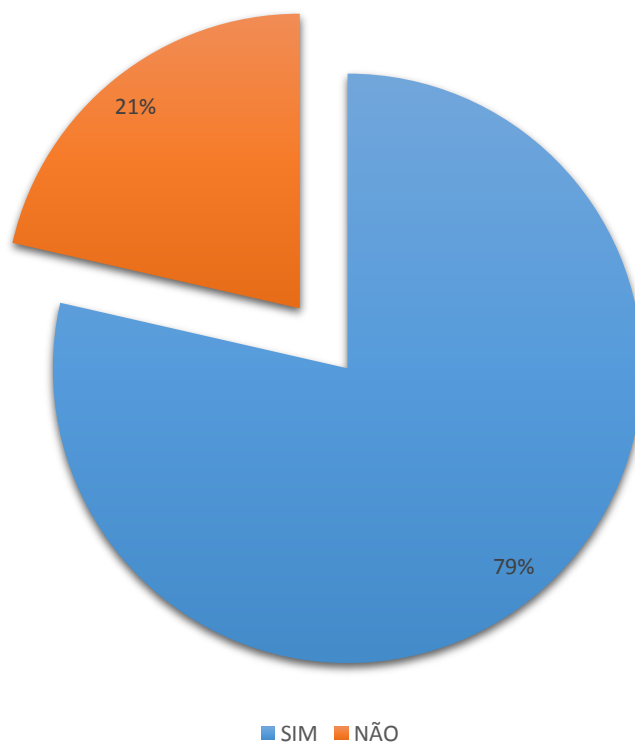
2015 - Gráfico 18: POSSIBILIDADES DE SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES



**Fonte:** pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

**Apêndice 37: Gráfico 19 – Existem Novas Demandas Colocadas para o Serviço Social na/pela Instituição**

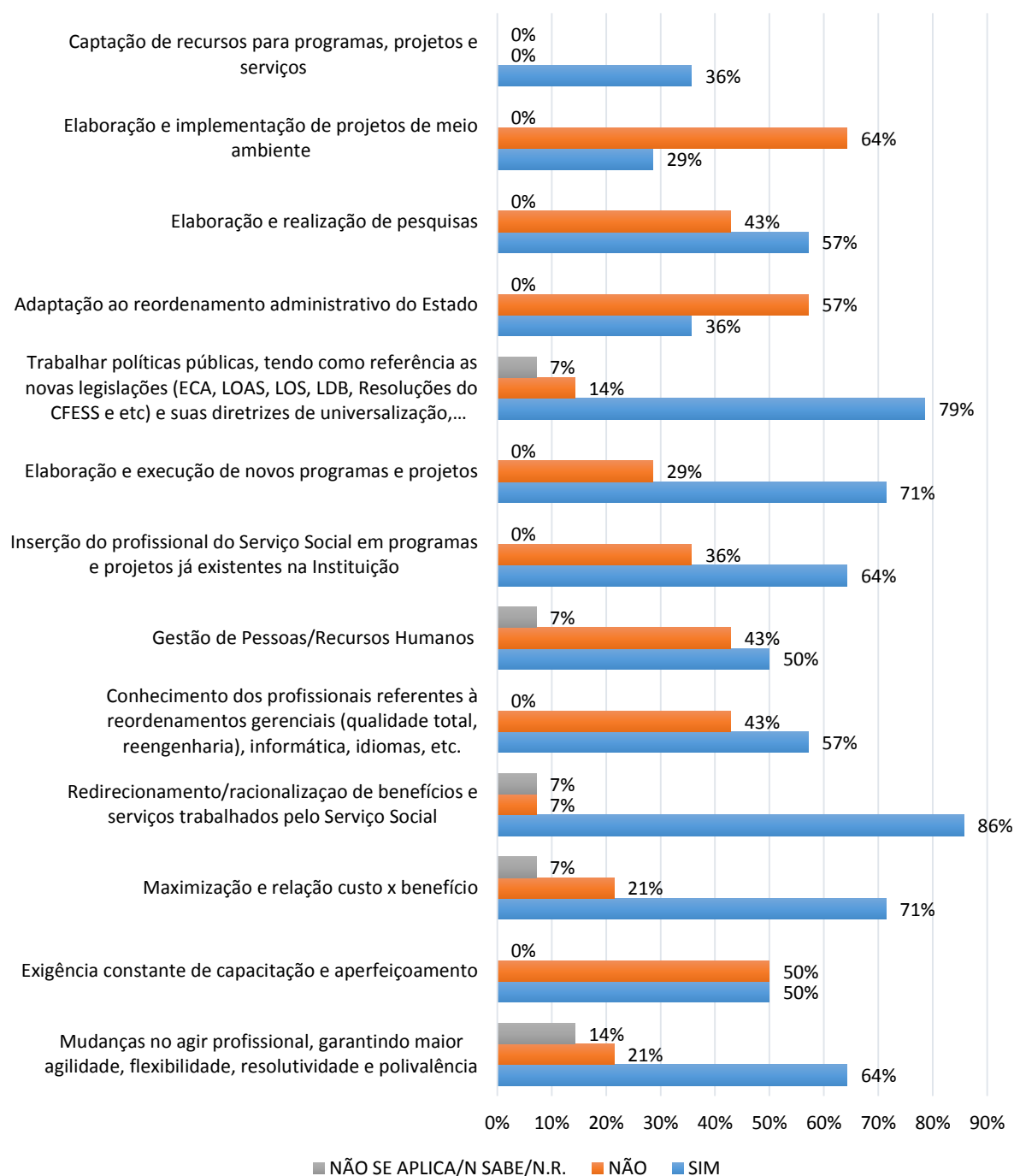
**2015 - Gráfico 19: EXISTEM NOVAS DEMANDAS COLOCADAS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA/PELA INSTITUIÇÃO**



**Fonte:** pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

**Apêndice 38: Gráfico 20: As Novas Demandas Colocadas para o Serviço Social na/pela Instituição**

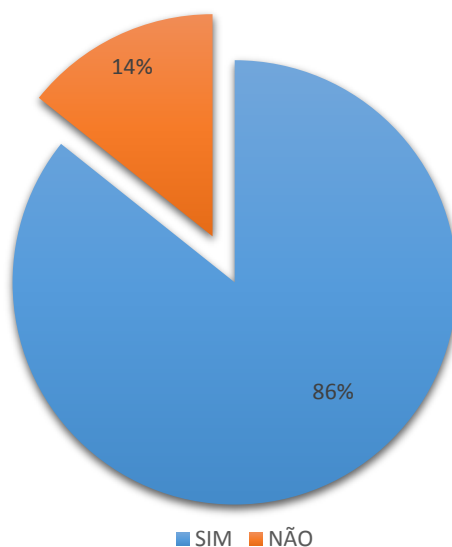
**2015 - Gráfico 20: AS NOVAS DEMANDAS COLOCADAS NA/PELA INSTITUIÇÃO**



**Fonte: pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.**

**Apêndice 39: Gráfico 21 - Existem ou Não Novas Demandas Colocadas pelos Usuários**

**2015 - Gráfico 21: EXISTEM NOVAS DEMANDAS  
COLOCADAS PELOS USUÁRIOS**

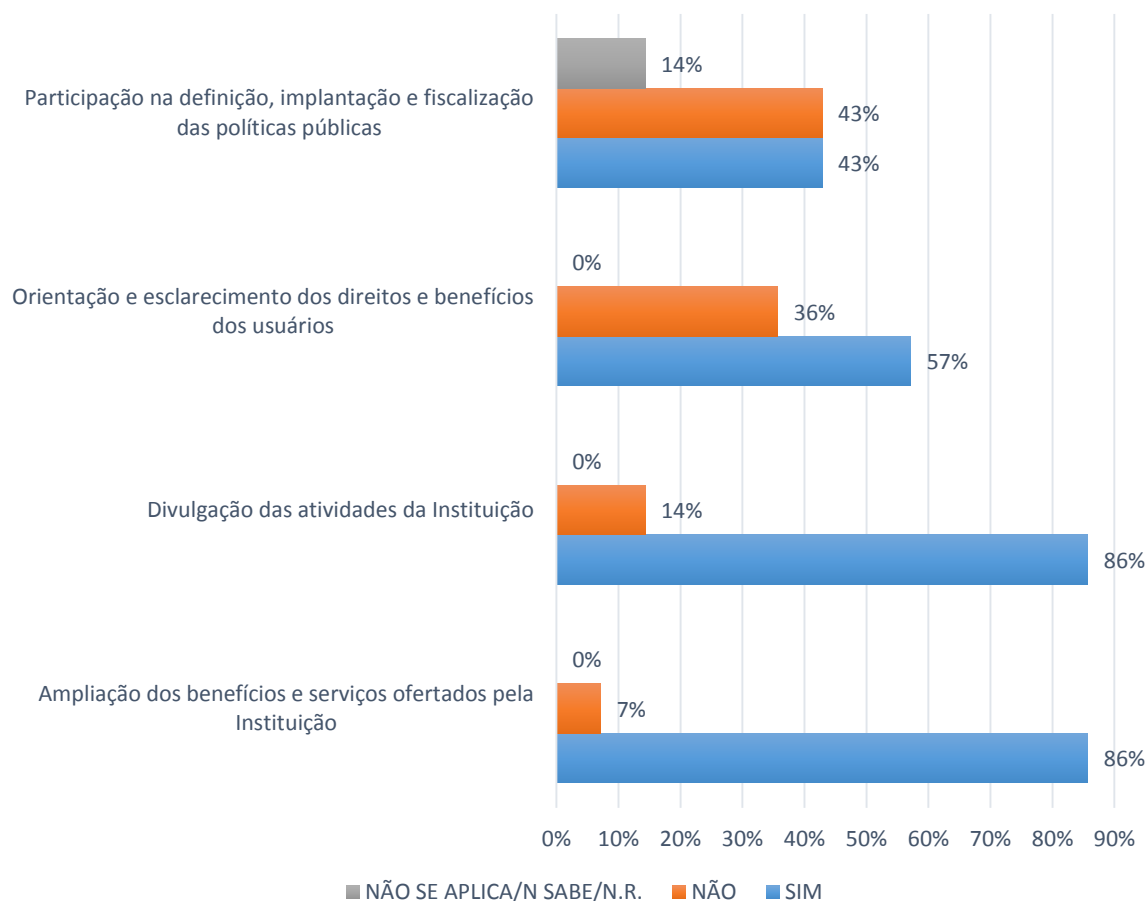


**Fonte:** pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.



**Apêndice 40: Gráfico 22 - As Novas Demandas Colocadas para o Serviço Social pelos Usuários**

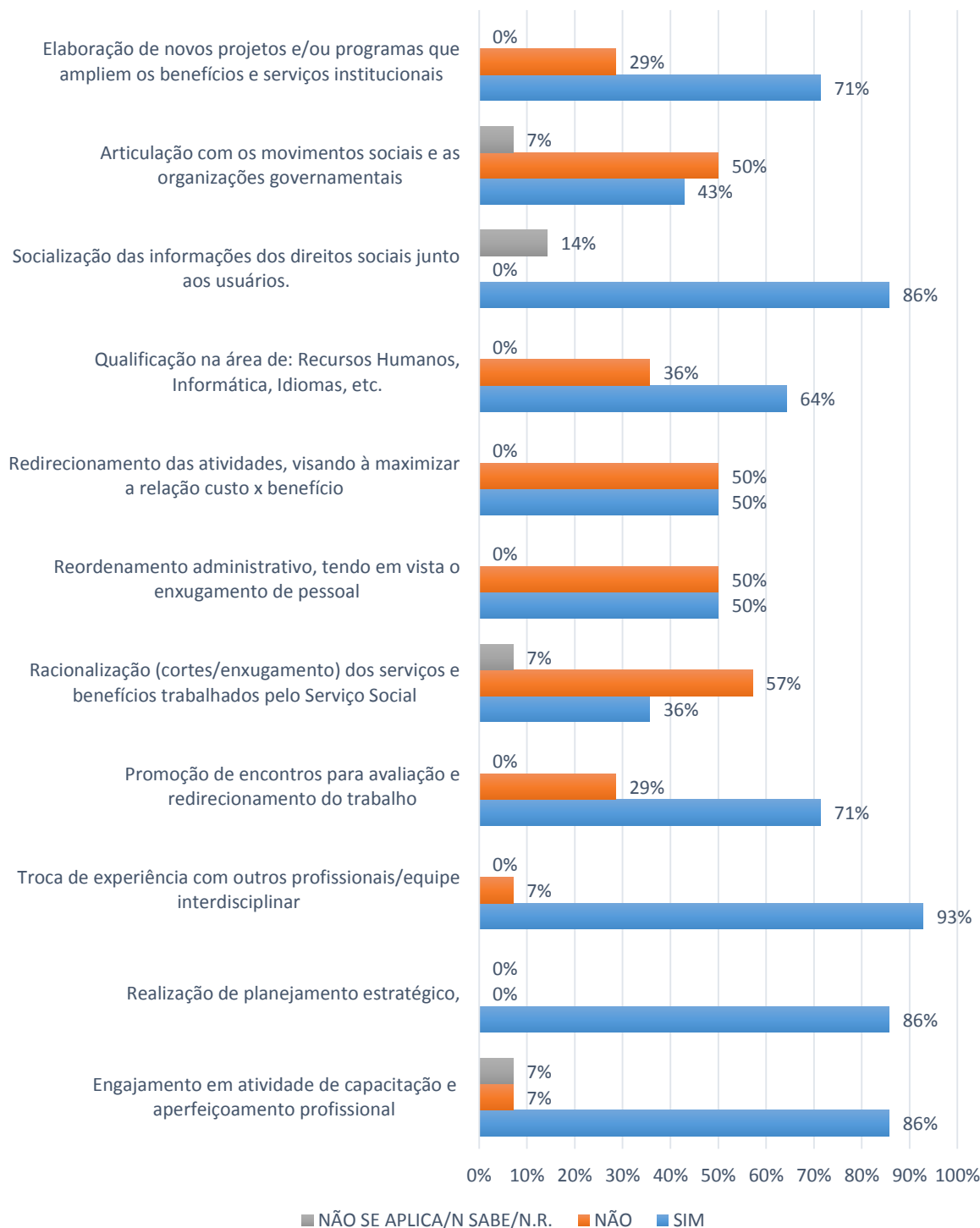
**2015 - Gráfico 22: NOVAS DEMANDAS COLOCADAS PELOS USUÁRIOS**



**Fonte:** pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

## Apêndice 41: Gráfico 23 - As Respostas às Novas Demandas

### 2015 - Gráfico 23: RESPOSTAS AS NOVAS DEMANDAS



**Fonte:** pesquisa direta realizada, pela estudante pesquisadora, com assistentes sociais das empresas capitalistas do Distrito Federal, 2015.

## ANEXOS

## ANEXO A: QUESTIONÁRIO



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL –**  
**SER**  
**Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria**  
**Social, Trabalho e Serviço Social - NUTSS**

## **Pesquisa – As/os Assistentes Sociais do Distrito Federal: uma análise do perfil profissional**

## PERFIL GERAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL

**1. Sexo:**

( ) Feminino                      ( ) Masculino

**2. Idade:**

☐ 20 a 25 anos                      ☐ 26 a 30 anos                      ☐ 31 a 35 anos  
☐ 36 a 40 anos                      ☐ 41 a 45 anos                      ☐ 46 a 50 anos  
☐ 51 a 55 anos                      ☐ 56 a 60 anos                      ☐ 61 a 65 anos  
☐ acima de 65 anos. Qual \_\_\_\_\_

**3. Você tem alguma religião?**

( ) Sim ( ) Não

**Se sim, qual?**

( ) Budista ( ) Candomblé ( ) Católica  
( ) Cristão ( ) Espírita Kardecista ( )  
Evangélica/Protestante  
( ) Islâmica ( ) Judaica ( ) Umbanda  
( ) Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**Você é praticante da religião indicada?**

( ) Sim ( ) Não

**4. De acordo com a categoria de cor e raça, usada pelo IBGE, você se considera:**

( ) Amarela                  ( ) Branca              ( ) Indígena

( ) Parda ( ) Preta/Negra ( ) Outra.  
Qual? \_\_\_\_\_

**5. Em relação à sexualidade e orientação sexual, você se define como:**

( ) Bissexual ( ) Heterossexual ( ) Homossexual  
( ) Transexual ( ) Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**6. Situação Conjugal:**

( ) Casado/a ( ) Solteiro/a ( ) Mora com o/a companheiro/a  
( ) Separado/a legalmente ( ) Viúvo/a ( ) Outra. Qual?  
\_\_\_\_\_

**7. Você tem filhos?**

( ) Sim ( ) Não

**Se sim, quantos?**

( ) 01 ( ) 02 ( ) 03  
( ) 04 ( ) 05 ( ) 06 ou mais

**PERFIL PROFISSIONAL**

**8. Tempo de trabalho na área de serviço social:**

( ) Menos de 06 meses ( ) 03 anos – 05 anos ( ) 15 anos – 20 anos  
( ) 06 meses – 01 ano ( ) 05 anos – 07 anos ( ) 20 anos – 25 anos  
( ) 01 ano – 02 anos ( ) 07 anos – 10 anos  
( ) 25 anos – 30 anos  
( ) 02 anos – 03 anos ( ) 10 anos – 15 anos ( ) Mais de 30 anos

**9. Quantidade de vínculos empregatícios na área de serviço social:**

( ) Um ( ) Dois ( ) Três  
( ) Quatro ou mais ( ) Nenhum

**10. Local de trabalho do principal vínculo empregatício:**

( ) Águas Claras ( ) Lago Norte ( ) São Sebastião  
( ) Asa Norte ( ) Lago Sul ( ) SCIA  
( ) Asa Sul ( ) Núcleo Bandeirante ( ) SIA  
( ) Brazlândia ( ) Paranoá ( ) Sobradinho  
( ) Candangolândia ( ) Park Way ( ) Sobradinho II  
( ) Ceilândia ( ) Planaltina ( ) Sudoeste  
( ) Cruzeiro ( ) Recanto das Emas ( ) Octogonal  
( ) Gama ( ) Riacho Fundo I ( ) Taguatinga  
( ) Guará ( ) Riacho Fundo II ( ) Varjão  
( ) Itapoã ( ) Samambaia ( ) Vicente Pires  
( ) Jardim Botânico ( ) Santa Maria ( ) Outros.  
Qual \_\_\_\_\_

**11. Instituição:**  

---

**12. Natureza da Instituição do principal vínculo empregatício:**

- ☐ Pública Distrital    ☐ Pública Federal    ☐ Privada    ☐ Economia Mista  
☐ ONG/OSCIP/OS    ☐ Cooperativa    ☐ Não Sabe/ Não se aplica    ☐ Outra.
- 

**13. Área de atuação:**

- ☐ Assistência Social    ☐ Criança e adolescente    ☐ Educação    ☐ Habitação  
☐ Idoso    ☐ Movimento Social    ☐ Mulheres/Gênero    ☐ Previdência  
☐ Rec. Humanos    ☐ Saúde    ☐ Sócio Jurídico    ☐ Outros:
- 

**14. Há quantos anos você trabalha nesta instituição?**

- ☐ Menos de 1 ano    ☐ 7 – 10 anos  
☐ 1 – 3 anos    ☐ 10 – 15 anos  
☐ 3 – 5 anos    ☐ 15 – 20 anos  
☐ 5 – 7 anos    ☐ Mais de 20 anos

**15. Quantas/os assistentes sociais trabalham na seção em que você trabalha, contando com você?**

- ☐ 01    ☐ 02    ☐ 03  
☐ 04    ☐ 05    ☐ Mais de 05

**16. Durante os últimos cinco anos, o quadro de profissionais de Serviço Social na Instituição:**

- ☐ Aumentou    ☐ Manteve  
☐ Diminuiu    ☐ Não Sabe

**17. Como você ingressou na Instituição?**

- ☐ Processo Seletivo    ☐ Concurso Público    ☐ Indicação/convite  
☐ Parentesco    ☐ Outros: \_\_\_\_\_

**18. Tipo do principal vínculo de trabalho?**

- ☐ Celetista    ☐ Estatutário    ☐ Autônomo  
☐ Prestação de serviços Com C.T.P.S    ☐ Contrato Temporário  
☐ Voluntário    ☐ Outro:
- 

**19. Jornada de trabalho semanal no principal vínculo?**

- ☐ Menos de 20 horas    ☐ 20 horas    ☐ 24 horas  
☐ 30 horas    ☐ 40 horas    ☐ 44 horas  
☐ Mais de 44 horas    ☐ Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**20. A nomenclatura do cargo que ocupa é Assistente Social?**

- ☐ Sim    ☐ Não

**21. Se a resposta ao item 20 foi NÃO, qual a nomenclatura do seu cargo?**

---

**22. Já desempenhou, nesta instituição, Função Gerencial ou Cargo Comissionado?**

☐ Sim ☐ Não ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica

**23. Qual?**

☐ Ch./Gerência de Serviço ☐ Ch./Gerência de Setor ☐ Ch./Gerência de Departamento

☐ Ch./Gerência de Divisão ☐ Diretor de área

☐ Outros: \_\_\_\_\_ ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica

**24. Atualmente, desempenha Função Gerencial ou Cargo Comissionado?**

☐ Sim ☐ Não ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica

**25. Qual?**

☐ Ch./Gerência de Serviço ☐ Ch./Gerência de Setor ☐ Ch./Gerência de Departamento

☐ Ch./Gerência de Divisão ☐ Diretor de área

☐ Outros: \_\_\_\_\_ ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica

**26. Salário mensal na Instituição:**

☐ 1 – 3 SM

☐ 7 – 9 SM

☐ 13 – 15 SM

☐ 3 – 5 SM

☐ 9 – 11 SM

☐ Mais de 15 SM

☐ 5 – 7 SM

☐ 11 – 13 SM

☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica

**27. Desempenha outra atividade remunerada?**

☐ Sim ☐ Não

27.1. Se a resposta do item 27 for SIM, esta atividade tem vínculo com a profissão?

☐ Sim ☐ Não

**28. Desempenha alguma atividade voluntária?**

☐ Sim ☐ Não

**29. Se a resposta do item 28 for SIM, qual a atividade?**

---

**30. Qual o montante de sua renda mensal?**

☐ 1 – 3 SM

☐ 7 – 9 SM

☐ 13 SM – 15 SM

☐ 3 – 5 SM

☐ 9 – 11 SM

☐ Mais de 15 SM

☐ 5 – 7 SM

☐ 11 – 13 SM

☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica

**QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

**31. Ano de conclusão do curso de graduação em serviço social:**

☐ Antes de 1982 ☐ 1983 a 1990 ☐ 1990 a 1995 ☐ 1996 a 1998

☐ 1999 a 2002      ☐ 2003 a 2005      ☐ 2005 a 2007      ☐ 2008 a 2010  
☐ 2011 a 2014

**32. Nome da instituição em que você concluiu sua graduação:**

---

**33. Natureza da instituição de ensino em que você se formou:**

☐ Pública    ☐ Privada    ☐ Privada Confessional    (                      )    Outra.

Qual: \_\_\_\_\_

**34. Modalidade de ensino da instituição em que você se formou:**

☐ Presencial    ☐ Ensino à distância    ☐ Semipresencial    (                      )    Outra.

Qual: \_\_\_\_\_

**35. Você já cursou alguma especialização?**

☐ Sim              ☐ Não

**36. Se sim, qual/ quais a/as área/a do/os curso/os de especialização concluído/os?**

1. \_\_\_\_\_ (   ) N.R/Não Sabe

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

**37. Ano de conclusão do curso de especialização:**

☐ Antes de 1990    ☐ 1990 a 1995    ☐ 1996 a 2000    ☐ 2001 a 2005

☐ 2006 a 2010    ☐ 2011 a 2014

**38. Você já cursou algum mestrado acadêmico?**

☐ Sim              ☐ Não

**39. Se sim, qual a área do mestrado acadêmico concluído?**

\_\_\_\_\_ (   ) N.R/Não Sabe

**40. Nome da instituição em que você concluiu seu mestrado acadêmico:**

---

**41. Ano de conclusão do curso de mestrado acadêmico:**

☐ Antes de 1990    ☐ 1990 a 1995    ☐ 1996 a 2000    ☐ 2001 a 2005

☐ 2006 a 2010    ☐ 2011 a 2014

**42. Você já cursou algum mestrado profissional?**

☐ Sim              ☐ Não

**43. Se sim, qual a área do mestrado profissional concluído?**

\_\_\_\_\_ (   ) N.R/Não Sabe

**44. Nome da instituição em que você concluiu seu mestrado profissional:**

---

**45. Ano de conclusão do mestrado profissional:**

☐ Antes de 1990    ☐ 1990 a 1995    ☐ 1996 a 2000    ☐ 2001 a 2005

☐ 2006 a 2010      ☐ 2011 a 2014

**46. Você já cursou algum doutorado?**

☐ Sim      ☐ Não

**47. Se sim, qual a área do doutorado concluído?**

\_\_\_\_\_ ☐ N.R/Não Sabe

**48. Nome da instituição em que você concluiu seu doutorado:**

\_\_\_\_\_

**49. Ano de conclusão do curso de doutorado:**

☐ Antes de 1990      ☐ 1990 a 1995      ☐ 1996 a 2000      ☐ 2001 a 2005  
☐ 2006 a 2010      ☐ 2011 a 2014

**50. Sente a necessidade de se qualificar?**

☐ Sim      ☐ Não

**Assinale, dentre os itens abaixo, aqueles que representam suas áreas de interesse para a qualificação:**

**51. Saúde?**

☐ Sim      ☐ Não      ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica

**52. Previdência?**

☐ Sim      ☐ Não      ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica

**53. Habitação?**

☐ Sim      ☐ Não      ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica

**54. Assistência Social?**

☐ Sim      ☐ Não      ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica

**55. Deficiência?**

☐ Sim      ☐ Não      ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica

**56. Meio ambiente?**

☐ Sim      ☐ Não      ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica

**57. Educação?**

☐ Sim      ☐ Não      ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica

**58. Fundamentos do Serviço Social?**

☐ Sim      ☐ Não      ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica

**59. Mulheres/Identidade de Gênero?**

☐ Sim      ☐ Não      ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica

**60. Idoso?**

☐ Sim      ☐ Não      ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica



**61. Criança e adolescente?**

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

**62. Família?**

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

**63. Movimentos Sociais?**

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

**64. Planejamento/Administração/Gestão?**

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

**65. Recursos Humanos/Gestão de Pessoas?**

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

**66. Instrumentos e técnicas?**

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

**67. Pesquisa?**

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

68. Outros: \_\_\_\_\_

## **COTIDIANO DA PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL**

69. Onde o Serviço Social se insere no organograma institucional?

\_\_\_\_\_ ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

### **Dentre os itens abaixo, quais as principais atividades cotidianas desenvolvidas pelas(os) Assistentes Sociais na Instituição?**

70. Planejamento de programas e projetos sociais?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

71. Gerência/coordenação de programas, projetos e serviços sociais?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

72. Supervisão a programas, projetos e serviços sociais?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

73. Administração de benefícios e serviços sociais?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

74. Planejamento/execução de estudos e pesquisas?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

75. Assessoria/consultoria em desenvolvimento de pessoal/Recursos Humanos?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

76. Assessoria/acompanhamento a grupos sociais (idosos, gestantes, adolescentes, etc)?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

77. Capacitação/treinamento a grupos sociais?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

78. Fornecer orientações/encaminhamentos relativos aos serviços e benefícios sociais existentes na comunidade?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

79. Prestar esclarecimento/orientação quanto aos direitos sociais, benefícios e serviços institucionais?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

80. Encaminhar providências, prestar orientações e acompanhamento social aos usuários do Serviço Social?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

81. Realizar estudos do perfil sócio-econômico dos usuários para fins de enquadramento em programas, serviços e benefícios sociais na Instituição?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

82. Acompanhamento e supervisão de estágio?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

82.1 Se no item anterior a resposta for SIM, quantos estagiários supervisiona?

( ) 01 ( ) 02 ( ) 03 ( ) 04 ( ) 05 ( )

Mais de 05

82.2 Você recebe algum tipo de remuneração para a realização da supervisão de estágio?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

83. Outras atividades cotidianas desenvolvidas pelas/os Assistentes Sociais na Instituição:

---



---



---

**Dentre os itens abaixo, que instrumentos são utilizados na realização destas tarefas?**

84. Entrevistas?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

85. Reuniões?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

86. Visitas domiciliares?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

86.1 Se no item anterior a resposta for SIM, as visitas domiciliares são agendadas?

( ) Sim. Por quê?

---

( ) Não. Por quê?

---

87. Palestras, seminários, oficinas e workshops?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

88. Relatórios?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

89. Diário de campo?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

90. Parecer?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

91. Estudo Social?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

92. Laudo?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

93. Que outros instrumentos são utilizados na realização das atividades cotidianas:

---



---

**Quais, dentre os itens abaixo, representam as principais dificuldades/limitações no cotidiano do trabalho profissional na Instituição:**

94. Espaço insuficiente para abordagens individuais ou coletivas, que garantam o sigilo profissional?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

95. Espaço insuficiente para a colocação de arquivos e que possam ser de acesso restrito aos assistentes sociais?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

96. Iluminação inadequada?

- ( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica
97. Ventilação inadequada?  
( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica
98. Descontinuidade dos programas, projetos e ações desenvolvidas?  
( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica
99. Falta de incentivo institucional para qualificação profissional?  
( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica
100. Cortes orçamentários?  
( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica
101. Recursos físicos, materiais, financeiros e humanos insuficientes?  
( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica
102. Burocracia institucional?  
( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica
103. Excesso de atividades atribuídas ao profissional?  
( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica
104. Indefinição do papel profissional?  
( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica
105. Ausência de trabalho interdisciplinar?  
( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica
106. Dificuldade de reconhecimento diante da equipe?  
( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica
107. Falta de autonomia profissional?  
( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica
108. Atender às demandas dos usuários mediante a escassez de benefícios e serviços institucionais ofertados?  
( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica
109. Interferência política no trabalho?  
( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica
110. Dicotomia teoria e prática?  
( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica
111. Conhecimento superficial do cotidiano dos (as) usuários (as) do Serviço Social?  
( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica
112. Outras principais dificuldades/limitações no cotidiano do trabalho profissional na Instituição:

---

---

**POSSIBILIDADES DE SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES:**

113. Trabalhar pela continuidade de programas, projetos e serviços institucionais?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

114. Incentivo à qualificação e à capacitação profissional?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

115. Promoção de encontros da equipe profissional para avaliar e redirecionar o trabalho?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

116. Redirecionamento de programas, projetos e serviços?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

117. Elaboração de programas, projetos e propostas alternativas com vista a atender à demanda dos usuários?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

118. Criação de instrumentos que favoreçam a articulação com a sociedade civil, as Organizações Governamentais, ONG's, redes sociais e equipamentos?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

119. Criação de canais de comunicação que expressem as opiniões e demandas dos usuários (disque denúncia, pesquisas, urnas, etc)?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

120. Incentivo à participação popular nos programas desenvolvidos pela Instituição?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

121. Aprimorar o conhecimento da realidade social (grupos de estudo, de pesquisas, etc)?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

122. Aprofundar os conhecimentos acerca do cotidiano profissional/institucional?

( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

123. Outros:

---

---

---

## DEMANDAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

124. Existem novas demandas/atividades colocadas para o Serviço Social na/pela Instituição?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

**Assinale aqueles que, no seu entendimento, representam novas demandas colocadas para o Serviço Social na/pela Instituição:**

125. Mudanças no agir profissional, garantindo maior agilidade, flexibilidade, resolutividade e polivalência?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

126. Exigência constante de capacitação e aperfeiçoamento?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

127. Maximização e relação custo x benefício?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

128. Redirecionamento/racionalização de benefícios e serviços trabalhados pelo Serviço Social?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

129. Conhecimento dos profissionais referentes à reordenamentos gerenciais (qualidade total, reengenharia), informática, idiomas, etc?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

130. Gestão de Pessoas/Recursos Humanos?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

131. Inserção do profissional do Serviço Social em programas e projetos já existentes na instituição?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

132. Elaboração e execução de novos programas e projetos?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

133. Trabalhar políticas públicas, tendo como referência as novas legislações (ECA, LOAS, LOS, LDB, Resoluções do CFESS e etc) e suas diretrizes de universalização, municipalização, descentralização e controle social?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

134. Adaptação ao reordenamento administrativo do Estado?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

135. Elaboração e realização de pesquisas?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

136. Elaboração e implementação de projetos de meio ambiente?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

137. Captação de recursos para programas, projetos e serviços?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

138. Outros:

---

---

139. Existem novas demandas colocadas para o Serviço Social pelos usuários?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

**Assinale, dentre os itens abaixo, aqueles que representam novas demandas colocadas pelos usuários:**

140. Ampliação dos benefícios e serviços ofertados pela Instituição?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

141. Divulgação das atividades da instituição?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

142. Orientação e esclarecimento dos direitos e benefícios dos usuários?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

143. Participação na definição, implantação e fiscalização das políticas públicas?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

144. Outros:

---

---

**Assinale, dentre os itens abaixo, as respostas que você vem dando às novas demandas colocadas para o Serviço Social:**

145. Engajamento em atividade de capacitação e aperfeiçoamento profissional?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

146. Realização de planejamento estratégico?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

147. Troca de experiência com outros profissionais/equipe interdisciplinar?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

148. Promoção de encontros para avaliação e redirecionamento do trabalho?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

149. Racionalização (cortes/enxugamento) dos serviços e benefícios trabalhados pelo Serviço Social?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

150. Reordenamento administrativo, tendo em vista o enxugamento de pessoal?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

151. Redirecionamento das atividades, visando a maximizar a relação custo x benefício?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

152. Qualificação na área de: Recursos Humanos, informática, idiomas, etc?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

153. Socialização das informações dos direitos sociais junto aos usuários?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

154. Articulação com os movimentos sociais e organizações governamentais?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

155. Elaboração de novos projetos e/ou programas que ampliem os benefícios e serviços institucionais?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

156. Outros:

---



---

## RELACIONAMENTO DA CATEGORIA E O CRESS

157. Já recebeu visita do CRESS para orientação e fiscalização das condições éticas e técnicas de trabalho que garantam os princípios éticos profissionais?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

158. Você conhece as atividades realizadas pelo CRESS?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

159. Você participa sistematicamente das atividades realizadas pelo CRESS?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

**Caso a resposta do item anterior seja SIM, indique as atividades de que você participa sistematicamente no CRESS:**

160. Reuniões?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

161. Assembléias?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica



162. Cursos?  
( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

163. Comissões?  
( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

164. Seminários?  
( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

165. Outros: \_\_\_\_\_

**Caso a resposta do item anterior seja NÃO, indique as razões pelas quais você não participa das atividades do CRESS:**

166. Falta de tempo?  
( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

167. Dificuldade de liberação da instituição?  
( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

168. Não é prioridade?  
( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

169. Desinteresse?  
( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

170. Prolixidade das reuniões?  
( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

171. Ausência de envolvimento e incentivo do CRESS?  
( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

172. Falta de informações sobre as ações desenvolvidas?  
( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

173. Outros: \_\_\_\_\_

**Assinale, dentre os itens abaixo, quais as principais ações/atividades você indicaria para serem desenvolvidas pelo CRESS:**

174. Maior orientação/fiscalização da profissão?  
( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

175. Melhoria do espaço físico do Conselho?  
( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

176. Contato permanente com as instituições?  
( ) Sim ( ) Não ( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

177. Calendário anual de programação?  
☐ Sim                      ☐ Não                      ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica
178. Investir na capacitação da categoria através de palestras, encontros, cursos, etc?  
☐ Sim                      ☐ Não                      ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica
179. Formação e manutenção de grupos de estudos?  
☐ Sim                      ☐ Não                      ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica
180. Criação de espaços de pesquisa (material para estudo, livros, textos, fitas, etc)?  
☐ Sim                      ☐ Não                      ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica
181. Produção de publicação periódica (informativos, boletins, jornais)?  
☐ Sim                      ☐ Não                      ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica
182. Maior divulgação do trabalho profissional?  
☐ Sim                      ☐ Não                      ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica
183. Outros: \_\_\_\_\_

## RELAÇÃO UNIVERSIDADE E CATEGORIA

**Assinale, dentre os itens abaixo, quais as principais atividades você indicaria para serem desenvolvidas pela UnB:**

184. Realização de capacitação dos profissionais através dos cursos de extensão, debates e encontros?  
☐ Sim                      ☐ Não                      ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica
185. Realização e assessoria a pesquisas?  
☐ Sim                      ☐ Não                      ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica
186. Maior articulação com os campos de estágio?  
☐ Sim                      ☐ Não                      ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica
187. Promoção de cursos de especialização?  
☐ Sim                      ☐ Não                      ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica
188. Promoção de minicursos em caráter de extensão?  
☐ Sim                      ☐ Não                      ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica
189. Articulação com o CRESS?  
☐ Sim                      ☐ Não                      ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica
190. Discussão constante do projeto pedagógico?  
☐ Sim                      ☐ Não                      ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica
191. Criação de espaço para o convívio dos profissionais com a Universidade?  
☐ Sim                      ☐ Não                      ☐ N.R/Não Sabe/ Não se aplica

192. Manutenção do fórum de supervisores?

( ) Sim

( ) Não

( ) N.R/Não Sabe/ Não se aplica

193. Outros: \_\_\_\_\_

Data da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome do Pesquisador:

\_\_\_\_\_

**ANEXO B:****Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Você está sendo convidada/o a participar da pesquisa “**As/os Assistentes Sociais do Distrito Federal: uma análise do perfil profissional**”, coordenada pela professora Daniela Neves e de responsabilidade das discentes de graduação da Universidade de Brasília – UnB, Bárbara Firme e Marizania Batista. Essa pesquisa faz parte de um conjunto de pesquisas promovidas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social – NUTSS/SER/UnB.

Essa pesquisa segue as recomendações de todos os preceitos éticos no campo da pesquisa que envolve assistentes sociais, nos termos do Código de Ética das/os Assistentes Sociais (Resolução CFESS nº 273/93 e suas complementares – 290/94, 293/94, 333/96 e 594/2011), pois é um projeto que envolve as condições diretas da/o assistente social no seu exercício profissional. Tal projeto foi aprovado pelo Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação – DPP da UnB, no âmbito do Programa de Iniciação Científica – ProIC 2014/2015.

Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguramos que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo de informações que não permitam identificá-la/o. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, por meio de entrevista e aplicação de questionário, ficarão sob a guarda das pesquisadoras responsáveis pela pesquisa.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, pode nos contatar através do telefone (61) 96735106 ou pelo e-mail unb.nutss@gmail.com ou danielaneves@unb.br

**Consentimento Livre e Esclarecido**

Declaro que compreendi o explicitado acima e concordo em participar voluntariamente da pesquisa “**As/os Assistentes Sociais do Distrito Federal: uma análise do perfil profissional**”.

---

**Nome da/o participante da pesquisa**

---

**EQUIPE DE PESQUISA**

Brasília, \_\_\_\_ de Dezembro de 2015.